

Universidade do Vale do Paraíba
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Elza Barboza de Jesus Alves

**A (re)produção do espaço local frente a implantação de uma mineradora no
agreste: o caso de Craíbas – AL**

São José dos Campos, SP
2022

Elza Barboza de Jesus Alves

**A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO LOCAL FRENTE A IMPLANTAÇÃO DE UMA
MINERADORA NO AGRESTE: O CASO DE CRAÍBAS – AL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, como complementação dos créditos necessários para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali

Coorientadora: Profa. Dra. Fabiana Felix do Amaral e Silva

São José dos Campos, SP
2022

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Alves, Elza Barboza de Jesus

A (re)produção do espaço local frente a implantação de uma mineradora no agreste : o caso de Craíbas - AL / Elza Barboza de Jesus Alves; orientadora, Profa. Dra. Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali ; co-orientadora Profa. Dra. Fabiana Felix do Amaral e Silva. - São José dos Campos, SP, 2022.

1 CD-ROM, 168 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

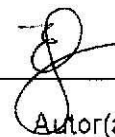
1. Planejamento Urbano e Regional. 2. História Oral. 3. Brasil, Nordeste. 4. Minas e recursos minerais. I. Papali, Profa. Dra. Maria Aparecida Chaves Ribeiro, orient. II. Silva, Profa. Dra. Fabiana Felix do Amaral e, co-orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, Elza Barboza de Jesus Alves, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 24 de Novembro de 2022.



Autor(a) da Obra

ELZA BARBOZA DE JESUS ALVES

**“A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO LOCAL FRENTE A IMPLANTAÇÃO DE UMA
MINERADORA DO AGRESTE: O CASO DE CRAÍBAS - AL.”**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, pela seguinte banca examinadora:

Maria Ap. C. R. Papali	<i>Maria Ap. C. R. Papali</i>
Fabiana F. do A. e Silva	<i>Fabiana F. do A. e Silva</i>
Lidiane M. Maciel	<i>Lidiane M. Maciel</i>
Nilda N. P. Oliveira	<i>Nilda Oliveira</i>

Prof.^ª Dr.^ª Lúcia Vieira

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 23 de junho 2022.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, Sr. Júlio Joaquim de Jesus e Dona Alzira Barboza de Jesus, pelos quais sinto amor, respeito e gratidão para sempre.

Agradecimentos

À Jesus Cristo, meu único Deus

À Nossa Senhora, minha orientadora em todas as missões

Aos meus amadíssimos filhos Pedro e Augusto por todo incentivo e compreensão

Aos meus queridos primos Cícero, Simone e Laurinha pelo cuidado e carinho

Ao primo poeta e professor Jaílson Marques de Jesus

A UNIVAP e ao IPD pela oportunidade

Aos meus colegas de turma por toda a reflexão compartilhada

A todos os meus professores do PLUR/UNIVAP, em especial à prof.^a Lidiane e prof.^a Sandra pelo apoio

As minhas ilustríssimas professoras Papali e Fabiana pela orientação, paciência e dedicação

A todas as pessoas de Craíbas, especialmente aos queridos narradores que compartilharam a construção desta pesquisa comigo

Ao Lu pelo companheirismo, apoio e amor.

O mesmo acontece com a fortuna, que revela sua potência onde não há virtude organizada para resistir-lhe, e despeja o seu ímpeto onde não foram feitos diques e fossos para contê-la.
Nicolau Maquiavel

A (re)produção do espaço local frente a implantação de uma mineradora no agreste: o caso de Craíbas – AL

Resumo

O extrativismo minerário impacta o produto interno bruto do Brasil. O cobre é um mineral que desperta muito interesse por seus diversos usos na contemporaneidade. O município de Craíbas, localizado na região agreste do estado Alagoas tem sua economia voltada para a agricultura, sobretudo do fumo, além da pecuária leiteira. A partir de 2018, uma empresa de mineração iniciou atividades estranhas a este local e em 2021, após a sua inauguração, iniciou a exploração de uma importante jazida de cobre. O interesse desta pesquisa é compreender a percepção das pessoas acerca da instalação de uma empresa de mineração no município de Craíbas. Com o suporte das premissas da história oral foi possível fazer a escuta dos narradores e, ao final compreender que muitas mudanças na forma de viver já eram almejadas pela população, entretanto, as expectativas também vieram acompanhadas de muitos receios.

Palavras-chave: Planejamento Urbano e Regional, História Oral, Nordeste, Mineração

The (re)production of local space against the implantation of a mining company in the agreste: the case of Craíbas – AL

Abstract

Mining extractivism impacts Brazil's gross domestic product. Copper is a mineral that arouses a lot of interest for its various uses in contemporary times. The municipality of Craíbas, located in the wild region of the state of Alagoas, has its economy focused on agriculture, especially tobacco, in addition to dairy farming. As of 2018, a mining company started activities that were strange to this place and in 2021, after its inauguration, it started the exploration of an important copper deposit. The interest of this research is to understand the perception of people about the installation of the mining company in the municipality of Craíbas. With the support of the premises of oral history, it was possible to listen to the narrators and, in the end, understand that many changes in the way of living were already desired by the population, however, expectations were also accompanied by many fears.

Keywords: Urban and Regional Planning, Oral History, Northeast, Mining

Lista de ilustrações

Figura 1: A árvore craibeira	38
Figura 2: entrada da cidade	38
Figura 3: localização do município de Craíbas	39
Figura 4: Experienciando a vida craibense/destalando fumo	40
Figura 5: Calçamento irregular	41
Figura 6: Calçada obstruída	41
Figura 7: calçada/roça de subsistência	42
Figura 8: escoamento de água servida de um restaurante no centro	42
Figura 9: açude natural, muito comum na paisagem	43
Figura 10: distribuição de água através de carro pipa	44
Figura 11: Moto taxi	44
Figura 12: roça de feijão para subsistência	48
Figura 13: roça de fumo e milho (fonte de renda da família)	48
Figura 14: preparação para a feira na sexta-feira à noite	49
Figura 15: Banca de peixes	49
Figura 16: Banca de carne	50
Figura 17: venda de carne suína	50
Figura 18: comércio das “bolas” de fumo	51
Figura 19: Barracas roupas, ferramentas, etc.	52
Figura 20: Barracas livros e artesanato, etc.	52
Figura 21: Barracas utensílios domésticos, etc.	52
Figura 22: plantação e varal de fumo	53
Figura 23: Plantação de milho. Paisagem cada vez mais comum	54
Figura 24: Estabelecimentos que utilizam agrotóxico x total	55
Figura 25: Intoxicação por agrotóxico agrícola	56
Figura 26: Intoxicação por agrotóxico (circunstância)	56
Figura 27: “piçarreira” (do lado esquerdo e em segundo plano)	59
Figura 28: venda de imóveis	61
Figura 29: inúmeras residências à venda	61
Figura 30: Venda imóvel	62
Figura 31: casa de povoado que deixou de existir e atualmente pertence a MVV	62
Figura 32: Arranjo populacional de Maceió – AL	74
Figura 33: Arranjo de conexões externas -AL	74
Figura 34: Centro integrado de segurança pública de Craíbas	81
Figura 35: Varal de fumo	98
Figura 36: Plantação de milho e venda de imóveis – transformações da paisagem do lugar	100
Figura 37: Incremento na quantidade de lojas que oferecem serviços de telefonia e internet	107
Figura 38: Entrada do Assentamento Rosa Luxemburgo	111
Figura 39: Assentamento Rosa Luxemburgo - residências e “escola” (ao centro)	112
Figura 40: nuvem de poeira causada por caminhão	114
Figura 41: Pousada com arquitetura diferenciada.	120
Figura 42: Casas muito próximas à mineradora	120
Figura 43: Equipamentos estranhos ao local	121
Figura 44: Maquinários pesados que circulam pela cidade	122

Figura 45: Equipamento da MVV, de grandes dimensões, circulando pelas principais vias de Craíbas.....	122
Figura 46: casa da família, plantação de fumo e a pilha de estéril	123
Figura 47: Pilha de rejeito estéril.....	123
Figura 48: Rodovia e rejeito.....	124
Figura 49: Sirene da MVV.....	125
Figura 50: Placa de sinalização do ponto de encontro.	126

Lista de gráficos e tabelas

Quadro 1 - Caracterização por sexo e idade.....	30
Quadro 2 – Caracterização por local de moradia.....	30
Quadro 3 - Densidade de pontos de entrevistas.....	31
Quadro 4 - Caracterização quanto ao Tempo de moradia (anos).....	31
Quadro 5 – Caracterização por escolaridade.....	32
Quadro 6 - Caracterização por participação em grupos sociais.....	32
Quadro 7 - caracterização por profissão/proprietário.....	33
Quadro 8: Unidades de trabalho.....	45
Quadro 9: Pessoal Ocupado.....	45
Quadro 10: Pessoas ocupadas assalariadas.....	46
Quadro 11: salário médio mensal.....	46
Quadro 12: idade dos produtores.....	47
Quadro 13: Estabelecimentos que plantaram milho em 2006 e 2017.....	53
Quadro 14: Apoio técnico e uso de adubo e agrotóxicos.....	55
Quadro 15: Mortalidade infantil no Brasil e em Craíbas.....	57
Quadro 16: Mortalidade.....	58
Quadro 17: Mortalidade por causa externa.....	58
Quadro 18: Evolução das exportações em Us\$ (milhões) – 1º trimestres 2020/2021.....	72
Quadro 19: Participação por substâncias no faturamento.....	73
Quadro 20: faturamento por substâncias.....	73

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1 INTRODUÇÃO	17
2 METODOLOGIA	22
3 A CANOA DE CRAÍBAS	38
4 RECURSOS NATURAIS: A ECONOMIA DO COBRE	63
5 CONTANDO HISTÓRIAS	93
5.1 FUMO, O CARRO CHEFE	96
5.2 MUDANÇAS NO COMÉRCIO	106
5.3 A TERRA DOS CRAIBENSES	108
5.4 A “OUTRA” TERRA	112
5.5 OUTRAS PAISAGENS	121
5.6 O DEVIR	128
6 ALINHANDO HISTÓRIAS E PENSAMENTOS	133
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
8 RECOMENDAÇÕES	162
REFERÊNCIAS	163
APÊNDICE A - Disparadores das narrativas	170

APRESENTAÇÃO

A incumbência de apresentar este trabalho transita pela necessidade de falar um pouco a meu respeito com o intuito de localizar esta pesquisa na minha trajetória de vida e assim explicar o seu nascimento.

Eu sou paulista, paulistana, filha mais velha de um casal de nordestinos naturais do Estado de Alagoas. Minha formação sempre oscilou entre a cultura destes dois lugares, assim como o meu sentimento de pertencimento.

Me tornei enfermeira e atuei nesta área por 34 anos e na maior parte deste período, trabalhei em Saúde Coletiva/Atenção Primária em Saúde (APS) ou Atenção Básica como é chamado no Brasil. Sou uma pessoa feliz por ter exercido uma profissão escolhida por mim e pela qual sinto respeito, admiração e orgulho.

Desenvolver as atividades em APS sempre me colocou muito próxima a experiência de vida das pessoas no seu local de moradia, trabalho e socialização. A partir de 1994, com a adoção da Estratégia Saúde da Família no Brasil esta aproximação se acentuou, me levando a necessidade de aprofundar o conhecimento tanto sobre a definição de família, quanto sobre o local onde a sua vida se desenvolvia.

Os cursos de especialização em Saúde Coletiva com foco em Estratégia Saúde da Família realizado na Universidade de São Paulo, o curso também de especialização em Educação Continuada em Saúde, realizado na Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ, assim como o curso de Impacto da Violência em Saúde realizado nesta mesma instituição, jogaram luz sobre a importância das relações estabelecidas, tanto no núcleo familiar como, deste com os demais seguimentos da sociedade em diferentes escalas e o impacto na saúde das pessoas.

Ocorre que estas relações são mediadas não apenas por um aspecto, (econômico, cultural, social ou qualquer outro) ou por um ator (empregador, gestor político, uma empresa ou um indivíduo), na verdade, tudo o que ocorre no mundo pode trazer consequências para a sociedade e as famílias aí inseridas, independente da distância física que há entre o evento e as pessoas.

Esta articulação/integração percebida durante os anos de exercício da enfermagem se concretizou nos debates ocorridos durante as disciplinas do curso de

Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (PLUR-UNIVAP).

Conheci a UNIVAP logo após a minha chegada ao município de Monteiro Lobato no ano de 2019. Desde 1982 morava no município de Embu Guaçu localizado na região metropolitana de São Paulo, local aonde, trabalhei, estudei, me formei, constituí minha família, criei os meus filhos e de onde os vi sair de casa. Tempos depois, seguindo a lógica do ciclo da vida, sepultei o meu primeiro marido e os meus pais.

A vida, sempre generosa comigo, me trouxe um novo companheiro e a oportunidade de conhecer a região do Vale do Paraíba e a UNIVAP. Busquei a princípio a formação em Cultura Popular Brasileira, que infelizmente na época não foi possível ser oferecido, entretanto, tomei conhecimento do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento e fiquei muito impressionada com a proposta do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional (PLUR).

A discussão em torno do PLUR está relacionada a minha vivência enquanto enfermeira. Entre os autores apresentados, o Professor Geógrafo Milton Santos já era brevemente conhecido por mim. Assim, participei do processo seletivo e apresentei uma proposta de projeto inicialmente voltado para a identidade cultural do Município de Monteiro Lobato.

Uma vez aprovada, pude realizar diversas reflexões a partir dos autores apresentados nas disciplinas e também pelas provocações pertinentes disparadas pelos docentes e colegas de curso. O conteúdo se consolidava na observação mais cuidadosa que passei a realizar no meu entorno. Assim, enxerguei o município de Craíbas no estado de Alagoas, cuja a principal atividade econômica vinha sendo a agropecuária, até então, mas estava prestes a conviver com as atividades de uma empresa mineradora de cobre.

A população dos municípios da região desconhecia esta situação da qual tomei conhecimento ao ler casualmente um noticiário sobre o assunto, mas, um primo meu, biólogo e advogado, conversou com um amigo seu, cuja familiares moravam em Craíbas. O mesmo confirmou a condição relatada e se colocou à disposição para colaborar com o acesso ao município. Meu projeto foi modificado e hoje me encontro de fato implicada com o modo de viver das pessoas da cidade de Craíbas.

O tema é amplo, complexo, interminável, envolve diversas disciplinas e assim representa um grande e apaixonante desafio. Entretanto, o propósito a que se destina o seu estudo, neste momento, exigiu um recorte minucioso a fim de caber no tempo e nos objetivos possíveis de serem delineados em uma dissertação.

A construção do referencial teórico proporcionou o conhecimento de muitos pesquisadores e despertou a vontade de dialogar com um grande número de autores, condição que não é factível neste empreendimento. A emoção despertada a partir da visita e permanência no campo foi cuidadosamente acomodada, mas não dissipada, pois entendo que esta trajetória promoveu também o autoconhecimento.

A viagem à Alagoas foi meticulosamente planejada, mas a possibilidade mais remota tornou-se realidade. Adoeci. Fui infectada pelo SARS-CoV-2 e desenvolvi um quadro bastante grave de Covid-19. Permaneci internada por 30 dias, vinte e dois deles numa Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e destes, 16 dias intubada e, portanto, inconsciente. Os 30 dias seguintes foram de tratamento intenso, porém em casa de parentes mui amados, ainda no estado de Alagoas.

O risco iminente de morte, a difícil e trabalhosa recuperação, o desenvolvimento da síndrome pós covid, situação agravada pela distância da família de origem, trouxe consequências para o desenvolvimento desta pesquisa, principalmente no que se refere ao seu tempo de desenvolvimento.

Diante do exposto, importa ressaltar a solidariedade e atenção de inúmeras pessoas no meu entorno e também das minhas Orientadoras, as Professoras Doutoras Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali e Fabiana Amaral Felix e Silva que estiveram sempre presentes orientando, incentivando e acreditando no projeto.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, muito embora tenha vivenciado um período de industrialização relâmpago na segunda metade da década de 50, em que se pretendeu um desenvolvimento recorde de 50 anos em apenas 5 (SILVA, 2002), continua sendo um país que traz em boa parte de sua história, a imagem de produtor de alimentos e de fornecedor de matérias primas para o restante do mundo.

Se esta condição acarreta, na atualidade, mais benefícios para a sua população ou, ao contrário, impede o pleno desenvolvimento da sociedade de forma mais justa, ou ainda, se na existência de tal situação, o antagonismo é de fato imprescindível, são questões que suscitam debates.

A base para discursos favoráveis a agroindústria e ao extrativismo está em afirmar que, em havendo tantas riquezas potenciais e disponíveis em nosso país, seja em suas águas e florestas ou no nosso subsolo, é admissível *lançar mão* destes recursos a fim de produzir desenvolvimento. Por outro lado, há quem defenda que este comportamento significa a degradação do meio ambiente e a manutenção do Brasil numa posição de dependência dos países desenvolvidos.

O estabelecimento da estrutura que permite proferir discursos como os citados anteriormente, começou a ser delineado há séculos atrás quando as colônias, sendo também o caso do Brasil, eram obrigadas, a distribuir os seus bens às metrópoles. Entretanto, mesmo ocorrendo a libertação política destas colônias, a estrutura foi mantida e a violência do processo vivido permanece até os dias atuais, contudo de forma dissimulada.

De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações. Verifica-se aqui o mesmo fenômeno que se observa no interior das economias industriais: o uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida que começam a jogar mecanismos econômicos que consagram essa subordinação. (MARINI, 1990, p.9).

De certa forma, o hemisfério sul, impulsionou a industrialização no hemisfério norte, promovendo a sua subsistência básica através dos alimentos que produzia, enquanto garantia o mercado para seus bens. O ciclo se tornou praticamente indestrutível quando, o mesmo hemisfério sul, incorpora a necessidade de consumo dos produtos manufaturados vindos do outro lado do mundo.

O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas. (MARINI, 1990, p. 5).

O capital é a força que favorece a concentração de indústrias e empresas, pessoas e produtos num determinado local, pois, se beneficia deste adensamento para garantir a sua acumulação, entretanto, ao esgotar a organização, normalmente frágil, deste espaço, se desloca deixando onde antes havia promessa de desenvolvimento, a obrigação de reinvenção do espaço chamado cidade desde o âmbito da produção até as relações humanas.

O ouro, durante o mercantilismo era muito cobiçado, pois, conforme Caldeira (2017, p. 142) “acumular no Tesouro uma reserva de metais preciosos era o grande sonho dos reis europeus do século XIII”. No Brasil, foi o primeiro mineral mais “exportado” e impactou, além da forma de governar as suas regiões mineradoras, outro tipo de tráfico muito valioso na época. O tráfico de escravos. A importância deste extrativismo é descrita a seguir por Caldeira.

O fluxo de ouro provocou uma mudança importante na estrutura das receitas fiscais de Portugal. Algo entre dois terços e três quartos do total do que entrava nos cofres passou a vir do Brasil. (CALDEIRA, 2017, p. 142).

Destaca-se assim que, extrativismo minerário tem ocupado lugar de destaque no meio de produção nacional. Neste sentido, corrobora os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) sobre a exploração de minério em 2020. No

campo do extrativismo mineral, o cobre representa um importante produto a ser explorado e consumido.

O desempenho da indústria mineral no 3º trimestre de 2020 aponta para a melhoria em diversos indicadores, como atração de novos investimentos; exportação; faturamento; recolhimento de royalties e tributos; redução das importações; geração de empregos, entre outros. O saldo mineral, que é a diferença entre exportação e importação de minérios, correspondeu a 45,5% do saldo comercial do Brasil no 3º trimestre. Além disso, as perspectivas de investimentos em mineração para 2020-2024 aumentaram recentemente de US\$ 32,5 bilhões para mais de US\$ 37 bilhões. (IBRAM, 2021, p. 17, p.30)

Neste cenário, insere-se o município de Craíbas no Estado de Alagoas que compõe a região nordeste do Brasil. O estado de Alagoas tem 80% do seu território dividido em nove Regiões Metropolitanas. Este estado possui uma grande diversidade de recursos minerais de interesse econômico, como ferro, cobre, ouro, sal-gema, água mineral e pedras ornamentais, fato que está atraindo diversos empreendimentos, nacionais e internacionais, nos últimos anos.

A Região Metropolitana do Agreste (RMA) tem Arapiraca, segunda maior cidade do estado de Alagoas, que muito embora não seja uma metrópole, como o polo de influência do município de Craíbas, que possui, de acordo com IBGE, 25 mil habitantes e sua economia está voltada para o plantio de fumo, milho, feijão e algodão. A sua emancipação política aconteceu no dia 23 de abril de 1982.

Ocorre que desde a década de 1980, esta localidade tem sido objeto de estudo e pesquisas, por empresas nacionais e internacionais, sobre possíveis fontes de minérios, como por exemplo, cobre e ouro. Uma das primeiras empresas a identificar jazidas de cobre em Craíbas foi a então estatal Companhia Vale do Rio Doce. Após muitas tramitações legais e comerciais a Mineradora Vale Verde (MVV), já está instalada e desenvolvendo o Projeto Serrote das Lajes e tem modificado o espaço desta cidade e os seus arredores.

Autoridades locais e distantes têm-se manifestado, entre apoios e perspectivas, como se observa, por exemplo, em matéria reproduzida no site oficial do governo estadual, quando o tema foi: “Governo garante suporte à instalação da Mineradora Vale Verde em Craíbas: Investimento de quase R\$ 1 bilhão é beneficiado por

iniciativas em infraestrutura viária e hídrica; fase de implantação gera 1.200 empregos diretos no município. Durante a solenidade de inauguração do referido projeto, o governador Renan Calheiros Filho discursou:

Esse é um empreendimento muito propagado no passado e que não havia se concretizado. Ele se concretizou agora e nós temos uma grande expectativa de que esse empreendimento seja capaz de alavancar a geração de emprego aqui em Craíbas e o desenvolvimento da região, trazendo novos negócios para Alagoas. A produção de cobre aqui sem dúvidas será importante para o Estado do ponto de vista tributário, de arrecadação de royalties e do desenvolvimento do interior de Alagoas. (FILHO, Portal Do Governo De Alagoas, documento online não paginado, 2019).

A população de Craíbas também tem manifestado a sua expectativa sobre a vinda da empresa de mineração e, com efeito pressupõe que tal evento possa interferir na organização desta sociedade. Esta pesquisa discute a percepção dos moradores deste município sobre estas possíveis alterações.

A busca pela percepção das pessoas envolvidas neste evento será feita através da Metodologia da História Oral, proposta principalmente pelo professor Alessandro Portelli que a defende como “primordialmente uma arte da escuta [...] no entanto, não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores” (PORTELLI, 2016, p. 10 - 12).

E é justamente a partir da percepção das pessoas envolvidas no processo de implantação da atividade minerária no município de Craíbas, que se pretende discutir sobre a problemática da organização do espaço e, como esta percepção pode impactar, ou não, no planejamento urbano. Importa considerar que o tema versa ainda, sobre a dinâmica da divisão internacional do trabalho.

Ao longo da pesquisa, buscou-se investigar as alterações no âmbito da sociabilidade, produção e consumo local além de investigar a percepção dos moradores sobre as possíveis transformações na forma de viver no município de Craíbas.

O campo de estudo do Planejamento Urbano busca, entre outras intenções, compreender a forma como se dá o processo produtivo em dada sociedade, demanda esta, que além de complexa, sofre influência de diversos atores e estruturas externas, daí ressalta-se a importância das pesquisas nesta área de saber.

Destaca-se assim, a contribuição para com a academia a partir dos resultados da pesquisa e também a importância no âmbito social, uma vez que o conhecimento construído será compartilhado. Ressalta-se que a finalidade desta pesquisa não é encerrar a discussão ou apresentar soluções definitivas. Ao contrário, busca-se a partir deste estudo, requerer visibilidade e elucidar processos que possam promover melhores resultados no desenvolvimento da sociedade.

A necessidade de avançar no conhecimento sobre um fato ou fenômeno nos remete a busca de dados estatísticos e outras informações em diferentes bases. Esta etapa é de suma importância para embasar planejamentos, pois, auxilia na compreensão das condições de vida, além de inferir algumas relações e influências exercidas sobre a dinâmica local. Entretanto é essencial evitar o risco de proceder à esta análise da localidade como se estivesse *vis-à-vis* com uma situação estática, ou seja, como se interpretasse, isoladamente, uma imagem fotográfica.

Diante do exposto, na primeira seção será exposta a metodologia adotada e a sua importância na estruturação desta pesquisa, a partir da escolha de métodos e de um referencial teórico que possibilitasse uma trajetória lógica e adequada afim de atingir os objetivos propostos.

Na quarta seção - A canoa de Craíbas - é onde se apresenta a dinâmica do município e na quinta seção - Recursos Naturais: a economia do Cobre - serão discutidos os conceitos de recursos naturais e meio ambiente, seguido de uma explanação acerca da importância do extrativismo nas diferentes fases do capitalismo.

As histórias contadas pelos narradores foram organizadas na sexta seção, de forma a clarear a percepção que os mesmos tinham no momento da entrevista, sobre o passado e o presente, bem como, sobre o futuro da sociedade local, a partir da implantação da empresa de mineração de cobre no município de Craíbas.

A sexta seção - Contando histórias – traz trechos das histórias contadas pelos narradores, organizadas numa sequência cronológica de passado, presente e futuro e na continuidade, na seção sétima, o diálogo continua, numa discussão com alguns estudiosos sobre o tema.

As considerações finais não apresentam conclusões, mas pretendem apontar caminhos que levem à contação de histórias prósperas, justas e felizes.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi analisada e aprovada* pelo comitê de ética da Universidade do Vale do Paraíba, portanto, foram consideradas todas as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, conforme legislação vigente.

O estudo aconteceu durante o curso da pandemia de coronavírus SARS-CoV-2, portanto, foi necessário a adoção de cuidados previstos pelo Ministério da Saúde, através de sua Secretaria da Vigilância em Saúde e publicados no “Guia de vigilância epidemiológica/emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela Doença pelo Coronavírus” (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

Trata-se de uma pesquisa exploratória, etnográfica e qualitativa, sendo esta última, de acordo com Flick (2009, p.20) “de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida”.

Ressalta-se que o entendimento pretendido acerca da percepção de pessoas sobre determinado tema demanda uma aproximação entre o pesquisador e a sociedade em questão. Neste sentido, Flick (2009, p.37) destaca que “a pesquisa qualitativa “dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais.”

A pesquisa exploratória tem como propósito permitir uma aproximação maior com o tema do estudo de forma relativamente flexível e desta maneira facilitar a própria elaboração das questões de pesquisa e hipóteses quando for o caso. Gil (2002, p.41)) afirma que “estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.”

No presente estudo a pesquisa exploratória foi realizada através de levantamentos bibliográficos, diálogos com pessoas que tiveram a experiência de morar próximos a empresas de mineração e o acompanhamento pelas mídias impressa e audiovisual sobre o tema. Nesta perspectiva, Gil (2002, p.41) diz que o

* **Nota da Autora:** A presente pesquisa foi apresentada ao Comitê de Ética da Universidade Do Vale do Paraíba (UNIVAP) e aprovada sob o número CAAE 43798621.5.0000.5503.

planejamento da pesquisa exploratória é” bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”

A pesquisa etnográfica representa um desafio. É possível que esta seja uma metodologia desafiante por cobrar do pesquisador a observação sobre o rigor do *fazer* científico, mas ao mesmo tempo, solicitar suas vivências neste processo. A antropóloga Mariza Peirano (2008, p.3), discorrendo sobre a etnografia destacou que a mesma “[...] não é apenas uma metodologia e/ou uma prática de pesquisa, mas é a própria teoria vivida.”

O principal objetivo da etnografia é descrever a forma como as pessoas percebem e significam as suas vivências em determinado momento e lugar, além de buscar compreender a construção destes significados na vida cotidiana. Neste sentido, Peirano (2008, p.3) acrescenta que “etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação.”

Inicialmente a pesquisa etnográfica foi bastante empregada pela antropologia e pela sociologia, mas, difundiu-se por outras áreas científicas e assim, incorporou algumas outras características peculiares no desenvolvimento de estratégias de coleta de dados, sobretudo a partir de vivências no campo.

A coleta de dados na pesquisa etnográfica não ocorre de forma rigidamente estruturada (Flick, 2009). Para a realização deste estudo foram utilizados registros fotográficos, elaboração de diário de campo, observação e depoimentos, ou seja, histórias contadas por aqueles que participam do fenômeno que se pretendeu estudar. Considere-se ainda que para o Professor Portelli (1997, p. 15) “apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição impossível sem ele”.

A História Oral é uma metodologia fundamentada nos conceitos de Memória, Oralidade e Narrativa, de tal modo, a subjetividade do entrevistador e do entrevistado formam um aspecto importante a ser considerado, por se tratar de estudo das representações. Ferreira (2002, p.321) ressalta que “[...] a subjetividade e as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa.” e o professor Portelli (1997, p.37) declara que “junto à

primeira pessoa do entrevistado se situa a primeira pessoa do historiador, sem o qual não haveria entrevista”.

De acordo com Portelli (2018, [n.p.]*) a história oral produz um “Documento de hoje sobre qual sentido tem o passado” no momento atual. Esta produção provavelmente terá um sentido diferente ao longo do tempo, pois, o contexto histórico será diferente também. Note-se que a história é diacrônica, porém a memória é sincrônica.

Importa ressaltar que a História Oral, enquanto metodologia, é complexa, exige aprofundamento e ampliação dos conceitos envolvidos a fim de bem conduzir a pesquisa e dirimir confusões contidas no senso comum. Exemplo disto é o termo “memória”, que neste contexto, dista da compreensão comum de que se trata de uma lembrança ao acaso ou apenas um aspecto biológico.

O conceito de memória apresentado neste trabalho é melhor compreendido através da afirmação de Alessandro Portelli (2018, [n.p.]*) que entende que “a memória de muitas coisas é a presença, de alguma maneira, do saber intangível do passado para o presente”.

A memória é um processo dinâmico que muito embora requisite processos biológicos, é também um processo socialmente construído. O Professor Portelli (1997, p.33) nos diz que “[...] o realmente importante, não é ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo de criação de significações”.

A menção que Portelli (2018, [n.p.]*) faz sobre o fato de a memória ser uma atividade seletiva, como todas as atividades intelectuais, uma vez que não é possível recordar tudo, exceto em quadros em que haja patologias que alterem estruturas neurológicas, encontra eco na afirmação de Michael Pollak (1989, p.6) de que a “memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões”

Ressalte-se que, de acordo com o Professor Brasil Junior da Universidade Federal do Paraná (BRASIL JUNIOR, 2020), não apenas o que foi lembrado interessa, mas, o que foi esquecido também traz significados, uma vez que as lembranças, expressão da memória, são selecionadas de acordo com a sociedade, espaço e tempo em que a pessoa está inserida.

Ainda de acordo com Portelli (2018) a determinação sobre o que deve ser lembrado é a presença de sentido para o evento, assim, “esquecemos o que não faz sentido ou o que tem demasiado sentido e emoção.” Neste sentido, Pollak (1989, p.6) relata que “dificuldades e bloqueios que surgiram ao longo de uma entrevista só raramente resultavam de brancos da memória ou de esquecimentos, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir seu passado.”

Diante do exposto anteriormente, coube informar previamente aos entrevistados nesta pesquisa, sobre os possíveis desconfortos que poderiam ser gerados por algumas lembranças de situações com potencial para trazer à tona sentimentos indesejáveis. Nesta perspectiva Lima e outros, (2018, p.122) consideram que “o trabalho de coleta da oralidade do sujeito pode ser marcado por momentos desagradáveis, dolorosos e que podem até encerrar o caminho de pesquisa. Portanto, é fundamental que o pesquisador valorize a profundidade do sujeito presente no discurso”.

Enfim, compreende-se que o processo de rememorar envolve a possibilidade de reinterpretação e reconstrução do sentido atribuído aos eventos vividos continuamente e, que este processo está ligado a relação entre o presente e o passado e aos respectivos contextos históricos. Estes contextos históricos são transmitidos entre as pessoas, principalmente através da oralidade.

De acordo com Oliven (2016), pode-se considerar a linguagem como sendo uma construção social, uma vez que, toda a forma de comunicação é aprendida através de uma determinada relação social. A língua é formada por signos específicos que uma vez colocados em certa ordem, torna viável a comunicação humana.

Já sobre a oralidade existem muitos debates a partir de campos de estudos como a psicologia, antropologia, pedagogia, entre outros. De acordo com Lima e outros (2018, p.122) a oralidade “carrega a possibilidade de registro histórico, e permite ao sujeito se perceber também inscrito nesta história que narra, com sua subjetividade e intencionalidade.”

A oralidade tem a capacidade de apresentar de forma explícita, ou não, os posicionamentos, crenças, sentimentos e emoções do indivíduo. Neste sentido Lima e outros (2018, p.122) chamam a atenção para “a expressão facial, a entonação da voz, a respiração, o posicionamento do corpo. Além disso, também é importante que

o pesquisador seja capaz de perceber o momento que a pessoa está vivenciando em sua própria história ao fazer a narrativa” e Alessandro Portelli (2016, p. 21) confirma que “a tonalidade e as ênfases do discurso oral carregam a história e a identidade dos falantes, e transmitem significados que vão além da intenção consciente destes”.

Para a obtenção de parte dos dados primários foram realizadas entrevistas. É importante compreender que a entrevista não é uma forma de preencher lacunas na consolidação dos dados primários ou secundários. Neste trabalho, a entrevista foi guiada por questões abertas disparadoras das narrativas (apêndice A), cujo objetivo era servir como apoio à condução da mesma, entretanto, não foram aplicados questionários aos participantes. No encontro, o entrevistado demonstrava já ter algum conhecimento sobre o tema do projeto, adquirido através da pessoa que o havia indicado.

Como citado anteriormente, o roteiro de entrevista teve como objetivo nortear a narrativa, porém, com o cuidado de garantir a livre expressão dos participantes e com a menor intervenção possível sobre suas memórias e percepções acerca do tema proposto, não sendo necessário, muitas vezes, recorrer a um gatilho para que a contação da história prosseguisse.

Neste sentido, Portelli (1997, p.35) nos orienta que “entrevistas rigidamente estruturadas podem excluir elementos cuja existência ou relevância fossem desconhecidas previamente para o entrevistador e não contempladas nas questões inventariadas” e explica ainda que é necessário “que o pesquisador ‘aceite’ o informante e dê prioridade ao que ela ou ele deseje contar e sem a preferência ao que o pesquisador quer ouvir.” (PORTELLI, 1997 p.35).

A despeito da pandemia, as entrevistas foram realizadas de forma presencial e tiveram duração aproximada de 1 hora a 3 horas, sem que fosse possível definir antecipadamente cada período, uma vez que o tempo necessário para escuta foi definido pela necessidade de fala do entrevistado e rigorosamente respeitado pela pesquisadora.

De acordo com Portelli (2018), uma entrevista nunca é uma situação natural, pois, requer falar para uma pessoa, possivelmente de outro grupo social e com uma cultura diferente, sobre eventos distintos e particularidades do cotidiano, que não lhe causam estranheza, mas, são desconhecidos para o entrevistador. É necessário

despertar algum grau de confiança para que se estabeleça a relação dialógica entre entrevistador e informante.

A igualdade de acordo com Portelli (1997 p.9) “não pode ser desejada no fazer, não depende da boa vontade do pesquisador, mas de condições sociais.” Afirma ainda que “a entrevista de campo, por conseguinte, não pode criar uma igualdade que não existe, mas ela pede por isto”.

A desigualdade, neste caso, quando estabelecida, se refere a uma estrutura social que reforça determinada hierarquia de poder entre as pessoas, portanto, é necessário que haja esforço no sentido de, como afirma Portelli (1997 p.10) “acabar com o poder abertamente” a fim de transformar “uma entrevista de campo num experimento de igualdade”

No âmbito da história oral, a igualdade que se busca é o entendimento de que todos os envolvidos são pessoas, no entanto, cada qual possui singularidades que devem ser respeitadas e acolhidas, é nesta lógica que Barros (2006, p. 201) afirma que “pensar diferenças significa se render à própria diversidade humana.” Em consonância, Portelli (1997) reforça que “somente a igualdade nos prepara para aceitar a diferença em outros termos que hierarquia e subordinação; de outro lado sem diferença não há igualdade – apenas semelhança.”

Para que exista uma troca significativa de conhecimento é necessário que um lado disponha de algo que o outro lado não tem. Esta diferença coloca um dos personagens da entrevista no papel de aprendiz, porém por se tratar de uma relação dialógica, este papel se alterna e, desta forma então, neste momento único, pode haver igualdade entre os sujeitos. Nesta perspectiva, Alessandro Portelli (2018, [n.p.]*) afirma que “uma entrevista sempre é uma experiência de aprendizagem”.

A diversidade representa um desafio imenso para o entrevistador, mas também para o entrevistado, uma vez que este deve narrar fatos importantes da sua vida que lhe parecem normais, mas não o são para o entrevistador, portanto, deve ao mesmo tempo, explicar o sentido dos fatos e também da sua vida. A decisão sobre o que contar e de que forma o fazer pertence ao entrevistado. A este momento, o professor Portelli (2018, [n.p.]*) se refere como encontro de diferenças de culturas e um “momento utópico de igualdade”.

A semelhança muito acentuada entre os pares numa entrevista pode representar um entrave, é importante clarear que uma situação de igualdade não quer dizer aniquilação das diferenças, desta forma, não seria possível realizar trocas significativas de conhecimentos.

O corpo de informantes que se constituiu neste trabalho mesclou pessoas de diferentes faixas etárias, profissão, escolaridade, moradia e, como não poderia deixar de ser, com experiências diversas, entretanto, os critérios de exclusão corresponderam a não ter 18 anos completos, não morar ou trabalhar no município de Craíbas em período igual ou superior há três anos, não ter interesse pessoal ou alegar emergência de conflitos para a participação.

O público participante foi composto a partir da técnica de amostragem denominada “Bola de Neve” ou “Snowball Sampling”. De acordo com Ochoa (2015, [n.p.]), “trata-se de uma amostragem não probabilística onde os indivíduos selecionados para serem participantes convidam novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos”.

A vantagem desta técnica encontra-se no fato de facilitar a participação de pessoas da rede social ou grupo de interesse e que provavelmente estariam inacessíveis com o uso de outras formas de abordagem, como afirma Flick (2009, p.113) “os processos de negociação, as estratégias de referência, no sentido de um procedimento do tipo bola de neve e, acima de tudo, as competências em estabelecer relações, desempenham um papel central.”

A escolha da técnica Snowball sampling foi muito acertada. Possibilitou o acesso a pessoas que de outra forma, dificilmente teriam sua existência identificada, narradores que trouxeram luz à aspectos cuja compreensão não seria possível de outra maneira. A confiança, muitas vezes demonstrada já no primeiro encontro, sem dúvida se devia ao crédito que um narrador dava ao outro que o indicou e, desta forma, sempre houve muita disponibilidade para participar do projeto.

Um comportamento comum a praticamente todos os participantes, independentemente do posicionamento frente a implantação da mineradora, foi agradecer pela oportunidade de participar da pesquisa. Houve procura espontânea e diversas indicações. Neste sentido, é oportuno ressaltar que a adoção da técnica

“Bola de Neve” foi fundamental para permitir o acesso a pessoas distantes, com acesso físico muito difícil e também as pessoas mais introspectivas e desconfiadas.

Com o intuito de proceder a identificação dos primeiros participantes da forma mais ampliada possível, os contatos foram iniciados através do prefeito, pois, este já havia encaminhado uma carta de anuência relatando a sua disposição em participar da pesquisa. Da mesma forma, já havia sido encaminhada a anuência da Empresa de Mineração Vale Verde.

O cuidado com a preservação da identidade dos participantes exigiu providências a fim de mitigar os riscos de exposição e que a pesquisadora adotasse códigos/codínomes somente por ela conhecidos. Os narradores, neste caso, foram identificados através de códigos que fazem analogia aos nomes de minerais que o Brasil exporta.

A escolha de certos minérios para representar os entrevistados não foi totalmente aleatória, uma vez que a partir do convívio, algumas características dos participantes lembrassem características de alguns minérios, como por exemplo, as lágrimas nos olhos da pessoa informante, e nos da autora, com o codinome “Água” enquanto contava sua história ou, como no caso, de “Urânio” quando fala sobre a utilização excessiva de agrotóxicos.

Outro cuidado adotado refere-se à exposição de conteúdos que pudessem identificar e trazer prejuízos aos entrevistados. Ressalta-se que pessoas da gestão atual e anterior, assim como presidentes de instituições como associações de trabalhadores rurais e de bairro permitiram a sua identificação. Quanto aos vereadores, serão identificados por numeração cardinal de 1 a 10. É importante informar que a entrevista foi coletiva, gravado som e imagem com autorização de todos, registradas no vídeo em questão.

Aos participantes foi perguntado idade, sexo, anos de estudo, profissão, participação em algum grupo de mobilização ou organização social (amigos de bairros, pastorais, conselhos, sindicatos, movimento de sem-terra, entre outros) a fim de caracterizar o público desta pesquisa.

Foram realizadas 26 entrevistas, sendo 10 com mulheres e 16 com homens. A idade mínima foi 26 anos e a máxima encontrada foi 86 anos de idade. Muito embora a maioria dos entrevistados, 61,6% sejam formadas por homens contra 38,4% de mulheres, não houve resistência ou recusa do público feminino em participar da pesquisa. O quadro 1 demonstra a caracterização por sexo e idade.

Quadro 1 - Caracterização por sexo e idade

Caracterização por sexo e idade		
Idade (anos)	Mulher	Homem
26 - 35	3	4
36 - 55	5	4
56 - 75	2	6
76 - 85		1
86 +		1
total	10	16

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Foram realizadas entrevistas com duas pessoas que não moram mais em Craíbas, devido ao fato de terem sido moradoras, durante a maior parte de suas vidas no Povoado das Lages, que deixou de existir após a compra das suas terras pela Mineradora MVV e, desta forma foram assentadas em terras desta empresa, porém no município vizinho.

Os entrevistados que moram na zona rural representam 61,5% da amostra. Considerando que os entrevistados do centro/perímetro urbano e do distrito de Folha Miúda mantem características compatíveis com o modo de vida urbano, este resultado não traz surpresa, uma vez que a maioria da população, de fato reside na área rural.

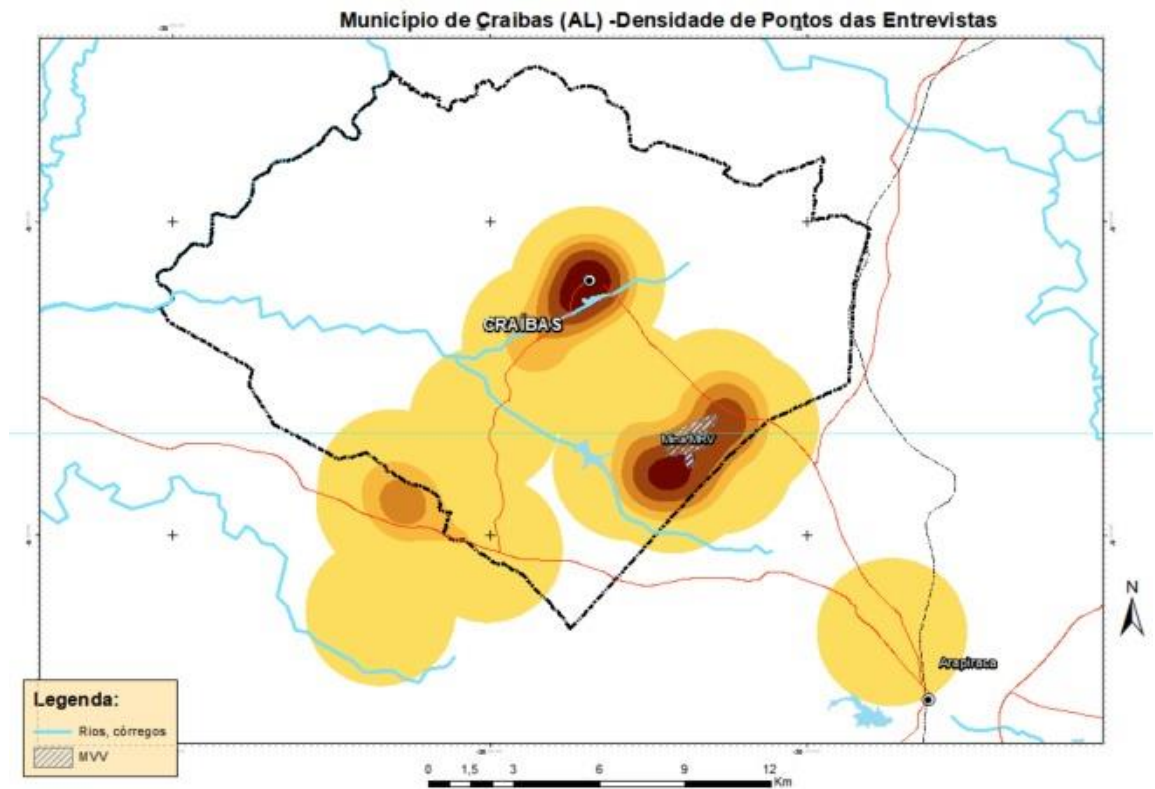
Quadro 2 – Caracterização por local de moradia

Caracterização quanto ao local de moradia	
Centro/perímetro urbano	6
Rural	16
Distrito	2
Outro município	2

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

O quadro 3 demonstra os pontos de concentração das entrevistas, ou seja, sobretudo no centro e no entorno da MVV.

Quadro 3 - Densidade de pontos de entrevistas



Fonte: Elaboração: Prof.^a Dr.^a Sandra M.^a F. da Costa, Laboratório das Cidades.

Apenas 2 pessoas moravam há menos de 10 anos no município. A flutuação da população não é alta em Craíbas, sendo comum, portanto, que as pessoas nasçam e permaneçam por toda a vida no município. No total, 17 pessoas entrevistadas encontravam-se nesta situação.

Quadro 4 - Caracterização quanto ao Tempo de moradia (anos)

Caracterização quanto ao tempo de moradia (anos)	
De 3 a 10	1
De 11 a 25	2
De 26 a 45	15
46 a 86	8

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Muito embora o critério para considerar uma pessoa como analfabeta funcional seja a quantidade de anos de estudo inferior a 4, é possível inferir, a partir do Quadro

4 – caracterização por escolaridade, que este dado na população entrevistada se encontra em torno de 46,1%. Já as pessoas que concluíram o ensino superior representam 7,6 % da amostra.

Quadro 5 – Caracterização por escolaridade

Caracterização por escolaridade	
Analfabeto	4
Fundamental incompleto	8
Fundamental completo	3
Médio incompleto	1
Médio completo	7
Superior incompleto	1
Superior completo	2

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Dos 26 entrevistados, 10 participaram ou participavam, no momento da pesquisa, de algum grupo social organizado, representando 38,4% da amostra. A maioria, 70 % destes participantes, se organiza em grupos, cujo objetivo está voltado para questões relacionadas ao trabalho e moradia e relataram nesta pesquisa que a associação e o cooperativismo, embora sejam processos complexos, representam uma forma de fortalecimento para enfrentar as dificuldades do cotidiano.

Quadro 6 - Caracterização por participação em grupos sociais

Caracterização por participação em grupos sociais	
Grupos Religiosos	3
Associação de Produtores (Leite e Agricultura)	3
Associação de Moradores	3
MST (Coordenação)	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Entre os entrevistados foram elencados 16 tipos de atividades trabalhistas distribuídos entre 2 funcionário público municipal (ACS e Técnico em Administração hospitalar) 10 agricultores e destes 2 também criavam gado bovino de leite, 5

comerciantes, porém 1 deles desempenhava a função de gerente e não era o proprietário do estabelecimento, 2 mulheres que exerciam atividades não remuneradas exclusivamente em suas casas, 2 feirantes que comercializavam os produtos das suas roças, 2 mulheres que geravam renda a partir do trabalho de destalar (retirar o talo central da folha do fumo) nas roças da família, entretanto não participavam da plantação do mesmo, 1 trabalhadora da empresa de mineração, 1 palhaço e uma pessoa encontrava-se desempregada, mas exercendo atividade em outra área. Deste universo de trabalhadores, 4 estavam exercendo trabalho formal com registro e 21 trabalhando como autônomos.

Observa-se que algumas pessoas exerciam, no momento da entrevista, mais que uma atividade laboral. Entretanto, as 6 mulheres agricultoras desenvolviam esta atividade como única fonte de renda enquanto os homens que desenvolviam a agricultura nestas condições eram apenas 2. Neste caso, as mulheres trabalhavam em roças administradas prioritariamente por seus companheiros e todas elas eram responsáveis pelas tarefas domésticas das suas casas, situação não vivenciada pelos agricultores.

Quadro 7 - caracterização por profissão/proprietário

(continua)

Caracterização por Profissão/Proprietário		
Profissão	Empregado.	Proprietário
Agente Comunitário de Saúde	1	
Técnico em administração hospitalar	1	
Comerciante – proprietário		
1. Farmácia		1
2. Restaurante		1
3. Fábrica de queijos		1
4. Seguradora veicular		1
Comerciante – Gerência Supermercado	1	
Agricultora		6
Agricultor		1
Agropecuarista		3
Trabalhadora doméstica		2
Feirante		2

Quadro 7 - caracterização por profissão/proprietário
(conclusão)

Caracterização por Profissão/Proprietário		
Profissão	Empregado.	Proprietário
Pedagogo		
Palhaço		1
Operário de mineração	1	
Destaladeiras		2

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Durante a permanência no município foi possível participar de momentos importantes que oportunizaram entrevistas com pessoas que encontravam-se ocupando cargos públicos ou privados de relevância para a compreensão do tema deste trabalho, como demonstrado a seguir:

Instituições entrevistadas:

1. Prefeitura – Prefeito atual e 2 ex-prefeitos
2. Câmara Municipal – 10 vereadores,
3. Secretarias Municipais - secretário e ex-secretários municipais de meio ambiente, secretário municipal de agricultura
4. Empresa de Mineração Vale Verde
5. Associação de moradores e micro e pequenos produtores rurais
6. Associação de produtores e agroprodutores familiares
7. Associação de moradores “Juntos somos fortes”
8. Associação de moradores do Bairro Corredor
9. Sindicato Rural
10. Movimento Sem Terra
11. Pastoral de Oração - Terço dos Homens/Igreja Católica
12. Núcleo de Projetos Sociais – Igreja Adventista

As perguntas realizadas, no contexto citado anteriormente, foram do tipo abertas e com o objetivo de estimular o interlocutor a narrar sobre o tema, não foram previamente elaboradas e partiam de questões trazidas pelo próprio entrevistado.

A coleta de dados, primários e secundários, se deu também, através de pesquisa documental em sites e bases de dados governamentais, jornais e revistas, recursos de propaganda e marketing (panfletos, folders, outdoors, cartazes, vídeos veiculados em TV/cinema/rádio e em plataformas digitais) além de entrevistas realizadas anteriormente e veiculadas nos espaços citados.

Análise de Dados

Diversas análises são realizadas durante o desenvolvimento de um projeto de estudo, porém, em dado momento é necessário que se estruture sistematicamente a forma de manejar o material produzido e agregado, de uma maneira tal, que este arranjo, decodifique a construção de um determinado conhecimento.

Nesta fase do projeto importa não perder de vista os objetivos que se pretendeu atingir e as premissas da metodologia adotada. Neste sentido, implica destacar que Portelli (2016, p.12) esclarece que “a história oral, no entanto, não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores.” Este trabalho se propõe fundamentalmente a compreender a percepção das pessoas sobre um evento específico.

A análise de dados na pesquisa etnográfica, de acordo, com Atkinson e Hammersley (1998, p.110-111) citados por Flick (2009, p. 214) “envolve a interpretação explícita dos significados e das funções das ações humanas”, já Peirano (2008, p.8) manifesta que é necessário “interpretar, traduzir, elaborar o diálogo que esteve presente na pesquisa de campo”.

A narrativa que se busca, coerentemente com a utilização de um roteiro semiestruturado, e, portanto, flexível, é temática e a transcrição do conteúdo das entrevistas será integral, uma vez que de acordo com Portelli:

Uma transcrição transforma objetos auditivos em visuais, o que inevitavelmente implica mudanças e interpretação [...] a mais literal tradução é dificilmente a melhor, e uma tradução verdadeiramente fiel sempre implica uma certa quantidade de invenção. O mesmo se aplica a transcrição de fontes orais. PORTELLI (1997, p.27).

O intuito da análise não é confirmar a veracidade do conteúdo da entrevista, pois, sem dúvida que a explanação do entrevistado traduz a verdade em que ele acredita naquele dado momento. E esta é a afirmação que importa. Entretanto, de que

forma esta história é contada, as representações e os significados implícitos neste *contar*, as pausas, velocidade do discurso, o tom e suas alterações, enfim, a análise da oralidade no discurso corrobora para a compreensão do que realmente se pretendeu dizer.

Conforme Portelli (1997, p. 28) “a fileira de tom e volume e o ritmo do discurso popular carregam implícitos significados e conotações sociais irreproduzíveis na escrita”. Sobre as pausas, Portelli (1997, p. 28) explica que “a posição e o exato comprimento da pausa têm uma importante função no entendimento do significado do discurso”.

Em face ao exposto, esclarece-se que a transcrição interpretativa não se trata de uma “transcrição”, termo utilizado por Portelli (1997 p. 40) para nomear uma transcrição reescrita e em certa medida manipulada. Desta forma, compreendeu-se que a produção do conhecimento, assim realizada, se torna uma comunhão de saberes e os preceitos éticos são reforçados neste processo.

A organização e a análise de dados aconteceram, de forma geral, desde a fase inicial da coleta, haja vista, a necessidade de elaborar o planejamento das entrevistas e o registro no diário de campo no momento mais próximo possível da experiência vivida.

O desafio de realizar uma análise crítica nos remete a algumas considerações. Essencialmente, não se trata de “misturar” diversas vivências buscando a homogeneização dos pensamentos e comportamentos, ao contrário, a busca foi pela diferença, pela contradição e até mesmo pelo conflito implícito. Buscou-se Identificar as diferenças sem transforma-las em critérios de valoração. Convém destacar que o próprio grupo de narradores formou um conjunto bastante diversificado.

A análise dos documentos orais aconteceu à luz das ideias e da confrontação de conceitos e definições dos autores citados nesta pesquisa e outros que foram incorporados ao longo da discussão. A esse respeito, Portelli (1997, p. 27) afirma que “aquilo que criamos é um texto dialógico de múltiplas vozes e múltiplas interpretações: as muitas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações e as interpretações dos leitores”.

Ocorre que a transcrição absoluta não dá conta de trazer o sentido à palavra e, este é o desafio desta análise: a busca pelo sentido, considerando o contexto histórico que envolve a narração assim como a subjetividade de quem narra. Ao entrevistador cabe valorizar a oralidade e o próprio processo de rememorar presente na narração.

Desta forma, compreende-se que a interpretação necessária para realizar a análise dos dados versa sobre o momento único e idílico no qual o contador une a sua subjetividade e historicidade ao discurso e o expressa através da oralidade. Lima e outros, refletindo sobre a oralidade descreve que,

[...] detalhes no momento da narrativa oral que não poderiam ser captados por instrumentos tecnológicos sem o olhar sensível e atento do pesquisador. A apreensão destes detalhes diz respeito à comunicação não verbal, que dá certo sentido à comunicação oralizada. (LIMA *et al.*, 2018, p. 122).

Em suma, importa cuidar para que a produção do conhecimento, neste caso em conjunto com os entrevistados, apresentada no presente trabalho, represente mais que as palavras e as vivências do que já é conhecido pelos envolvidos e, para que os que venham a ter acesso ao projeto saibam sobre as histórias e as motivações das pessoas de Craíbas.

“Eu sei bem a realidade, como nosso povo é sofrido, como é difícil a realidade numa cidadezinha do interior de Alagoas. É importante poder falar deste povo, contar a história, contribuir um pouco para que mais pessoas conheçam quem somos nós, a nossa realidade, saber que estamos situados no mundo. Nós não estamos alheios ao Brasil, nós somos Brasil também, eu só tenho que agradecer por esta oportunidade.” (Prata).”

3 A CANOA DE CRAÍBAS

A craibeira é a árvore símbolo do Estado de Alagoas, segundo o Decreto nº 6239, de 29/04/1985 (ALAGOAS, 1985). É comum em diversas áreas de Alagoas, embora tenha origem no semiárido. Também conhecida como caraíba, que significa forte, tem importância econômica por fornecer matéria prima para a construção de canoas, pois é resistente ao ataque de “buzano”, um tipo de molusco. Além disso, produz extratos medicinais, e serve para ornamentação de casas.

Figura 1: A árvore craibeira



Fonte: Secretaria de comunicação social – AL (1985) Foto: Mozart Souto

O município alagoano de Craíbas recebeu seu nome por conta da abundância desta espécie em seu território. Trata-se de um município novo. A data de sua emancipação política é 23 de abril de 1982.

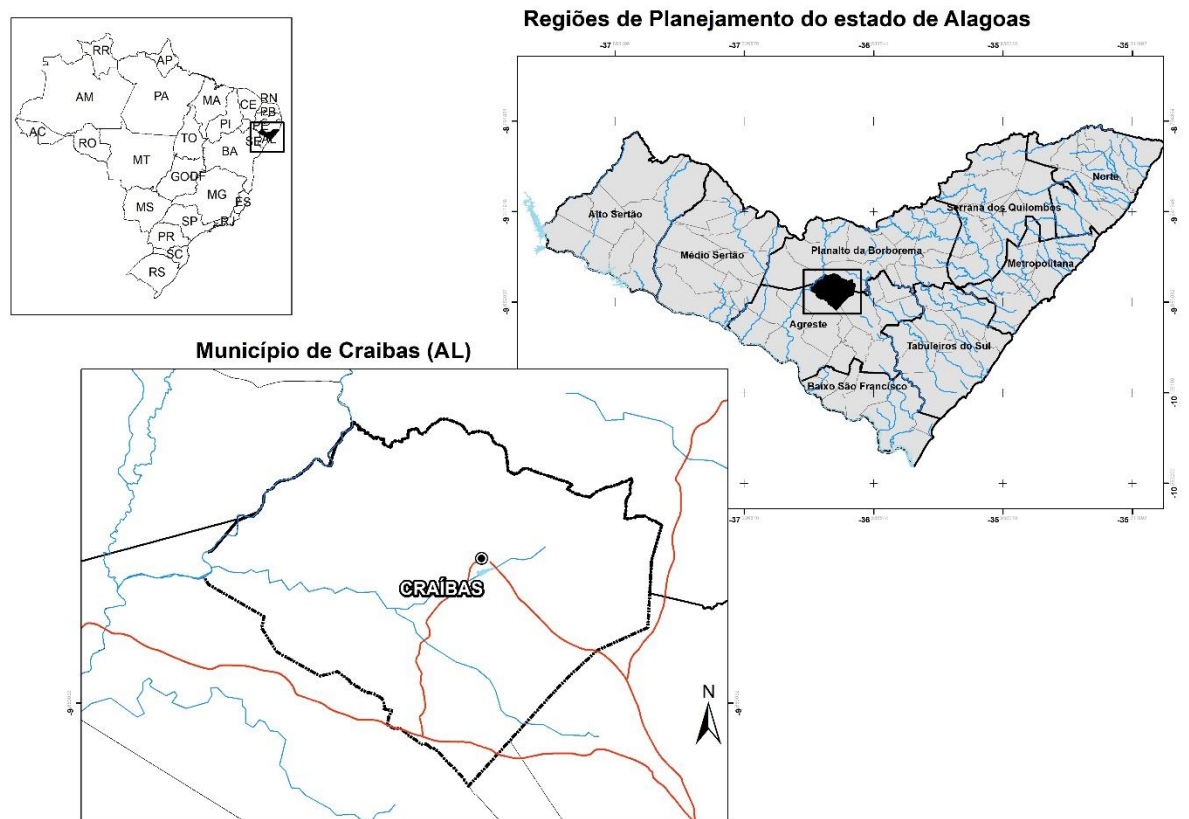
Figura 2: entrada da cidade



Fonte: Acervo da autora, 2020

O município de Craíbas está localizado na região central do estado de Alagoas, sendo que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma parte do seu território de 278,879 km² fica na região agreste e outra parte na região do sertão, desta forma, seu território encontra-se em uma zona de transição climática e, portanto, com distintas condições ambientais, embora o clima predominante seja tropical chuvoso com verão seco. A estação chuvosa ocorre no outono/inverno, conforme esclarecido no seu perfil elaborado pela secretaria estadual do planejamento e do desenvolvimento econômico (ALAGOAS. SEPLANDE, 2013, [n.p.] †*).

Figura 3: localização do município de Craíbas



Fonte: Elaboração: Prof.^a Dr.^a Sandra M^a F da Costa, 2020.

A sua população estimada em 2021 era de 24.396 habitantes. Em 2010, quando a população era de 22.641 habitantes, 7.328 pessoas viviam na zona urbana enquanto 15.313 viviam na zona rural, de acordo com o IBGE.

† Documento online não paginado.

Craíbas se encontra há 160 km de Maceió e os seus municípios limítrofes são Coité do Nóia, Igaci, Jaramataia, Major Isidoro, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa e Arapiraca, que é o polo de influência da sua microrregião.

As duas festividades mais movimentadas da cidade são a festa de Emancipação Política (23 de abril) e a festa da padroeira, Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro), além das festividades juninas, principalmente nas comunidades mais distantes do centro. Segundo um morador:

“Nós tínhamos algumas datas importantes no calendário que é a emancipação política, o pessoal gosta muito desta data porque é data de festas. A festa junina no mês de junho, como todo bom nordestino, o pessoal para mesmo, para agradecer à Deus pela chuva, pelo plantio. Vejo muito a situação das três fogueiras, Santo Antônio, São João e São Pedro, infelizmente, não tivemos muito isso, por conta da pandemia, mas a gente vive muito estas datas. A gente festeja muito e, a festa da padroeira que é em 8 de dezembro, Nossa Senhora da Conceição.” (Calcário).

A vivência durante o período de desenvolvimento da pesquisa, possibilitou a observação sobre aspectos importantes do município que auxiliaram na elucidação das rotinas deste lugar. O diálogo com os craibenses fluiu espontaneamente, baseado em gentileza e simplicidade. As pessoas demonstraram sentir-se valorizadas por poder falar de seus costumes e dedicaram tempo para esta prática.

Figura 4: Experienciando a vida craibense/destalando fumo



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Um dos primeiros pontos que se observa ao transitar pela cidade é o calçamento bastante irregular e só existente nas principais ruas do centro, desta

forma, um melhor planejamento das vias públicas poderá tornar o acesso mais igualitário e seguro na cidade.

Figura 5: Calçamento irregular



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 6: Calçada obstruída



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 7: calçada/roça de subsistência



Fonte: Acervo da autora, 2020

O esgotamento sanitário em Craíbas no censo de 2010, de acordo com dados do IBGE era de 7,4%, assim, é comum notar, tanto água servida como dejetos expostos ao longo das vias, ainda que, com improvisações realizadas pelo setor público ou pela população, a fim de melhorar a qualidade de vida local. Nos bairros e povoados afastados, a existência de fossa é alta.

Figura 8: escoamento de água servida de um restaurante no centro



Fonte: Acervo da autora, 2020

O município de Craíbas possuía 4003 estabelecimentos, sendo 3876 residências, que eram servidas de água tratada por meio de rede pública de abastecimento da Companhia de Saneamento do Estado de Alagoas (CASAL), uma empresa de sociedade de economia mista. Em 2017, de acordo com o IBGE, havia 152 km de extensão total da rede. O fornecimento diário era de 1.770 m³ de água no referido ano.

É muito comum encontrar diversos açudes naturais em todo o município, inclusive na área de sertão, entretanto, a água natural de Craíbas é altamente salinizada, imprópria para consumo de homens e animais e também para a agricultura. Os narradores explicam, como a seguir.

“A gente tem o maior açude da região próximo à entrada da cidade. Salgado não tem consumo prá nada. O esgoto tá sendo jogado lá e, é impróprio que nem passarinho bebe lá. O consumo de, acredito, que 99% da população craibense, hoje o consumo de água é tudo do rio, água do carro pipa.” (Alumínio).

Figura 9: açude natural, muito comum na paisagem



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Inúmeros poços artesianos são perfurados e dessalinizadores são instalados em acordo públicos firmados através de programas estaduais. A vida útil dos dessalinizadores é muito curta devido ao alto teor de sal. O abastecimento é realizado, em boa parte através de carros pipas em programa municipal ou comprado pela população.

Figura 10: distribuição de água através de carro pipa



Fonte: Acervo da autora, 2020

Não existe transporte público municipal, exceto escolar e para tratamento de saúde em alguns poucos casos. Moto taxi é o serviço de transporte predominante no município, mas funciona até as 19 horas. Trata-se de um serviço privado. O consórcio de transporte alternativo de Arapiraca mantém uma linha com trajeto entre estas duas cidades. A acessibilidade poderia ser melhorada a partir da circulação de transporte intermunicipal.

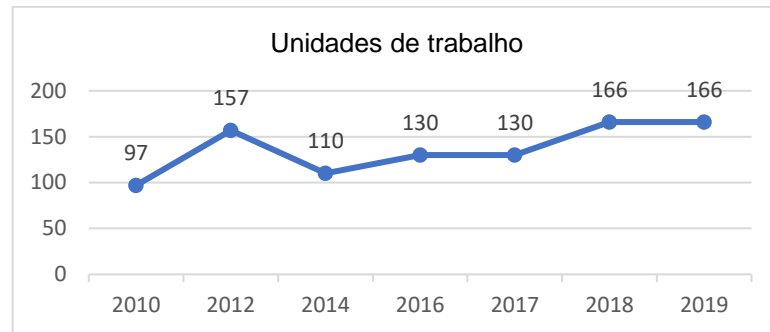
Figura 11: Moto taxi



Fonte: Acervo da autora, 2020

A atividade econômica predominante do município é a agricultura, sobretudo o cultivo de fumo. Atualmente, muitas pessoas, principalmente as mais jovens, buscam trabalho em outros setores, inclusive no município de Arapiraca que fica localizado a 21 Km de Craíbas e, é um grande centro de comércio e de serviços.

Quadro 8: Unidades de trabalho



Fonte: IBGE

Observando-se os dados de unidades de trabalho no município de Craíbas, segundo o IBGE, é possível observar que houve incremento entre 2010 e 2012 seguida por queda acentuada em 2014 e com tendência de elevação até 2018, mantendo-se no mesmo patamar em 2019. O acréscimo entre 2018 e 2019 foi de 17 unidades.

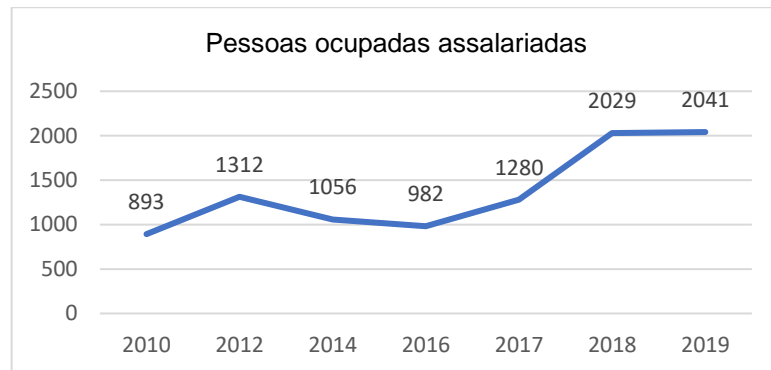
Quadro 9: Pessoal Ocupado



Fonte: IBGE

Os índices de pessoas ocupadas seguiram a mesma tendência das unidades de trabalho, ou seja, apresentaram elevação a partir de 2017 e praticamente estável entre os anos de 2018 e 2019, com aumento de 4 pessoas ocupadas neste período.

Quadro 10: Pessoas ocupadas assalariadas

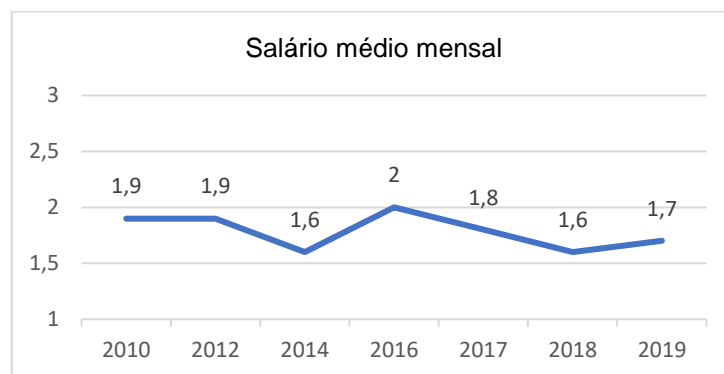


Fonte: IBGE

Em comparação com o número de pessoas ocupadas em 2018 e 2019 houve redução das pessoas assalariadas.

A Figura 11 mostra a realidade sobre a média salarial no período de 2010 a 2019, de acordo com dados do IBGE.

Quadro 11: salário médio mensal



Fonte: IBGE

No eixo vertical observa-se a média salarial considerando-se o salário-mínimo vigente em cada ano. Observa-se que em 2017 em detrimento do aumento de unidades e postos de trabalho, o rendimento médio começou a declinar e, muito embora tenha ocorrido aumento de pessoas ocupadas assalariadas em 2018 e 2019, o salário médio não se recuperou, sendo o seu valor idêntico ao ano de 2013 (1,7).

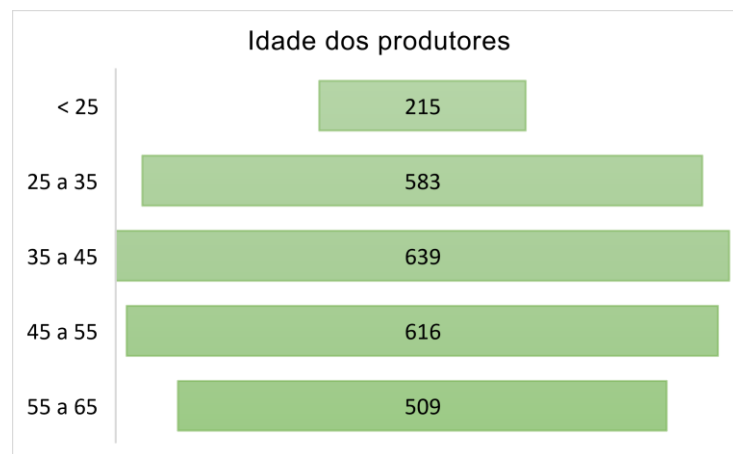
Em 2017 foram identificados pelo IBGE 2.932 estabelecimentos agropecuários, destes, 2080 pertenciam a produtores individuais, sendo 1.989 proprietários das

terras. Considerando que a área utilizada pelos produtores rurais foi 12.618 hectares é possível inferir uma área média por produtor num total de 6,1 hectares.

Quanto ao aproveitamento das terras, de acordo com o IBGE, em 2017, haviam 5.445 hectares destinados ao plantio de lavouras temporárias, ou seja, com cultivo por menos de 1 ano, como feijão, milho e o fumo. Já as áreas destinadas a pastagens naturais somavam 5.208 hectares e as plantadas foram 2.317 hectares.

A maioria dos produtores era do sexo masculino totalizando 2.019 homens e 711 mulheres, em 2017. 542 agricultores responderam não ter tido acesso a nenhuma forma de alfabetização e 1.091 pessoas responderam que tiveram algum tipo de formação, porém sem completar o ensino fundamental. 410 agricultores concluíram o ensino médio e 55 concluíram o ensino superior, em 2017, de acordo com o IBGE.

Quadro 12: idade dos produtores



Fonte: IBGE

Ressalte-se que os agricultores com mais de 65 anos totalizaram 368 pessoas. Quanto a cor ou raça, 843 pessoas se disseram brancas, 183 pretas, 22 amarelas, 1.881 pardas e 1 indígena.

Um dado que reforça a narrativa sobre o predomínio da agricultura familiar no município é apontado pelo IBGE. Os estabelecimentos nos quais os agricultores possuíam relação de parentesco com o proprietário totalizou 2.926, versus 360 aonde não havia laços de parentesco com o proprietário da terra.

Figura 12: roça de feijão para subsistência



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 13: roça de fumo e milho (fonte de renda da família)



Fonte: Acervo da autora, 2020

A maior parte dos produtos cultivados, sobretudo o fumo, é comercializado nas feiras públicas. Uma delas, a do centro, acontece no sábado e a outra, no Distrito de Folha Miúda, aos domingos. O início das atividades se dá por volta das 4:00 da madrugada. As feiras representam o lugar de encontro das pessoas, o ponto alto do

comércio local, o início da nova semana dos craibenses, pois é lá que se organiza do cardápio à renda disponível para os próximos dias.

Figura 14: preparação para a feira na sexta-feira à noite



Fonte: Acervo da autora, 2020

A feira ocupa em média 6 ruas, aproximadamente 2Km. Nela comercializa-se inúmeros tipos de produtos como roupas, livros, ferramentas, plantas, brinquedos, bolos e biscoitos, artesanato, além de frutas, verduras e carne. Muita carne. Carne de peixes, aves, suína, bovina, caprina. Exceto pelos peixes que vem de Pernambuco, as demais carnes são de animais abatidos no município ou no abatedouro do município vizinho Campo Grande que fica a 52 Km de Craíbas.

Figura 15: Banca de peixes



Fonte: Acervo da autora, 2020

As aves são abatidas durante a madrugada, logo no início da feira, em casa próxima as barracas de venda. Os caprinos e suínos costumam ser abatidos nos sítios da redondeza. Muito embora, a prática de abate de animais de grande porte seja proibida de forma primitiva, esta situação ainda é frequente, devido a deficiência na fiscalização e pela questão cultural da região de não apreciar o sabor da carne resfriada ou congelada.

Figura 16: Banca de carne



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 17: venda de carne suína



Fonte: Acervo da autora, 2020

O fumo vendido na feira conta com a figura do atravessador, que é quem tem contato com a empresa que fará a venda do produto para o mercado nacional e, este para o mercado internacional, quando for o caso. Os produtores não costumam vender toda a produção de uma vez, haja vista, que é desta produção que ele vai tirar a renda para sobreviver até a colheita do próximo ano.

Figura 18: comércio das “bolas” de fumo



Fonte: Acervo da autora, 2020

As pessoas da zona rural aproveitam o dia de feira para “resolver as coisas da cidade”, ou seja, fazer as compras de supermercado e outros pontos do comércio, realizar operações bancárias no único ponto de atendimento da Caixa Econômica na cidade e, tudo o mais que for possível concluir na área urbana. A cidade, especialmente até as 15:00 horas, ganha ares de festa e a movimentação destaca-se da calma dos outros dias.

Figura 19: Barracas roupas, ferramentas, etc.



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 20: Barracas livros e artesanato, etc.



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 21: Barracas utensílios domésticos, etc.



Fonte: Alves, 2020

É recorrente nas narrativas colhidas nesta pesquisa, a descrição da atividade agrícola com uso de técnicas rudimentares, tendo sendo dito por pessoas que estão à frente da gestão municipal, como pelos trabalhadores. A seguir alguns trechos que evidenciam tal situação.

“Tudo o que nós produzimos hoje, nós temos um consumidor que é Arapiraca. O nosso problema maior é a qualificação do nosso povo. Nós estamos plantando milho como os índios plantavam milho.” (Vereador 4).

“O fumo que é a maior cultura da região é uma agricultura artesanal que requer que tudo seja feito no braço. Nós não temos maquinário aqui adequado para a cultura do fumo.” (Gestor da secretaria municipal de agricultura, 2021).

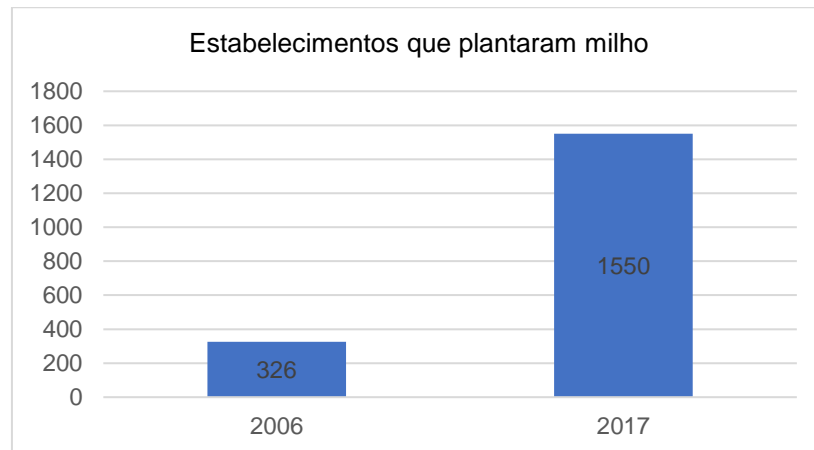
Figura 22: plantação e varal de fumo



Fonte: Acervo da autora, 2020

Infelizmente não há dados em órgãos oficiais que permitam elaborar uma série histórica da produção de fumo no município de Craíbas. No caso do milho, esta comparação é possível graças ao IBGE que possui os dados dos anos 2006 e 2017, como demonstrado na figura a seguir.

Quadro 13: Estabelecimentos que plantaram milho em 2006 e 2017



Fonte: IBGE

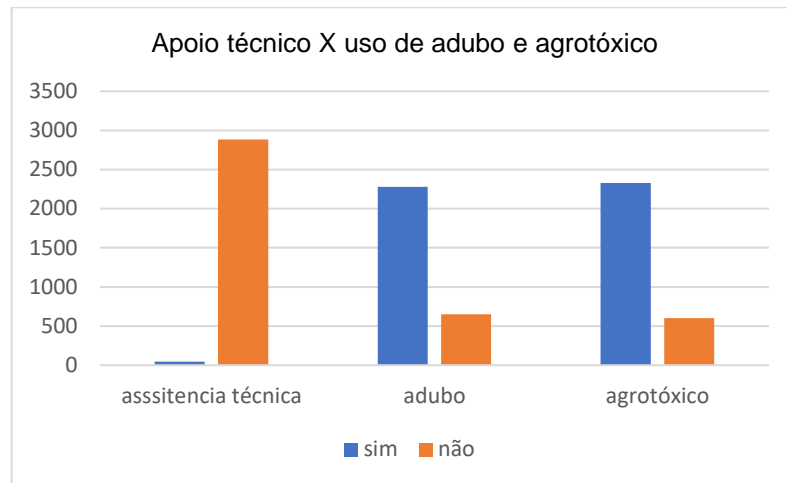
Figura 23: Plantação de milho. Paisagem cada vez mais comum.



Fonte: Acervo da autora, 2020

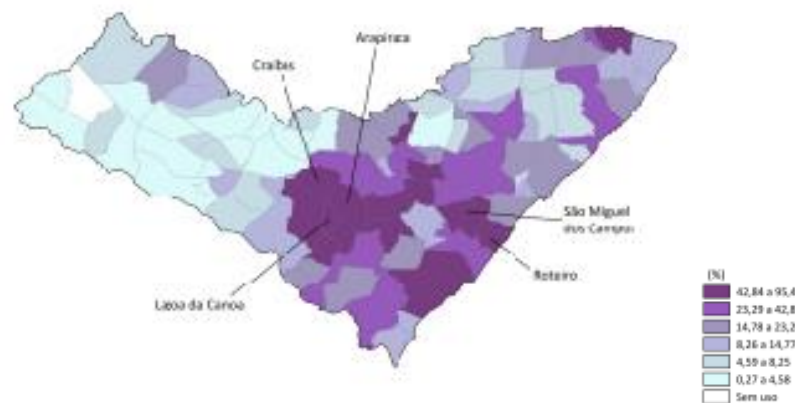
Ainda em 2017, o IBGE apontou que em 1947 estabelecimentos, os agricultores procediam ao cultivo convencional em relação ao sistema de preparo do solo e as pessoas não receberam apoio especializado, mesmo assim utilizaram adubo e agrotóxicos.

Quadro 14: Apoio técnico e uso de adubo e agrotóxicos



Fonte: IBGE

Figura 24: Estabelecimentos que utilizam agrotóxico x total estabelecimentos nos municípios



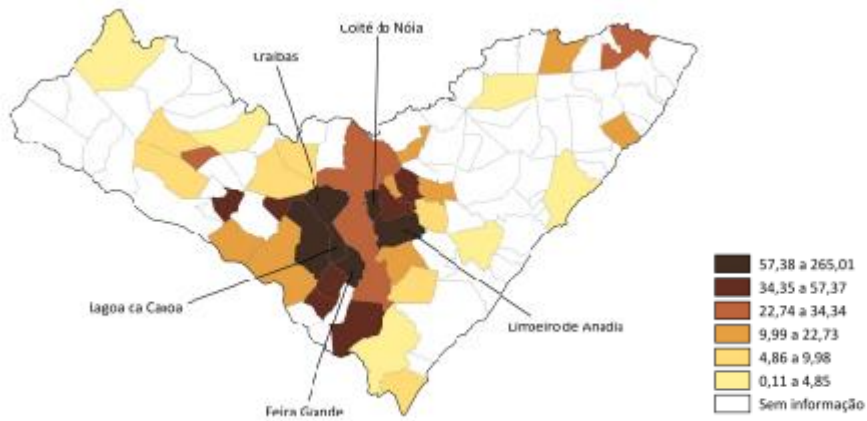
Fonte: Bombardini, (2017, p.110).

A figura 23 mostra que os estabelecimentos agrícolas do município de Craíbas utilizam agrotóxicos de forma acentuada. Os narradores desta pesquisa corroboram com o estudo desenvolvido pela Dra. Larissa Bombardini e apontam que o uso de agrotóxicos está relacionando ao plantio de fumo. Esta situação é, ainda mais grave na região, devido a não utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) durante o manejo dos produtos.

“Mas aí eu não conheço ninguém que tem (EPI), a gente vê todo mundo com problema, na realidade a gente sabe que existe e, na questão do veneno... porque o veneno é na hora que o fumo tá na terra, o veneno na terra, é veneno na folha, é veneno prá lagarta, é veneno prá tudo isso, então ao longo prazo, a gente sabe que não tem prá onde correr. (Urânio).”

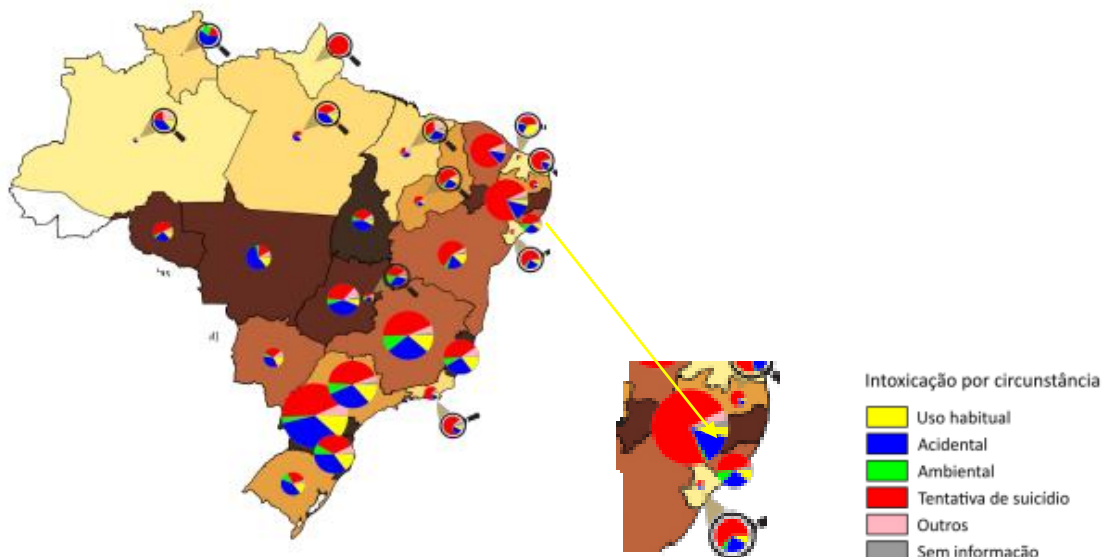
É de conhecimento amplo que os casos de intoxicação, assim como os de envenenamento autoprovocados são subnotificados em todas as regiões do país. Ainda assim, o Atlas de Agrotóxicos aponta para dados alarmantes. Na Figura 25 observa-se a situação em Alagoas entre 2007 e 2014.

Figura 25: Intoxicação por agrotóxico agrícola
(casos em relação a população do município – 1/100.000)



Fonte: Bombardini (2017, p 161).

Figura 26: Intoxicação por agrotóxico (circunstância)

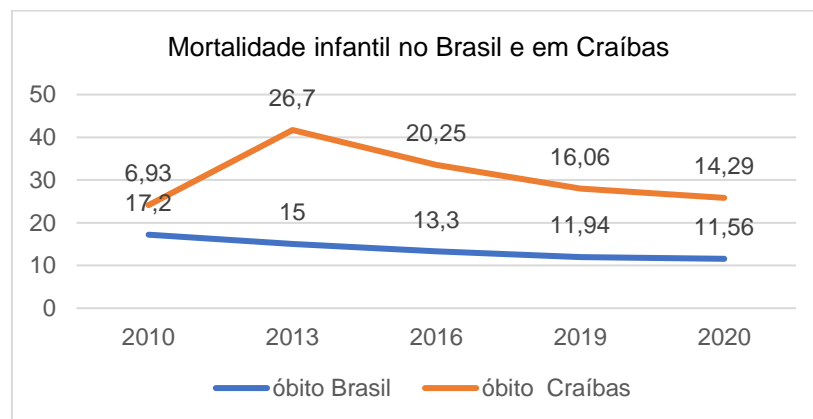


Fonte: Bombardini (2017, p. 176).

No detalhe da Figura 26 observa-se o estado de Alagoas e a proporção de caso de tentativas de suicídios com a utilização de veneno agrícola.

Em síntese a maioria dos agricultores é formada por homens com pouca instrução formal, na faixa etária de 35 a 55 anos, proprietários da terra e que não recebem apoio institucional ou privado para adubação ou uso de agrotóxicos, mesmo assim os utilizam em altas proporções, em lavouras majoritariamente temporárias e sofrem agravos importantes à saúde como consequência.

Quadro 15: Mortalidade infantil no Brasil e em Craíbas

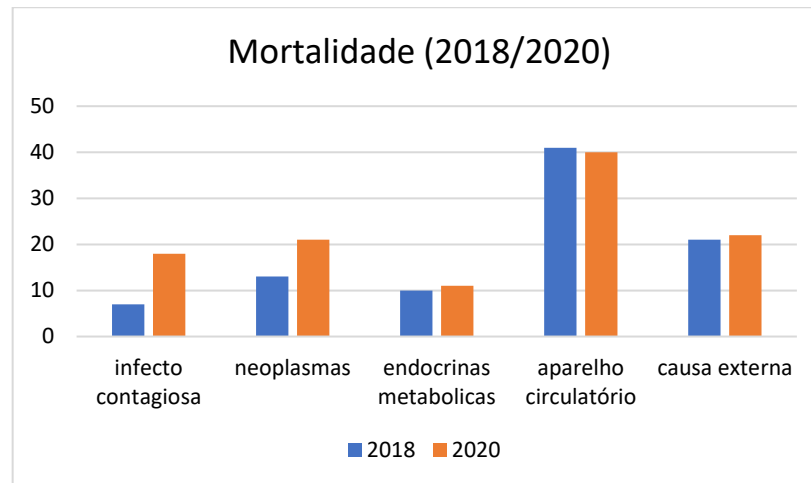


Fonte: IBGE

De acordo com Ribeiro (2022), a taxa de mortalidade infantil (MI) é “um importante indicador da qualidade dos serviços de saúde, saneamento básico e educação de uma cidade, país ou região”. No quadro 15 observa-se que a mortalidade infantil em Craíbas e no Brasil são semelhantes, entretanto a taxa no município é mais alta.

A causa das mortes em geral, analisadas em 2018 e 2020, mostraram que a causa mais prevalente foi por doenças do aparelho circulatório, seguido de causa externa e neoplasias. O aumento mais significativo na causa da morte, aconteceu no grupo de doenças infecto-parasitárias, comparando-se os anos de 2018 e 2020. Vale ressaltar que em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia de covid 2019.

Quadro 16: Mortalidade

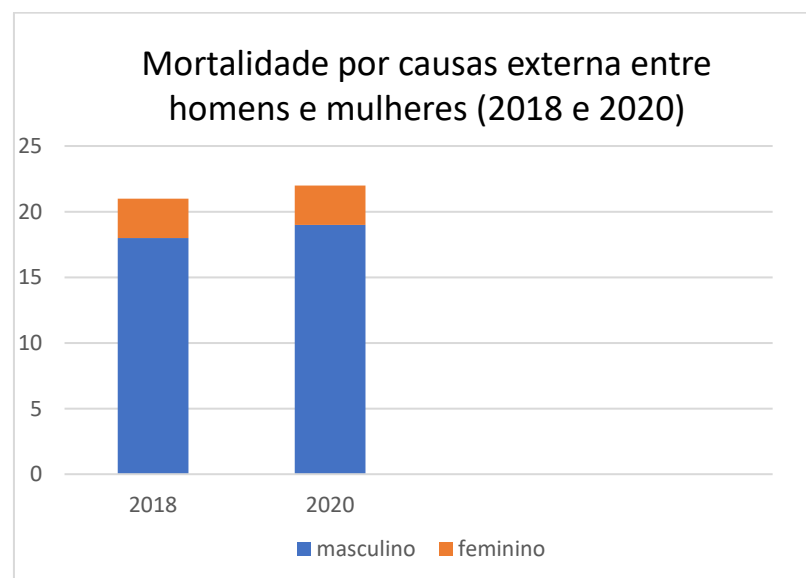


Fonte: IBGE

As faixas etárias com maior ocorrência de morte foi a de 80 e mais (15), seguida das faixas 50 a 59 (7), 60 a 69 (5), mas o que chama a atenção é o aumento na faixa etária de 15 a 17 (3) que representa 88,2%, comparando-se os anos de 2018 e 2020.

Ainda sobre mortalidade, o número de óbitos de homens foi maior que o de mulheres no período de 2010 a 2020, crescentes nos dois casos.

Quadro 17: Mortalidade por causa externa



Fonte: IBGE

A cidade de Craíbas possui um centro urbano que reúne domicílios e muitos pontos de comércio e serviços. Existe ainda, um distrito, conhecido como Folha Miúda, com características semelhantes ao centro. A Empresa de Mineração Vale Verde está localizada à aproximadamente 3 km do centro da cidade de Craíbas.

A maior parte da população ainda mora na zona rural do município. O último censo realizado em 2010 apontou que 7.328 das pessoas moravam na zona urbana e 15.313 moravam na zona rural.

As vias vicinais são reparadas pela prefeitura com piçarra, De acordo com Bendfeldt et al. (2001 apud SILVA 2018), “nas áreas de extração de piçarra, a degradação do solo é oriunda da remoção da cobertura vegetal e das camadas de solo fértil superficial (topsoil), além da compactação do solo pelo tráfego de máquinas”. O referido autor conclui que “nessas condições, o retorno natural da vegetação na área degradada é extremamente limitado e dependente de intervenção antrópica.”

Figura 27: “piçarreira” (do lado esquerdo e em segundo plano)



Fonte: Acervo da autora, 2020

Os narradores demonstram afeição pelo município, buscam evidenciar suas qualidades e o envolvimento que possuem com o local. Os trechos das histórias que são mostrados a seguir falam destes sentimentos de identidade e de pertencimento.

“A minha história se confunde com a história de Craíbas. (Calcário).”

“Cidade pacata, cidade sem violência, cidade sem tumulto de gente violenta. Aqui a gente vive sossegado demais. (Chumbo).”

“Eu só acrescentaria as qualidades do nosso povo, são pessoas muito simples, a nossa realidade é uma realidade muito simples, mas somos boas pessoas com carinho muito grande, pessoal muito caridoso. A gente se vê assim como uma comunidade muito junta. (Prata).”

“Cidade pequena com população pacata. É assim a vida em Craíbas [...] cidadezinha que não tem essa visão de cidade grande aonde o povo tem grandes festas, movimentação, correria. É uma cidade calma, um povo ordeiro, mas sem muitas festas, é um povo calmo, pessoas simples e de vida simples também. (Grafeno).”

Ao longo das entrevistas é possível observar uma relação entre a identidade das pessoas do município, que em algum momento sentiu orgulho por estar vivenciando uma transformação na sua história a partir da exploração de minérios e, logo depois, o receio da decepção ou preocupação com o futuro. É o que está retratado na fala a seguir.

“Com a implantação da mineradora posso dizer que já fui mais otimista quanto a situação, em outros momentos quando a gente viajava em encontros da Pastoral, do qual eu fiz parte, eu dizia assim com muita alegria quando me perguntavam de onde você é? onde você mora? Ah, eu moro em Craíbas, a terra dos minérios, terra do ouro. E a gente assim, pelo menos na minha área, a gente não viu mudanças neste sentido, mas a cidade no geral está tendo transformação. (Calcário).”

“No começo eu pensei que ia ser bom. Eu pensei que ia ser ótimo no começo né? Porque eles prometeram muitas coisas, mas agora não é nada bom não. (Titânio).”

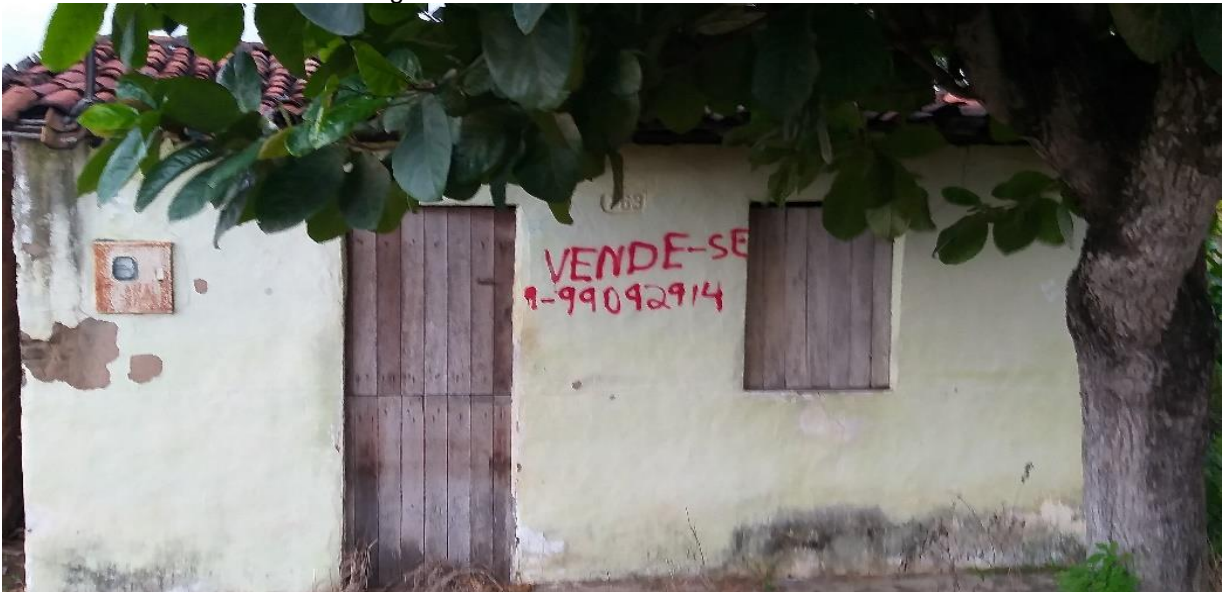
Já é possível observar algumas transformações no município devido às atividades de extração de cobre, como por exemplo, o alto número de imóveis à venda, principalmente no entorno da Mineradora Vale Verde, no entanto, existe uma queda acentuada nos valores destes imóveis. A Figura 28 mostra um imóvel à venda, separado da enorme pilha de rejeitos secos da MVV pela rodovia AL-115, onde ainda se encontram muitas residências vizinhas à mineradora.

Figura 28: venda de imóveis



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 29: inúmeras residências à venda



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 30: Venda imóvel



Fonte: Acervo da autora, 2020

Muitos povoados e parte de alguns deixaram de existir devido a implantação da planta de beneficiamento do cobre, da área da mina da MVV e da área de preservação que agora pertence a ela. Alguns exemplos, são os povoados Sítio das Lages e Sítio Melancia que foram totalmente extintos e o Povoado Itapicuru que foi parcialmente eliminado.

Figura 31: casa de povoado que deixou de existir e atualmente pertence a MVV



Fonte: Acervo da autora, 2020

O fato de nunca sabermos tudo, ao mesmo tempo e de todos os modos, não significa que nada saibamos. (CORTELLA, 2015, p. 32).

4 RECURSOS NATURAIS: A ECONOMIA DO COBRE

Existe relativa confusão a respeito dos termos recursos naturais, recursos ambientais, meio ambiente e natureza, que não se expressam apenas no cotidiano da pessoa leiga aos estudos relacionados a estes temas. Cabe atentar para tal fato, a fim de apreender a que realmente se refere as narrativas e intensões, sobretudo ao se tratar de políticas públicas. De acordo com Richard Dulley, Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola,

No Brasil, os órgãos ligados institucionalmente ao meio ambiente preferem a denominação recursos ambientais, ao passo que os mais ligados à produção agrícola preferem recursos naturais e quando se conversam não há sequer uma homogeneidade, ficando cada um com o seu termo e visão preferidos. Com as mais recentes tentativas de valorização dos recursos ambientais e/ou naturais surgem novas denominações como ativos e passivos ambientais. (DULLEY. 2004, p.25)

Outro cuidado importante que, de acordo com Dulley (2004, p.26), deve-se ter em mente é que “a natureza deve ser e é pensada no espaço e no tempo”, desta forma, o contexto em que se discute o tema referente ao estudo da Natureza deve ser conhecido.

Nesta pesquisa, foi adotado como referência o conceito de recursos naturais, conforme citado pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Instituição pública com direito privado, mas ligada ao Ministério da Educação e que desenvolve pesquisas sociais, sobretudo nas regiões norte e nordeste do Brasil. De acordo com a FUNDAJ,

Recursos Naturais são aqueles que nosso planeta nos oferece sem a necessidade de intervenção humana. Eles são essenciais para a sobrevivência, mas, se forem consumidos em um ritmo mais rápido do que a sua regeneração natural, como acontece atualmente, eles podem acabar. (FUNDAJ, 2021, [n.p.]).

Importa ressaltar que os recursos naturais podem ser renováveis ou não renováveis, desta forma, alguns poderão ser extintos definitivamente, porém outros, mesmo sendo renováveis, poderão sofrer esgotamentos, caso não seja respeitado o tempo necessário para sua regeneração.

O Earth Overshoot Day é um cálculo baseado no consumo e regeneração dos recursos naturais no intervalo de um ano. Este cálculo tem demonstrado que há 50 anos o planeta está sendo consumido 1,7 vezes por ano.

Em 2020, a data correspondente ao “uso de um planeta” em recursos naturais aconteceu em agosto, devido a pandemia, porém em 2021, este ápice se deu em 27 de julho. A proposta é promover, sobretudo nos grandes centros urbanos, a redução do consumo desenfreado a fim de atingir o equilíbrio entre exploração dos recursos naturais e o tempo necessário para sua renovação na Terra até o ano de 2050. (JORNAL DO COMÉRCIO, 2021).

Os conceitos de meio ambiente e recursos ambientais adotados no presente trabalho, estão explicitados na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6938/81) no seu artigo 3. Parágrafos I e V, que os definem respectivamente. Assim entende-se:

meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

Recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. (BRASIL, 1981, [n.p.][‡]).

Dulley (2004), resume que a “soma” do conhecimento que a humanidade adquiriu sobre os meios ambientes das outras espécies “produz” o ambiente. Este autor destaca o caráter holístico desta “soma”, que ao final é um “todo” maior e mais complexo que as partes.

O ser humano, ao longo da sua história, sempre transformou recursos naturais a fim de garantir ou melhorar sua sobrevivência. A arquiteta Luciana Ramalhao (2021) cita que “o desenvolvimento da civilização sempre teve uma forte relação com a mineração, contudo ela era lenta é perigosa”.

Existem vestígios de mineração de cobre no Egito, desde 3000 ac, já na região da França e Grã-Bretanha, na Nova Idade Média, a sílex (rocha sedimentada) era utilizada na construção de ferramentas.

A disponibilidade de recursos naturais no planeta não é uniforme. A exploração destes recursos ao redor do mundo sofre alterações de acordo com a época e a organização da sociedade e, portanto, conforme o modelo econômico vigente.

Convém repassar, conforme Piedras (2021), que o capitalismo é um modo de produção, cuja principais características são a divisão da sociedade em classes,

[‡] documento online não paginado

notadamente os detentores dos meios de produção e o proletariado, portanto, a predominância de trabalho assalariado, a propriedade privada, o consumo, a acumulação de riquezas e o lucro.

O capitalismo, por sua espetacular capacidade de reinvenção, pode ser dividido em fases. Neste sentido, a primeira fase é apontada por alguns autores como pré-capitalismo ou capitalismo comercial ou mercantil, foi implementado do final do século XV, período das grandes navegações, no qual Portugal se destacava, até a revolução Industrial.

As grandes navegações tinham como objetivo principal trazer mercadorias, principalmente tecidos, especiarias e pessoas escravizadas, de lugares distantes, geralmente colônias, para as metrópoles. Neste sentido, Caldeira (2017) relata que no período colonial, a metrópole podia contar todos os recursos naturais que fossem conhecidos e passíveis de serem explorados nas suas colônias. O extrativismo neste período tornou-se mais acentuado e, o bem apropriado passou a servir à metrópole em si e também para os pagamentos de suas dívidas com outras metrópoles.

O mercantilismo, necessitava de locais estratégicos para aportar os navios e distribuir as mercadorias, após a negociação acerca de preços de compra e venda. Foi assim que surgiu a primeira Bolsa Mercantil em Amsterdã. Ocorre que nestes espaços, surgiram atores conhecidos como corretores que negociavam títulos de dívida, mercadores e banqueiros.

A emergência destes atores juntamente com a necessidade de recursos para as navegações desenhou o que seria conhecido posteriormente como Bolsa de Valores. Por questões de facilidades logísticas, estas casas iriam trabalhar com papéis que representariam as mercadorias e não mais as mesmas, em espécie, e assim, substituíram as bolsas de mercantis.

Ora, se por um lado o extrativismo de que se ocupava a colônia e a metrópole ocorria de forma quase natural, por outro, representava claramente a divisão social entre exploradores e explorados. Esta situação tende a se complexar a partir do surgimento de novas nações através da independência das colônias.

Conforme Piedras (2021), A Revolução Industrial representa marco para algumas situações importantes da História, como por exemplo, o aumento da

exploração de recursos naturais e o surgimento de uma nova fase do modelo econômico, ou seja, o capitalismo industrial. A produção e consumo agora se dá em larga escala e a urbanização torna-se acelerada, sem que haja planejamento e, portanto, recursos básicos a disposição dos novos moradores das cidades.

Neste contexto, o mundo, dividido basicamente entre colônias e metrópoles e novas nações, passa a consolidar nova forma de divisão, agora a partir do trabalho desenvolvido.

Não por coincidência, as antigas colônias se mantiveram, após a independência, como fornecedoras de matérias prima, que são os recursos naturais, enquanto as metrópoles avançaram em atividades industriais com uso crescente e mais complexo das tecnologias, o que significa aumento da necessidade de matéria prima. Consolidou-se, assim, a divisão internacional do trabalho.

A determinação do uso dos espaços, e, por conseguinte, o extrativismo e a industrialização, não é uniforme ou simultânea, sendo esta desigualdade importante para a manutenção do capitalismo. Neste sentido, é possível concordar com Maristella Svampa (2019), que argumenta que a dinâmica do extrativismo local e global está à mercê de grandes variações subordinadas à ordem econômica, ou períodos definidos como ciclos econômicos.

A América Latina sempre representou um espaço de interesse para a exploração pelo capital e desta forma, sempre esteve sujeita a violências associadas a apropriação, destruição, saque e genocídio. De acordo com Svampa (2019), a região

foi se reconfigurando no calor dos sucessivos ciclos econômicos impostos pela lógica do capital – uma reconfiguração que em nível local, implicou um grande contraste entre lucro extraordinário e extrema pobreza, assim como uma enorme perda de vidas humanas e a degradação de territórios convertidos em área de sacrifício. (SVAMPAS, 2019, p.21).

Ao passo que a produção e a exportação são exigidas agora em larga escala, segundo Svampa (2019, posição 250,) a inserção destes países se dá de forma “subordinada a economia mundial”. Diante do exposto, cabe perguntar, como acontece a cooptação destes países pelo modelo capitalista de produção?

Em busca da resposta à pergunta anterior é necessário fazer algumas reflexões. Primeiramente, o extrativismo, representa, além da exploração, a possibilidade de desenvolvimento socioeconômico. Em alguns casos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), a exploração de recursos naturais representa mais de 60 % do produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Diante disso, o Estado, passa a atuar mais no sentido de facilitar as atividades extrativistas, pois, torna-se dependente destas.

O modelo capitalista precisa expandir suas fronteiras a fim de garantir maiores lucros e acumulação de riquezas, para isso é necessário que o Estado participe criando um arcabouço que facilite a exploração dos territórios e, neste caso, dos seus recursos ambientais, através do afrouxamento das leis. Além disso, o Estado, conforme Prebisch (2000 apud SEVERIAN, 2020, p. 146), deveria promover “a maior flexibilidade dos salários, isto é, o controle da massa salarial permite o achatamento dos preços preservando as margens de lucro”.

Outra característica do capitalismo, descrita por Svampa (2019), é criar e fomentar uma narrativa única sobre a possibilidade de existência das pessoas e da sociedade como um todo. Neste contexto, A ideia de desenvolvimento pulverizada por este modelo econômico encontrou um campo fértil nos países em desenvolvimento, mas, mostrou-se também ser bastante ilusória.

Vale notar que Svampa (2019, p.21) se refere a ilusão desenvolvimentista “traduzida na ideia de que, graças às oportunidades oferecidas pelo novo auge das *commodities* e, mais ainda, pelo papel ativo do Estado, seria possível alcançar o desenvolvimento”.

Conforme Severian (2020), o termo *commodity* se refere a produtos considerados matéria prima, portanto, em estado natural ou submetido a pouquíssimo processamento e que para o tal, exista alta demanda no mundo e, portanto, são produzidos em larga escala. Assim, temos *commodities* agrícolas, como o café, chás, milho, trigo, soja entre outras, e de carnes, além de *commodities* minerais, como o cobre, ouro, minério de ferro e ainda, as *commodities* financeiras, como por exemplos, os títulos do tesouro ou as criptomoedas.

O preço das *commodities* são regulados pelo mercado, ou seja, pela demanda de oferta e procura. Assim sendo, a sua instabilidade é grande. Além disso o seu valor

é cotado não na moeda corrente do país, mas em dólar, o que torna dispare a oferta entre mercado interno e externo, sendo esta, uma das causas para a escassez ou alta de preços de produtos no mercado interno.

Uma importante consequência negativa para a oscilação de preços apontada por Severian (2020, p.146) diz respeito ao fato de que os produtores precisam “arcar periodicamente com os impactos negativos sobre sua estrutura fiscal e produtiva e, a depender de seu grau de especialização, com o comprometimento de seu nível de atividade, emprego e renda”.

Sobre a condição dos países dependentes de commodities e que desenvolvem monoculturas, Severian (2020, p.146) acrescenta que “quanto mais especializados e menos diversificados, mais vulneráveis e pró-cíclicos são”.

Outra dificuldade comum a este tipo de comércio é a imposição de barreiras para a importação de produtos provenientes de países em desenvolvimento ou não desenvolvidos e as estratégias de proteção a produtos produzidos em países industrializados.

O propósito da reflexão sobre a dinâmica das commodities, basicamente recursos naturais que se transformaram literalmente em mercadorias, é esclarecer que os mesmos, agora representam uma forma de investimento, com riscos envolvidos, mas, com muito lucro também.

Para alguns Estados produtores, esta seria a nova fórmula do desenvolvimento rápido rumo ao progresso, uma vez que o recente processo de industrialização em países emergentes não os colocou em um padrão superior de condições de vida. Para outros Estados, menos desenvolvidos, sobretudo na África, a possibilidade de industrialização sequer havia ocorrido.

De acordo com Svampa (2019), justamente devido a mudança de posicionamento do Estado, as pressões mais duras sobre a utilização dos recursos naturais em larga escala e a ilusão desenvolvimentista, o extrativismo retorna ao cenário da América latina, agora como neoextrativismo.

A superexploração das matérias primas desencadeia o deslocamento de populações, o aumento e desvio do uso de energia elétrica e água para os grandes empreendimentos, a monocultura em larga escala e principalmente a apropriação e

destruição da terra, seja para a mineração ou para o agronegócio ou ainda, para a suposta compensação pelo dano causado ao território.

Em síntese, como explica Svampa (2019, p.25) “o neoextrativismo nos permite ler o processo de reconfiguração global, que, a partir da periferia, vai se traduzindo na expansão das fronteiras das commodities e por uma reprimarização vertiginosa das economias”. Nesta direção, há que se considerar também o declínio e a ascensão de novas potências econômicas, como é o caso dos Estados Unidos e da China.

O Brasil é um país de dimensões continentais. Imensa também é a diversidade de recursos naturais distribuídos por solo, subsolo, mares e outras reservas aquíferas, assim como em suas florestas. Em suma, em qualquer ambiente, a partir do qual se observe o Brasil, desponta-se uma riqueza muito grande.

Se esta riqueza natural representa uma bênção ou uma maldição é o mote da discussão entre diversos autores das áreas econômica, ambiental, social e da sociedade como um todo. A representação sobre os recursos naturais no Brasil torna-se diferente entre as pessoas e suas áreas de atuação, mas também ao longo do tempo.

De acordo com o economista Paulo Roberto Haddad (2019) os debates mais acirrados sobre o desenvolvimento e a exploração de recursos naturais ganham impulso diante das mudanças climáticas, fatores primários como a exaustão de recursos, impactos negativos sobre o meio ambiente e contradição entre crescimento econômico e a preservação de um sistema ecológico finito. Estas preocupações não apareciam nos primeiros ciclos econômicos do Brasil.

Conforme Haddad (2019), a primeira ação extrativista de larga escala com o objetivo de satisfazer o anseio da burguesia, principalmente a portuguesa, a holandesa e a francesa, foi o de pau-brasil. A mão de obra era formada por indígenas escravizados ou catequisados e a degradação ficava camuflada por entre a floresta, uma vez que estas árvores não se encontravam concentradas em grandes extensões.

Conforme Juliana Bezerra (2022, [n.p.] *), Mestre em História da América Latina e União Europeia pela Universidade de Alcalá na Espanha, o segundo ciclo econômico desenvolvido durante o Brasil colonial foi o da agricultura canavieira, pois,

“era um produto valorizado no mercado europeu e os portugueses já plantavam a cana em outros locais e, portanto, possuíam técnicas de plantio.”

Na primeira metade do século XVII, os bandeirantes, impulsionados pelas dificuldades econômicas de Portugal, avançaram pelo interior do Brasil, sobretudo em Minas Gerais e Mato Grosso, em busca de pedras preciosas. O cobre, a prata, o diamante e a esmeralda eram muito cobiçados na época, mas, de acordo com Ramalhão (2021, [n.p.]) foi o ouro brasileiro que “virou motivo de esperança, de enriquecimento e estabilidade econômica para Portugal.” Neste período que ficou conhecido como o “Ciclo do Ouro”, a mão de obra utilizada nos garimpos ainda era escravizada.

Entre os séculos XVIII e XIX, a exploração se volta para o então chamado “ouro branco”, conforme salienta Bezerra (2022, [n.p.]). O algodão. Isto porque houve declínio na oferta de ouro e pedras preciosas nas jazidas até então conhecidas, porém, ocorria na Inglaterra, nesta época, a Revolução Industrial. O algodão era importantíssimo para a indústria têxtil.

De acordo com Bezerra (2022, [n.p.]*) “essa fase é chamada de “Renascimento Agrícola”, uma vez que muitos produtos tropicais começam a ser cultivados simultaneamente pelo país, com o intuito de suprir o mercado externo europeu.

Mais um “ouro” surgiu nesta época. Desta vez, Bezerra (2022, [n.p.]*) o “ouro negro”. O café, que rapidamente ocupou o lugar de destaque na economia brasileira. Esta cultura também se valeu de mão de obra escrava, principalmente de pessoas trazidas à força da África, entretanto, imigrantes, principalmente italianos, trabalharam na produção do café em terras brasileiras.

Outros ciclos como o da borracha, cujo produto de exportação era o látex explorado na Amazônia, foi estimulado pela Revolução Industrial que estava em andamento na Inglaterra.

A exploração de minérios no Brasil teve início com os ciclos do ouro e do diamante com destaque para o estado de Minas Gerais, entretanto, ainda era utilizada técnicas rudimentares. Haddad (2019) nos conta que, após a segunda guerra mundial, com a emergência de indústrias extrativistas no país, a busca por esta matéria prima passa a ocorrer em larga escala.

Na história mais recente, o agronegócio e as atividades minerárias representam ciclos econômicos que corroboram com o agravamento ao meio ambiente e aos recursos naturais, mas produzem grande impacto na economia brasileira e mundial.

Já no século XX, podemos citar o surgimento de Serra Pelada como marco da história das mineradoras do Brasil. Com o garimpo na região paraense, Segundo Bezerra (2022, [n.p.]) “calcula-se que foram extraídos cerca de 45 toneladas de ouro desde sua inauguração até o fechamento oficial em 1992.”

O Ministério de Minas e Energia, publicou a Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2021, na qual aprova a relação de minerais estratégicos para o país. Nesta relação, o cobre aparece como bem mineral que tem importância pela sua aplicação em produtos e processos de alta tecnologia e também como mineral que detém vantagens comparativas e que é essencial para a economia pela geração de superávit da balança comercial do país. (BRASIL, 2021).

De acordo com o Anuário Brasileiro de Cobre, existe o incentivo aguçado para a utilização do cobre em muitas frentes, desde o mercado *Smart Homes* à produção de motores elétricos. Muitas ações de estímulo são disparadas pelo Estado, apoiando-se inclusive no Acordo de Paris. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COBRE, 2020).

Tendo em vista o objetivo de incentivar a ampliação e o consumo de energia limpa, em manifestações, como por exemplo, através da Portaria Interministerial nº 1, de 29 de junho de 2017, foi publicada no Diário Oficial da União em 30 de agosto de 2017, que regulamenta a eficiência mínima de motores elétricos que regulamenta a eficiência mínima de motores elétricos industriais e que ao final promove um acréscimo na demanda deste mineral em 15.000 toneladas anuais (GARCIA, 2020, p. 10-11).

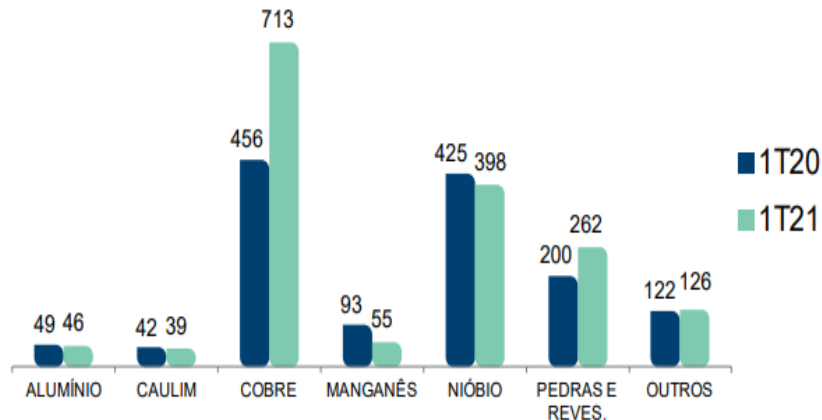
O fato é que o maior incentivo à utilização do cobre provém da produção automotiva e o apelo está na sustentabilidade do planeta e na parceria com os governos, como relata a Associação Brasileira de Cobre (ABC) no seu anuário de 2020,

A eletromobilidade é uma das principais apostas para o futuro sustentável. E, neste cenário, o cobre é fundamental para a composição de veículos elétricos e a concretização dos transportes mais ecológicos [...] outro fator fundamental é a cooperação entre governos para encorajar a sociedade e o mundo dos negócios a

investir nesta tecnologia. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COBRE, 2020, p. 31).

É possível inferir que a estratégia apontada anteriormente pela ABC surtiu efeito, uma vez que a comparação entre 2020 e 2021, aponta para um aumento de US\$ 257 milhões na exportação de cobre, como demonstrado na figura a seguir.

Quadro 18: Evolução das exportações em Us\$ (milhões) – 1º trimestres 2020/2021
Evolução das exportações em Us\$ (milhões) – 1º trimestres 2020/2021

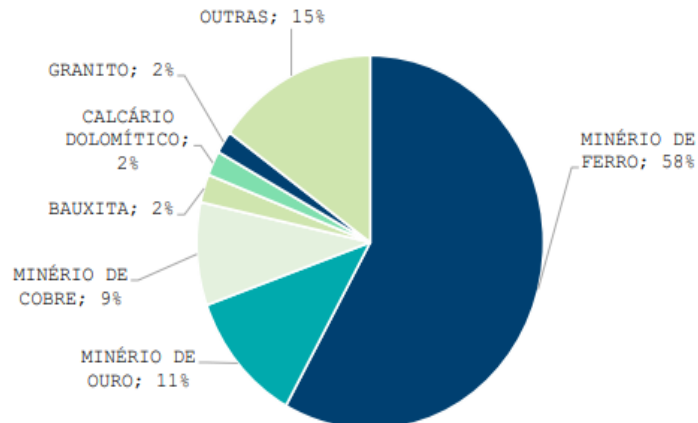


Fonte: IBRAM (2022).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), as exportações minerais brasileiras alcançaram US\$ 12,3 bilhões no primeiro trimestre de 2021, porém, houve queda 20% de em relação ao 1º trimestre de 2022 e, 31% entre este e o 4º trimestre de 2021.

De acordo com o IBRAM, o minério de ferro foi responsável por 58% do faturamento, seguido pelo ouro (11%) e cobre (9%) no primeiro trimestre de 2022 a estimativa de investimentos no setor mineral brasileiro para o período 2021-2025 é de US\$ 38 bilhões. A figura a seguir demonstra a participação por substâncias no faturamento no primeiro trimestre de 2022.

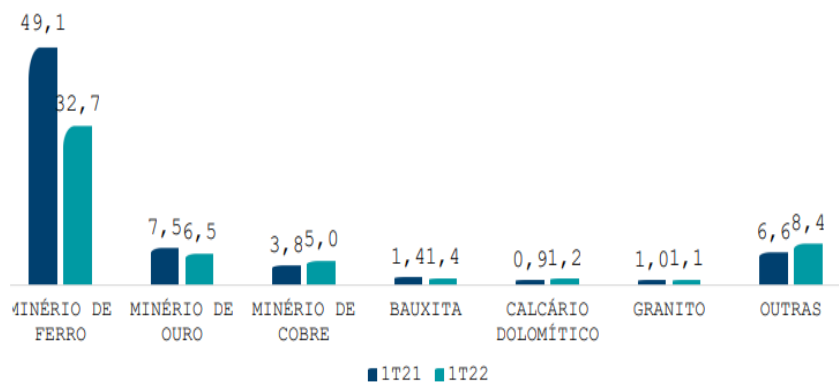
Quadro 19: Participação por substâncias no faturamento
Participação por substâncias no faturamento



Fonte: ANM / elaboração IBRAM.

O valor da tonelada de cobre entre os primeiros trimestres de 2020 e 2021 foi respectivamente US\$ 5.632,34 e 8.478,00, com variação positiva de 50,5%, assim, o cobre faturou 1,2 bi (30%) a mais no mesmo período, como mostrado na figura a seguir:

Quadro 20: faturamento por substâncias
Faturamento por substância (em bilhões)



FONTE: ANM / elaboração IBRAM.

Os principais destinos do cobre são: Alemanha (29,66%); China (14,24%); Suécia (13,09%); Finlândia (9,52%); Espanha (9,47%); Polônia (7,93%); Filipinas (5,42%); Japão (4,83%); Malásia (4,55%); Taiwan (Formosa) (1,21%). O cobre extraído no município de Craíbas, no estado de Alagoas é destinado totalmente para a China.

O estado de Alagoas localiza-se na região nordeste, sua população estimada para 2021 foi de 3.365.351 pessoas, distribuídas em 27.830,661 km², o seu Índice de

as doenças do aparelho circulatório com 6041 casos, 4543 doenças infecciosas e parasitárias seguidas de 2522 associadas a neoplasias.

Chama a atenção a ausência de casos de mortes por lesões e envenenamento, uma vez que os níveis de utilização de agrotóxicos sem o uso de equipamentos individuais de proteção é alto.

O índice de analfabetismo e analfabetismo funcional foi, respectivamente 24,6% e 36,5%. Interessa observar que em 2019, no ensino médio, o índice de estudantes na rede privada (5,2) superou os que estão rede pública (3,6).

Em 2019 haviam 534.194 pessoas ocupadas, porém, os assalariados totalizavam 487.368, em 42.188 unidades cadastradas segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), deste montante 18.123 estabelecimentos executam a reparação ou restauração de automóveis e motocicletas, ou seja, estão ligados ao comércio.

As aberturas e fechamentos de empresas em 2019 totalizou 8.377 e 6.791 unidades, representando 4% de sobrevivência das empresas no período.

A maior parte dos assalariados em 2019, 136.429 pessoas, está vinculada à administração pública, defesa e seguridade social, seguida de 83.895 pessoas empregadas no comércio de restauração de veículos. O setor de educação emprega 44.063 pessoas e o da indústria de transformação 63.725 pessoas.

De acordo com o IBGE o Produto Interno Bruto (PIB) alagoano em 2019 foi de 59 bilhões de reais. Já a Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio do Estado de Alagoas, afirma que o PIB Estimado para o ano de 2021 foi de 7,7. O aumento no PIB acumulado na Indústria foi de 12,7, nos serviços 7,09 e na agropecuária 6,78 (SEPLAG, 2019).

De acordo com o IBGE, o rendimento médio da população em 2021 foi de R\$ 2.026,00 (2,3 salários-mínimos) das pessoas ocupadas em trabalhos formais o que representa o segundo mais baixo do país. A renda per capita no mesmo período foi de R\$ 777,00.

O estado não possuía em 2020 um plano de transporte, assim como um conselho de desenvolvimento rural e um programa ou ação de acesso facilitado aos

produtores agropecuários não promovia auxílio para sementes, mudas, adubo e ração.

A respeito de vacinação do rebanho, não houve fornecimento gratuito, nem a preço mais baixo, ou ainda financiamento para a aquisição das vacinas. Já com relação a aquisição de produtos agropecuários, estes, foram diretamente adquiridos dos produtores através de entidades (associações, cooperativas etc.) e através do programa de alimentos da agricultura familiar.

No ano 2020 não existia um centro estadual de comercialização de produtos da extração vegetal, mas de acordo com o IBGE, o Estado informou que desenvolvia programas de estímulo à agricultura orgânica e familiar.

Em 2020, em Alagoas, no tocante ao meio ambiente, havia um conselho, mas não havia fundo específico para suas ações. Houve participação em fóruns e colegiados e realizou capacitação em educação ambiental, mudança do clima e recursos hídricos.

No mesmo ano a secretaria estadual do meio ambiente deixou de realizar capacitação em estruturação da gestão municipal de meio ambiente, licenciamento, educação ambiental voltada para a agricultura familiar, cadastro ambiental rural, resíduos sólidos, produção e consumo sustentáveis, segundo informações contidas no IBGE.

O território alagoano possui 102 municípios e 87 deles estão distribuídos em nove regiões metropolitanas. A Região Metropolitana do Agreste (RMA) tem Arapiraca que é a segunda maior cidade do estado de Alagoas, como o polo de influência do município de Craíbas.

O município de Maceió é a capital do estado e desde 2018 enfrenta um dos maiores conflitos ambientais do País. Num de seus bairros, conhecido como Pinheiro, surgiram fissuras, rachaduras e buracos nas residências e solo. Após um forte tremor de terra foi necessária a evacuação do lugar e, deu-se assim o início a “aquele que é considerado o maior desastre em área urbana em andamento no mundo” de acordo com a Rede Brasil Atual (2022).

Foi formado um grupo de trabalho (GT) num esforço conjunto entre instituições públicas e privadas, federais, estaduais e municipais, Cruz Vermelha do Brasil, entre

universidade e técnicos especializados em geologia, engenharias, para elucidar o evento e socorrer pessoas e animais afetados pelo desastre.

Ocorre que em 2002, a partir da integração de outras empresas pela Odebrecht, foi criada a Braskem Petroquímica. No mesmo ano, tendo em vista a sua entrada na Bolsa de Valores do Brasil e de Nova York, esta empresa divulgou “publicamente seu compromisso com desenvolvimento sustentável, gestão responsável e transparência das ações”.

No ano seguinte, suas ações foram listadas na Bolsa de Madri e suas ações valorizaram 713% de acordo com a empresa. Em 2004, a empresa Braskem tornou-se signatária da Declaração de Produção Mais Limpa, viabilizada pela ONU e, ano seguinte integra-se ao ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo).

A empresa ainda firmou parcerias com a Petrobras e o Grupo Ipiranga e, partir da criação de *Joint Venture*, passou a produzir polietileno para o México em 2009 e inicia-se o processo de internacionalização comprando fabricas nos Estados Unidos e Alemanha, ao mesmo tempo em que investe pesadamente em tecnologias, através do Laboratório Nacional de Biociências em Campinas.

Em 2012, conforme a Braskem, o conglomerado já contava com 36 unidades e ao inaugurar uma nova fábrica em Alagoas, tornou este estado o maior produtor de PVC (polímero de adição policloreto de vinila, cuja composição contem 57% de cloro) do país. A salgema é um mineral utilizado para a obtenção de cloro, soda cáustica, entre outros. Em Maceió foram perfurados 35 poços para extração de salgema pela Braskem e, de acordo com a empresa,

[...] sempre sob supervisão dos órgãos competentes. Anualmente, a Braskem envia à Agência Nacional de Mineração (ANM) um relatório sobre suas atividades, como é previsto por lei, e mantém atualizadas as licenças operacionais dos seus poços. Além disso, o órgão regulador realiza vistorias periodicamente. Anteriormente à criação da ANM, em 2017, a fiscalização era de responsabilidade do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM). (BRASKEM, 2022).

Apesar dos referidos cuidados com o meio ambiente citado anteriormente, o desastre ocorreu e como resultado imediato, 55 mil pessoas de quatro bairros

perderam suas casas e arcaram com diversos prejuízos de ordem física, econômica, social, moral, cuja reparação por certo, jamais acontecerá em sua totalidade.

Embora a Braskem Petroquímica negue sucessivamente a responsabilidade pelo desastre, ela assinou diversos acordos de reparação e compensação. Os laudos técnicos e relatórios emitidos por diversas autoridades, sobre o ocorrido mostram que esta afirmação não procede. Um trecho de um destes relatórios encontra-se a seguir e foi emitido pelo Serviço de Geológico do Brasil que é uma empresa pública federal.

Está ocorrendo desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema, provocando halocinese (movimentação do sal) e criando uma situação dinâmica com reativação de estruturas geológicas preexistentes, subsidência e deformações rúpteis em superfície em parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió-AL. (...) este processo erosivo é acelerado pela existência de pequenas bacias endorreicas, falta de uma rede de drenagem pluvial efetiva e de saneamento básico adequado. (BRASIL. CPRM, 2019, p.39).

A partir do exposto é possível inferir que, além de ausência ou inadequações nas atividades de órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização dos projetos da empresa, a Casal, empresa estadual responsável pelo abastecimento água e rede de esgoto em Alagoas, teve participação indireta no desastre de Maceió.

A publicação do Mapa do Conflito elaborado pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca resume a situação enfrentada pela população atingida.

As pessoas dos bairros atingidos foram obrigadas a deixar suas residências e comércios, gerando drásticas rupturas nas relações sociais em face dos prejuízos econômicos, emocionais e morais. Os moradores da região estão cada vez mais suscetíveis aos riscos e impactos negativos, contando, inclusive, com episódios de suicídio. Trata-se de um conflito de extrema complexidade que envolve danos irreparáveis para todos os âmbitos da vida desta população de Maceió. (ENSP, 2022).

Apesar da gravidade deste acidente poucos craibenses fazem referência a ele, porém, citam as tragédias ocorridas nos municípios de Mariana e de Brumadinho em Minas Gerais com frequência, provavelmente por conta da divulgação na grande mídia que deu maior atenção a um evento e não ao outro.

As principais características do município de Craíbas estão descritas na seção “Canoa de Craíbas”, entretanto, vale reforçar aqui que se trata de um município cuja

agricultura tem sido a base da sua economia, juntamente a pecuária, sobretudo a leiteira, mas esta, com menor impacto.

Foi evidenciado anteriormente que a agricultura neste município tem sofrido alteração, sobretudo no plantio de fumo, podendo-se inferir uma substituição, ainda incipiente, pelo cultivo do milho, principalmente utilizando-se semente transgênica.

Na seção de caracterização do perfil de Craíbas e nos depoimentos dos narradores esta mudança está melhor descrita. Ainda assim, convém sintetizar os motivos mais relevantes. Assim, destaca-se a frustração com as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no campo, a instabilidade climática e conseqüentemente hídrica da região, o trabalho rudimentar e desgastante com pouco retorno financeiro e o maior acesso ao estudo formal. É neste contexto que se desenvolve a implantação da Empresa de Mineração Vale Verde, a MVV, como é conhecida.

Ocorre que, desde a década de 80, o município de Craíbas tem sido objeto de estudo e pesquisas, por empresas nacionais e internacionais, sobre possíveis fontes de minérios, como por exemplo, cobre e ouro.

Uma das primeiras empresas a identificar jazidas de cobre em Craíbas foi a então estatal Companhia Vale do Rio Doce e que de acordo com Renan Calheiros (2019) “herdou alguns destes estudos, que mostram a ocorrência de 344 jazidas em 14 municípios do Agreste e Sertão do estado. Estes projetos foram, então, reavaliados e adquiridos pela Vale Verde”, que na época pertencia a Mineradora Canadense Aura Minerals.

Considerado pelo senador Renan Calheiros como “o maior projeto de investimento privado do estado, além de constituir uma das mais importantes parcerias público-privadas da região”, contou com o apoio do poder público desde o início do projeto para promover a estrutura necessária para a sua instalação.

E realmente diante das necessidades que foram se apresentando ao projeto, foi-se criando uma estrutura complexa. No caso da energia elétrica, a construção de uma nova subestação com vida útil de 30 anos seria construída, conforme explicou o Senador Renan Filho em sua *homepage em 16/05/2019*,

Com a subestação de energia, a Companhia Energética de Alagoas (Grupo Equatorial de energia – prestadora de serviços de distribuição de energia elétrica*) vai se tornar parceira do empreendimento, como consumidor cativo, com uma carga de 230 Quilovolts, da CHESF* (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - que é subsidiária da Eletrobras e tem como atividade principal a geração, a transmissão e a comercialização de energia elétrica*) (RENAN CALHEIROS, 2019, * explicação da Autora)

Passados dois anos a questão da energia elétrica é motivo de preocupação por parte dos vereadores do município de Craíbas, como descreve o vereador 1.

“A rede elétrica nossa é privatizada, mas diminuiu o consumo, porque você sabe que a cobrança das tarifas que envolvem uma empresa privada é absurda, então ela impacta demais na nossa renda mensal. Não tem como uma família que sobrevive com um salário mínimo pagar quase cem reais de iluminação.” (Vereador 1 – 2021).

Também com relação a deficiência no abastecimento de água realizado pela Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL) existe preocupação por parte dos vereadores à época desta pesquisa, como demonstrado a seguir.

“É isso que a gente vem trabalhando, cobrando nosso prefeito e nossos deputados para que a gente possa levar essa rede de água até as comunidades, até a casa dos cidadãos.” (Vereador 4 – 2021).

Com relação ao futuro da referida Companhia e da população foram previstas dificuldades relacionadas a conjuntura estrutural do estado.

“A CASAL hoje, é um órgão falido do nosso estado, devido a políticas públicas do passado que a gente culturalmente, não só da parte governamental, mas da parte do consumo, a gente sabe que tem as expertises. [...] A CASAL, vai ter que chegar a um tempo que ela vai ter que acontecer essa privatização e infelizmente a gente como sociedade vai passar muita dificuldade porque a sociedade não vai conseguir cumprir com os compromissos, porque ela tem de colocar os alimentos na mesa.” (Vereador 1 – 2021).

Além de adutora que serve a MVV com água bruta, também foram pensados outros possíveis prejuízos que ocorrer por conta do aumento de circulação de pessoas no município como explica a seguir o gestor municipal do período 2016-2020.

“Eu como prefeito sempre tive muita preocupação porquê de onde vem o bônus também vem o ônus. Quando chega um empreendimento deste tamanho, isso porque vem muita gente de fora, isto já está comprovado em outros estados e aumenta consideravelmente o número de pessoas, com

isso tem que se investir mais na saúde, na educação, na segurança.” (ex. gestor municipal - 2016/2020).

A questão da segurança também foi avaliada previamente,

“E com isto também, a preocupação junto ao governo do estado de melhorar a segurança de Craíbas e graças a Deus e ao governo do estado, nós conseguimos um Centro Integrado de Segurança Pública que é O CISP, que foi inaugurado, salvo engano, no início de maio, mas deixamos pronto no início de fevereiro (a inauguração da MVV aconteceu em junho/21), numa parceria entre governo do estado com governo municipal.” (ex. gestor municipal -2021).

Figura 34: Centro integrado de segurança pública de Craíbas



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Após tramitações legais e comerciais a Financeira Inglesa APPIAN Capital Advisory LLT, adquire a MVV. Após a conclusão da abertura da mina e da construção da planta de beneficiamento de cobre, acontece a inauguração em junho de 2021 do Projeto Serrote das Lajes que tem este nome devido as placas de pedra que existiam num local de pequena serra a aproximadamente 3km do centro da cidade de Craíbas.

A empresa Atlantic Nickel que opera na Bahia também é de propriedade da APPIAN Capital. No final de 2021, a empresa de mineração Sul-africana Sibanye-Stillwater, comprou as mineradoras Atlantic Nickel e a MVV no Brasil, entretanto, no final de janeiro de 2022 a empresa Sibanye-Stillwater desistiu do negócio de 1,2 bi, alegando instabilidade na mina da Bahia, desde então o embate caminha para resolução judicial. (REID, 2022, p.1)

No dia 02 de junho de 2021, o Instituto de Meio Ambiente do estado de Alagoas, entregou a licença de operação para a Empresa MVV. A secretaria de desenvolvimento econômico e turismo do estado de Alagoas (SEDETUR) cuja função, segundo o seu secretário à época, “é desburocratizar os trâmites para os investidores, dando celeridade aos processos e garantindo um ambiente de negócios favorável” participou do evento.

Durante a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em 1972, na Suécia, países preocupados com a degradação ambiental elaboraram a Declaração de Estocolmo, cujo objetivo, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, através do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental, (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2022, [n.p.]) foi “a conciliação entre desenvolvimento e proteção ambiental e a salvaguarda dos recursos naturais em benefício das gerações atuais e futuras, destacando o papel do planejamento racional como instrumento para a consecução de tais finalidades”.

A partir de discussões realizadas entre os países desenvolvidos foi instituído em 1969 nos Estados Unidos a Avaliação de Impacto Ambiental, a fim de tornar efetiva a participação da sociedade civil. O primeiro projeto brasileiro a ser submetido a uma AIA foi a de Sobradinho em 1972. O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) publicou em 1986 a Resolução que instituiu o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) como peça concernente ao licenciamento ambiental.

O licenciamento ambiental é um processo que permite e regula a intervenção no meio ambiente por pessoas ou empresa e está inserido na Política Nacional de Meio Ambiente, respaldado pela constituição de 1988.

Em 1997 o CONAMA publicou a Resolução do Conama nº 237 que regulamentou, em normas gerais, as competências para o licenciamento nas esferas federal, estadual e distrital e

Além disso, a Resolução conferiu ao órgão ambiental a competência para a definição de outros estudos ambientais pertinentes ao processo de licenciamento, verificando se o empreendimento não é potencialmente causador de significativa degradação ambiental. (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2022).

Os instrumentos necessários para se obter autorização para proceder intervenção no meio ambiente derivam da classificação sobre a atividade a ser desenvolvida, bem como o tipo de intervenção que se pretende realizar e, ainda pode haver variações de acordo com a unidade federativa aonde se localiza o empreendimento. Assim,

No estado de Alagoas, os seguintes instrumentos são utilizados para processos de licenciamento e autorizações para intervenção ambiental: • Autorização Ambiental (AA); • Autorização para supressão de vegetação; • Autorização de Transportes de Produtos Perigosos (ATPP); • Autorização de Transportes de Resíduos Perigosos (ATRP); • Licença Prévia (LP); • Licença de Instalação (LI); • Licença de Operação (LO); • Licença de Instalação e Operação (LIO); • Licença Ambiental Simplificada (LAS); • Certificado de Isenção de Licenciamento (CIL); • Outorga de direito de uso dos recursos hídricos; • Renovação de LO. (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2022).

Neste sentido, o gestor municipal do período anterior ao atual, comentou sobre os licenciamentos da MVV, como segue.

“Um projeto como este tem todas as licenças ambientais, seja do estado, do governo federal. Ela não opera, não faz nada que não tenha sido autorizado pelos órgãos ambientais, com isso que o governo estadual, a secretaria do meio ambiente do município, todas as suas licenças ambientais que acredito estão rigorosamente em dia porque ela é uma empresa muito responsável e organizada. Foi desta forma que eu conheci e conheço a mineradora e os grandes profissionais que lá existem.” (ex. gestor municipal -2021).

A Resolução do Conama nº 237/97 conferiu ao órgão ambiental municipal a competência para a definição de outros estudos ambientais pertinentes ao processo de licenciamento, verificando se o empreendimento não é potencialmente causador de significativa degradação ambiental. (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2022).

Em 2011 foi publicada a Lei Complementar Federal nº 140 (BRASIL, 2011), que busca organizar a cooperação entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal para exercer “a proteção das paisagens naturais notáveis, a proteção do meio ambiente, o combate à poluição em qualquer de suas formas e a preservação das florestas, da fauna e da flora”.

A gestão da secretaria municipal do meio ambiente, em audiência durante esta pesquisa, descreveu aspectos do cotidiano dos órgãos de referência e de sua participação no Projeto Serrote das Lages.

“As instituições neste país funcionam com as duas pernas quebradas. Na região do nordeste aonde os cargos são indicados politicamente, as pessoas são despreparadas e não tem conhecimento, não conseguem valorizar a vida.” (SMA, 2021).

“Como não temos uma legislação ambiental municipal todo e qualquer empreendimento dentro do município de Craíbas é licenciado pelo órgão estadual que é o IMA. A (Secretaria meio de ambiente) SMA cabe emitir uma licença de uso e ocupação do solo, ou seja, se não há interesse do município naquela área a gente informa o IMA de que não há interesse. Se há interesse ou algum projeto da prefeitura para uma escola ou qualquer órgão público então a gente informa o órgão licenciador que naquela área vai ter um projeto. Hoje é só o que cabe ao município.” (SMA, 2021).

“A fiscalização deveria ser feita por todos, agora do município, nós temos um único fiscal que está de licença, está afastado, mas, que assim também, para fiscalizar e mais para fazer (investigar*) a denúncia, porque como o município não tem leis e não tem regras municipais, não tem como, também, aplicar nenhuma sanção.” (SMA, 2021. * Explicação da Autora).

Até a realização desta entrevista a SMA não havia se reunido com o IMA para discussão sobre projetos do município de Craíbas, como foi esclarecido,

“A relação município/estado é boa, mas nós estamos ainda nos preparando para ter ainda o primeiro contato com o IMA na nova gestão, mas não tivemos ainda nenhuma reunião com o IMA. Há alguns projetos no município que a gente precisa sentar com o IMA e fazer uma nova adequação.” (SMA, 2021).

A Lei Complementar Federal nº 140 no artigo 9, discorre no parágrafo V: “promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à proteção e à gestão ambiental, divulgando os resultados obtidos.” (BRASIL, 2011).

A esse respeito cabe salientar que de acordo com a secretaria municipal de meio ambiente, até a data de realização desta entrevista o município não possuía nenhum tipo de inventário sobre a fauna, flora, recurso hídrico ou mineral no seu território.

Os recursos naturais do município de Craíbas são conhecidos formalmente através dos documentos de Avaliação de Impacto Ambiental e de Diagnóstico

Ambiental elaborados pela empresa de Mineração Vale Verde que hoje explora minério na região.

A mesma Lei Complementar 140, descreve no parágrafo IX, que ao município compete “Elaborar o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais”

O plano diretor, havia sido delineado na constituição de 1988, e o artigo 182, define que o seu principal objetivo é “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” e o primeiro parágrafo do referido artigo, eleva a importância deste documento “à instrumento básico para a política de desenvolvimento e expansão urbana” (BRASIL, 2016, p. 112).

A regulamentação dos artigos 182 e 183 do capítulo II da constituição que trata da política urbana, aconteceu após treze anos, através da publicação da Lei federal de n.º 10.257 de 2001, conhecida com Estatuto da Cidade. Ainda assim, o debate em torno deste Estatuto está longe do fim e, a sua efetiva implantação encontra diversas barreiras, impostas por interesses de minorias que, buscam perpetuar a desigualdade nas cidades.

A ideia principal do Estatuto da cidade é efetivar a gestão democrática da cidade, a participação popular e a garantia da função social da propriedade. De acordo com Faria,

Em seguida o Estatuto traz os instrumentos da política urbana como, por exemplo, o plano diretor, disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo, zoneamento ambiental, plano plurianual, gestão orçamentária participativa, diretrizes orçamentárias e orçamento anual, etc. (FARIA, 2022, [n.p.]).

O plano diretor, deveria representar um processo democrático de regulação socioterritorial, neste sentido, representa uma ferramenta crucial para o planejamento urbano, porém, obrigatório para cidades a partir de 20 mil habitantes. De acordo com Rossi e Maricato,

Com o avanço do neoliberalismo e da regressão da participação democrática capilar, o “negócio da cidade” se radicaliza. Planos Diretores e Leis de Uso e Ocupação do Solo passam a ser negociados entre o executivo municipal, o legislativo local e o mercado imobiliário, comprometendo, também, o investimento público que é indispensável para as chamadas operações urbanas. Portanto, está em curso um articulado e galopante movimento de descaracterização dos espaços urbanos. (MARICATO; ROSSI, 2021, [n.p.]).

O município de Arapiraca possui plano diretor, mas para a região existe apenas o Consórcio do Agreste (CONAGRESTE) que contém o Plano Estadual de Manejo de Resíduo, porém, o Plano Diretor Regional, de acordo com a secretaria municipal de meio ambiente (2021) não existe e, sobre o Plano Diretor municipal, responde que,

“Craíbas não tem plano diretor no município, inclusive está no plano da atual gestão construir este plano diretor a partir de 2022. Nós não tínhamos sequer o Plano de Saneamento Básico, nós já construímos e agora ele está recebendo algumas modificações.” (SMA, 2021).

A Lei de Zoneamento faz parte do plano diretor e pretende organizar tanto a repartição dos espaços como também regulamentar as características de ocupação de cada um dentro do município. O professor Celso Antônio Bandeira de Mello narra que

Denomina-se zoneamento à disciplina condicionadora do uso da propriedade imobiliária mediante delimitação de áreas categorizadas em vista das utilizações urbanas nelas admitidas. De conseguinte, por tal meio, mapeado o espaço municipal, fixam-se as destinações de uso possíveis nas várias zonas em que se reparte a urbe e sua esfera de expansão, com o fito de assegurar condições e qualidades ambientais de vida satisfatórias. (MELLO, 1982, p. 1-2).

A respeito da compra das terras que a mineradora ocupa atualmente, algumas autoridades também se manifestaram. Na continuidade, está a fala do gestor municipal à época do acontecimento dos fatos.

“Está questão da desapropriação foi negociada diretamente cada um com seus donos, até porque a prefeitura não foi convidada para nenhum tipo de negociação de indenização e as indenizações pelo que eu tenho conhecimento as pessoas acharam justas. Pessoas que estavam na região da mineradora foram deslocadas para outra região. A área, as vezes eles aumentavam. E acredito que tudo foi acompanhado, tudo foi documentado. As pessoas que lá foram indenizadas... não veio ninguém chegar para mim e reclamar. Eu acredito que o Ministério Público esteve acompanhando de perto.”

A despeito de todos os protocolos oficiais seguidos pela Braskem, de acordo com a notificação da própria, ocorreu um desastre de grandes proporções e impactos na vida de 55 mil pessoas. Fato este que torna a ideia do ex. gestor do município de Craíbas, sobre fiscalização, ainda mais importante.

“Com certeza o ministério de minas e energia, o governo do estado e o governo municipal sempre vão estar acompanhando, não pode deixar de fiscalizar” (gestor municipal período 2016-2020).

Uma das grandes preocupações citadas pelos narradores nesta pesquisa, tem a ver com um possível rompimento de barragem. A este respeito, a gestão municipal à época questionou a empresa MVV e se posicionou da seguinte forma:

“O que se tem que fazer, quando teve lá em Mariana que explodiu lá aquela barragem de minério no estado de Minas, foi assim, uma repercussão muito grande e agente conversando com, fizemos reuniões com a mineradora e eles explicaram que o tipo de operação é mais moderno possível do que lá. Além de termos uma geografia diferente de lá.” (gestor municipal período 2016-2020).

Na Lei complementar 140 pode-se ler no parágrafo X que o município deve “definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;

De acordo com o gestor da secretaria municipal de meio ambiente da, apesar dos esforços do atual gestor (período 2020-2024) não foi possível fixar a área de recuperação da degradação provocada pela mineração dentro dos limites do município, pois, seria necessário a existência de 200 hectares de bioma nativo numa extensão contínua.

“A gente sabe que a cobertura de caatinga na região foi retirada para que pudesse trabalhar a cultura do fumo e como algumas terras puxando para o sertão do município não são terras boas para produzir fumo, são terras de pedra, terra dura, então o pessoal usa muito para pastagem, isto degrada mais o meio ambiente.” (SMA, 2021).

No caso de Craíbas, o bioma nativo seria a caatinga, porém o município não possui mais um espaço amplo com esta característica. Existem pouco espaços com presença de vestígio da vegetação nativa. A gestão anterior também se manifestou em relação a recuperação de área degradada, como segue.

“Eu acho que o que fica é o seguinte de um projeto como este, tem que se ter o acompanhamento do governo estadual, do governo federal, e do governo municipal para que em determinado momento as áreas degradadas sejam totalmente recuperadas e, é isso que eu espero que venha a acontecer. Estamos falando de 20-30, talvez muitos de nós não estejamos mais aqui para cobrar ou acompanhar, mas é isso que as próximas gerações, as próximas pessoas que já conhecem o projeto, que estarão acompanhando o projeto, que cobrem a respeito de quem é devido, de quem é de direito.” (gestor municipal período 2016-2020).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), através do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), prevê as articulações necessárias para levar à cabo ações que possibilitem “o enfrentamento da problemática ambiental” uma vez que considera que “no Brasil, a ameaça à biodiversidade está presente em todos os biomas, em decorrência, principalmente, do desenvolvimento desordenado de atividades produtivas”. Assim, a PNEA ressalta que

O ProNEA é um programa de âmbito nacional, o que não significa que sua implementação seja de competência exclusiva do poder público federal, ao contrário, todos os segmentos sociais e esferas de governo são corresponsáveis pela sua aplicação, execução, monitoramento e avaliação. (BRASIL, 2005).

Diante do exposto o CONAMA incluiu na Lei Complementar 140, no artigo 9º o parágrafo XI que diz que o município deve “promover e orientar a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente”.

Existem projetos que a secretaria municipal de meio ambiente de Craíbas vem buscando a viabilidade, o atual gestor cita como exemplo, a coleta seletiva de lixo, com visitas programas às comunidades para “demarcação de algumas áreas. Vamos começar aqui pelo centro. Aqui, nosso povo sabe muito pouco sobre coleta seletiva.”

Outro projeto anunciado pela SMA chama-se “Craíbas Sustentável” e está em concordância com diversos trabalhos no Brasil realizados com os chamados “animais comunitários”.

“Não digo a criação de um centro de zoonoses, porque pelo investimento, isso vai ser difícil, mas de pelo menos uma casa, 1 ONG, um lugar em que a gente possa recolher os animais e eles fiquem por 30 dias, aonde vão receber tratamento e no final se não aparece ninguém para adotar e eles estando bem de saúde, será feita a castração, e eles serão devolvidos pra rua, só que não de qualquer maneira.” (SMA-2021).

A criação do Conselho de Meio Ambiente encontra-se em estágio avançado, faltando apenas a elaboração do decreto dando posse aos indicados no processo. Nas escolas deverão ser implantados o Projeto Reciclando e Aprendendo e Sementes Vivas para os públicos do ensino fundamental e do ensino médio respectivamente, voltados para a reciclagem e produção de mudas para plantio pela cidade.

Também fazem parte da relação de projetos que a atual gestão pretende desenvolver, a instalação de um centro de tratamento de resíduos (CTR), selo de inspeção municipal, arborização de vias públicas, programa de carros e fundo municipal para o meio ambiente.

A educação ambiental no município também tem sido realizada pela MVV, uma vez que dos 279 mil km² da extensão territorial do município de Craíbas, 27,12 % pertencem a mineradora e destes a empresa destina uma área de 450 km² para um Centro de Preservação do Meio Ambiente, de acordo com André Maia, coordenador de Meio Ambiente da companhia,

“A MVV está comprometida com a conservação dos recursos naturais na região onde atua. Por isso, cumpre rigorosamente os requisitos legais aplicáveis ao Projeto Serrote. Visando conservar essa rica biodiversidade da região com ênfase na caatinga, (MINERADORA VALE VERDE, 2020).

Os narradores expressaram forte preocupação com a degradação do meio ambiente e relataram que tiveram a oportunidade de conhecer trabalhos de preservação ambiental desenvolvidos pela Mineradora Vale Verde.

“Eles têm uma parte lá que é totalmente cuidada por eles, uma reserva ecológica [...] a preservação deles não é só a parte da mineradora. Há equipes da UBS (unidade básica de saúde) que são levadas para conhecer a Fazenda Uruçu^{§**}. Eles (MVV*) estão trazendo de volta para a região da gente a cultura daqui em relação ao plantio, quer dizer, as plantas. Cactos, plantas do agreste do sertão, da caatinga, porque antes o pessoal destruía muito a natureza também, não vamos culpar só a vale”. (Cobre, *explicação da autora).

Ao município também compete, conforme a referida Lei complementar 140, artigo 9º parágrafo III, “formular, executar e fazer cumprir a Política Municipal de Meio Ambiente”, entretanto, o município de Craíbas até a presente data não possui uma Política Municipal de Meio Ambiente.

Autoridades locais e distantes frequentemente se manifestam, entre apoios e perspectivas a respeito do Projeto Serrote, como por exemplo, em matéria

[§] **Nota da autora****: A Fazenda Uruçu, atualmente de propriedade da MVV, é o local de onde foram retiradas as famílias que não eram proprietárias e em seguida, levadas para a periferia do município vizinho, em outro terreno da empresa. Estas famílias formam o Assentamento Rosa Luxemburgo

reproduzida no site oficial do governo estadual, quando o tema foi: “Governo garante suporte à instalação da Mineradora Vale Verde em Craíbas: Investimento de quase R\$ 1 bilhão é beneficiado por iniciativas em infraestrutura viária e hídrica; fase de implantação gera 1.200 empregos diretos no município. Durante a solenidade de inauguração do referido projeto, o governador Renan Calheiros Filho discursou:

Esse é um empreendimento muito propagado no passado e que não havia se concretizado. Ele se concretizou agora e nós temos uma grande expectativa de que esse empreendimento seja capaz de alavancar a geração de emprego aqui em Craíbas e o desenvolvimento da região, trazendo novos negócios para Alagoas. A produção de cobre aqui sem dúvidas será importante para o Estado do ponto de vista tributário, de arrecadação de royalties e do desenvolvimento do interior de Alagoas. (CALHEIROS FILHO, Portal Do Governo De Alagoas, 2019).

A união, o estado e o município formam uma estrutura complexa em que cada qual possui suas necessidades e anseios, assim como cada um também desenvolve estratégias para negociar e, muitas vezes impor, ao outro ator a sua vontade. Na verdade, o mecanismo é maior que a unidade nacional. As pressões acontecem em diferentes escalas, portanto em âmbito global. Milton Santos nos diz que,

Agora, porém, no mundo da globalização, o reconhecimento dessa estrutura é difícil, do mesmo modo que um projeto nacional pode tornar-se obscura. Talvez por isso, os projetos das empresas, impostos pela tirania das finanças e trombeteados pela mídia, acabam, de um jeito ou de outro, guiando a evolução dos países, em acordo ou não com as instancias públicas frequentemente dóceis e subservientes, deixando de lado o desenho de uma geopolítica própria a cada nação e que leve em conta características e interesses. (SANTOS, 2005, p.155).

Durante o desenrolar da entrevista com os vereadores, a questão da pressão por tomada de decisões veio à tona. Em alguns momentos, nos mais tensos, o tom era de desabafo, em outros, expressado juntamente com sinais de desolação e indignação.

“A pressão que existe sobre o poder legislativo do porte da nossa... Ela é no Brasil inteiro, porque uma decisão que interessa a sociedade de Craíbas é votada por este parlamento, mas não se pode sobrepor sobre ordens do Estado Federal.” (Vereador 4, 2021).

“Nós estamos falando de extração de minérios. As licenças ambientais e as instalações da planta da extração de minério não passam por esta casa. Aqui passou a discussão menor, ou nós aceitávamos ou nós aceitávamos.

Pronto. Isso é uma decisão do governo do Estado que tem interesse em desenvolver a região.” (Vereador 2, 2021),

O mundo estava precisando de cobre naquele momento e Craíbas foi um achado para estas empresas, porque você vai extrair cobre no Pará a 2 mil km de uma rodovia ou a 2 km de uma hidrovia e você tem um achado desse... estar a 1 km da rodovia AL 220, estar a 1 ou 2 km da rodovia AL115 que liga todo o agreste alagoano ao sertão, vai ter um aeroporto aqui construído com o dinheiro do governo federal (aprovação do projeto de construção do aeroporto de Maragogi*), então você tem aqui uma coisa que nada mais é do que uma mina de ouro, porque tem toda a estrutura do município de Craíbas e toda a infraestrutura de Arapiraca para abrigar a todas as empresas prestadoras de serviço para a instalação da planta. (Vereador 4, 2021, *explicação da autora)

A infraestrutura não se encerra em aspectos físicos apenas, outras exigências e acordos precisaram ser discutidos. A narrativa a seguir, exemplifica uma destas tantas situações que foram apresentadas.

“O nosso gestor anterior baixou a alíquota de 5 para 3% (ISS). Abriu mão de 2%. Quer dizer 2% de 200 milhões são 40 milhões de toneladas da nossa riqueza com a obrigatoriedade de gerar empregos e renda para o prospero município. A isenção foi somente para a mineradora, hoje a família deste comerciante (*) emprega mais que a própria mineradora.” (Vereador 6).

“(* por decisão da autora este nome foi suprimido para manter a preservação de identidade)”

“Você sabe quem veio em praça pública, no palanque, para fazer com que essa casa fizesse essa votação? Sua excelência, o governador Renan Filho. Não existe pressão?” (Vereador 4).

“E foi com a câmara municipal que fiz o projeto e foi aprovado e sancionado por mim, na época então era o prefeito e, foi muito importante naquele momento e, continua sendo, para que o projeto da mineradora seguisse em frente” (Gestor municipal no período 2016-2020).

A exploração de minérios nos municípios de Craíbas, Igaci e Coité do Nória, segue como se não houvessem limites administrativos e população entre os pontos de interesse, provocando assim maior desconforto às pessoas e degradação ao ambiente, devido a circulação entre as cidades de equipamentos e material alheios ao modo de vida presente até então.

O centro de poder econômico do mundo já esteve na Inglaterra, hoje é possível inferir que está de saída dos Estados Unidos rumo à China. Este movimento pendular transforma as relações socioeconômicas ao redor do mundo.

O Brasil já teve seus recursos naturais explorados, primeiramente por países da Europa, como Portugal, seguido pela Inglaterra, a partir de então, o uso de seus produtos primários tem se difundido pelo mundo, mas, atualmente, a Ásia, através da China tem recebido a maior parte de nossas riquezas minerais.

“As histórias que eu tinha certeza de que seriam interessantes e ricas e, é verdade, são assim. Você tem uma forma de falar, de contar a história que é agradável e que me fez viajar pelas estradas esburacadas daqui também. Muito Obrigada. (Elza Barboza de Jesus Alves)”

5 CONTANDO HISTÓRIAS

Como era vida antes da chegada da mineradora?

A pergunta que disparou a narrativa foi feita em continuidade à conversação que estava em andamento entre pesquisadora e entrevistado. A mesma aconteceu após as apresentações, a escolha do lugar para a acomodação dos envolvidos, o diálogo sobre trivialidades, a realização da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O evento que se pretendeu conhecer neste trabalho é um recorte de uma história contínua, portanto a existência de papéis e ideias foram construídos numa relação complexa que exigiu atores, situações e tempo cronológico que, uma vez reunidos, produziram significados singulares.

Os fatos narrados estavam guardados na memória de quem os contava. Não existe a necessidade de confirmação sobre a sua veracidade ou possível distorção dos mesmos, pois, entende-se que este conteúdo é a verdade de quem vivenciou a experiência descrita, ou seja, é justamente esta subjetividade que representa o teor da história oral.

A subjetividade não é uma construção estática produzida pelo ser humano, pois existe a capacidade intrínseca de reformular continuamente o significado do que se foi vivido. O próprio ato de contar a história pode levar o indivíduo ao processo de ressignificação do evento. Da mesma forma, a memória não é um depósito fixo de eventos, como explica Portelli:

A história oral, então, é a história dos eventos, história da memória e da história da interpretação dos eventos através da memória. A memória na verdade não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado. (PORTELLI, 2016, p.18).

Importa que tal compreensão esteja presente na leitura das histórias que a partir deste ponto serão contadas, a fim de que, se observe as nuances que não são ditas em palavras, mas estão presentes nos silêncios e nos gestos e, que em alguns momentos, se chocam em sentidos diferentes, compondo um cenário fantásticamente

semelhante a um “caleidoscópio” e, cuja principal função é a de representar uma organização social em um determinado momento.

Ao narrar sobre a vida anterior ao início das atividades mais notórias da mineradora no município, fato que ocorreu a partir de 2018, uma vez que este foi o marco sugerido pela pesquisa, os narradores, via de regra, buscaram o ponto de partida na infância e em alguns casos, com pouca variação, para antes ou depois deste período, incorporando aspectos da vida de outras gerações sobre os quais detinham algum conhecimento.

Ao mesmo tempo em que se destacavam as dificuldades enfrentadas, também foram trazidas as conquistas que validavam a potencialidade de toda uma sociedade que sofreu percalços, mas permanece no cenário atual, de acordo com as suas expressões, como exemplo de luta e dedicação para os seus descendentes.

A comparação entre o como se viveu e como se vive no presente é praticamente um movimento contínuo e sutil durante toda a narrativa e buscou mostrar a transformação instalada. Já o significado desta transformação não desponta tão naturalmente, é como se fosse preciso um tempo a mais para considerar o que de fato representa a mudança que acabou de ser descrita. É o que nos mostra a fala do entrevistado Urânio.

“Acredita que eu nunca pensei sobre o que vai ser do município quando a mineradora sair?” (Urânio).

A ênfase dada nas narrativas foi sobre as particularidades do trabalho, estudo, auto imagem, papel da mulher, lazer, mobilidade, futuro, poder, e expectativas sobre a Empresa de Mineração Vale Verde, articuladas de tal forma que descrevem a organização social do lugar.

O trabalho significava uma atividade naturalmente desempenhada desde muito cedo, aprendido com os pais que contavam com a participação dos filhos como condição *sine qua non* para a sobrevivência da família. Esta lembrança pareceu estar envolta em orgulho e tristeza.

“A vida é trabalho e do pouquinho que trabalha, colhe e vai vivendo. É sacrificado, mas vai vivendo, plantando milho, feijão e fumo.” (Cromo).

Vivia da roça, vivia da agricultura [...] o papai criou ainda um gadinho e era assim, tudo junto, tudo integrado para manter aquilo ali. (Lítio).

“[...] os meninos tinham que trabalhar, tinham que ajudar os pais, os pais precisavam da gente.” (Prata).

“Quando era pequeno, fui criado na roça plantando fumo com meu pai, minha família, todo mundo...” (Alumínio).

A percepção acerca do trabalho desenvolvido na agricultura no município de Craíbas é de que se trata de uma atividade difícil do ponto de vista de esforço físico, incessante durante um determinado período do ano, pois a sazonalidade é um fator determinante, com alta exposição à produtos tóxicos, pouca valorização social e retorno econômico.

Ao se referir ao trabalho, entendido como atividade econômica, os entrevistados relataram que existiam diferenças em relação ao lugar aonde viviam e aonde estavam vivendo atualmente, principalmente no caso daqueles que foram removidos do Povoado Serrote das Lajes para a posterior implantação da Empresa de Mineração Vale Verde.

Outra mudança citada está relacionada ao aspecto intergeracional. Observa-se certo desprezo ao se desenvolver o relato sobre pessoas que não trabalham com afinco e dedicação, reforçando a ideia da importância dada às atividades laborais. Esta síntese está demonstrada na fala a seguir.

“Pra viver aqui... a gente tem que dar murro pra viver e sinto que aqui (novo local de moradia*) não se quer isso, quer viver só de boa vida, mas de boa vida não se ‘veve’, a gente tem que viver do trabalho.” (Manganês - *explicação da autora).

Ainda, a imagem de pessoa trabalhadora, é valorizada positivamente, mesmo quando há mudança no status social, como por exemplo, casar ou enviuvar, ser mãe, aposentar-se, como é descrito a seguir

“Eu ajudava meu pai na roça plantando fumo, mandioca ... casei e continuei na roça.” (Água).

Existe uma forte expressão no discurso atual, acerca do imperativo de mudança no tipo de atividade de trabalho realizada. A próxima fala torna claro este pensamento.

“A minha mãe, por exemplo, ainda é agricultora, mas meus irmãos não são mais e eu também não sou mais agricultor, Graças a Deus.” (Prata).

Mas o que aconteceu para que surgisse esta necessidade de mudança na atividade laboral? Para responder a esta questão foi preciso escutar um pouco mais as ideias debatidas pelos entrevistados, sem a necessidade de fazer nenhuma intervenção. Eles queriam contar e enquanto rememoravam, convidavam a “viajar pelo tempo” em que plantavam muito mais fumo que atualmente.

5.1 FUMO, O CARRO CHEFE

O fumo de corda é um produto de origem brasileira que existia antes mesmo da chegada dos portugueses, entretanto a partir deste momento, a cultura recebeu aporte tecnológico e passou a ser exportado como forma de pagamento de dívidas da metrópole com países europeus, compra de escravos e consumo interno (OLIVEIRA, 2007, p.17).

De acordo com Carvalho, (apud OLIVEIRA, 2007, p. 21) as boas condições do solo e o incentivo do estado de Alagoas ao município de Arapiraca, a adoção de novas técnicas e equipamentos, além da implantação de uma fábrica de charutos neste município, aumentou a produção de fumo na região, embora o algodão, o milho e o feijão também fossem cultivados.

O marco da ascensão da agricultura fumageira chegou na década de 70 com a implantação de diversas empresas nacionais e transnacionais com interesse na exportação de folhas de fumo. A superprodução iria saturar o mercado após 10-20 anos.

A cultura do fumo apresenta-se decadente e com poucas perspectivas de recuperação dada a uma série de fatores como o combate ao tabagismo de forma implacável em todo o mundo, diminuindo a procura pelo fumo e novos investimentos na atividade. A nível local, o excesso de oferta, a baixa qualidade do produto e o nível tecnológico afetaram diretamente a atividade. (OLIVEIRA, 2007, p.15).

O declínio de produção sofreu outro abalo em 2005 quando o Brasil, juntamente com outros países, tornou-se signatário da Convenção Quadro para o Controle de Tabaco (CQCT) elaborado pela Organização Mundial de Saúde. A CQCT é um dos componentes dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) fixados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. Este fato trouxe mais restrições aos agricultores.

As empresas beneficiadoras e exportadoras, através da atividade de intermediários, tinham condições de impor preço, quantidade e tipo de produto a ser produzido pelos agricultores, conforme disserta Oliveira (2007, p 16), ainda assim, o cultivo de fumo é a estratégia mais utilizada pela população do município de Craíbas, nos dias atuais, como fonte de renda em períodos de maior dificuldade econômica.

Ainda que ocorra alta variação de preço de acordo com a safra e a qualidade do produto, (preços podem variar entre R\$ 2,00 a 20,00 em curtos períodos de tempo) a possibilidade de plantio em pequenos terrenos (a partir de uma tarefa no caso, 3052 m² - tarefa alagoana) e em regime de agricultura familiar, esta agricultura se mantém ativa. A seguir, os contadores contam histórias sobre esta realidade.

“O Fumo é pra ter os trocadinhos entre as safras.” (Cromo).

“A gente sempre trabalhou e continua trabalhando no fumo... roça. A gente não tem de que sobreviver... plantando uma rocinha aqui, outra acolá, mas sempre com o fumo.” (Zinco).

“A lavoura (produtos alimentícios*) não dá esse lucro que o fumo dá, então você teria que ter um terreno um pouco maior com mais tarefas” (Prata – explicação da autora*).

“Sempre aparece alguém de Arapiraca pra comprar, vende a um, vende a outro, não tem comprador certo. Eles lá (atravessadores*) têm uma empresa pra quem vender.” (Zinco – explicação da autora*).

“Às vezes a gente leva uma ou duas (bolas) pra vender na feira [...] ou espera o preço ficar bom, mas geralmente a pessoa vende porque sempre precisa.” (Urânio)

“Aqui o carro chefe da nossa região de Craíbas era o fumo. (Alumínio).”

Era o fumo. A forma de desenvolver o trabalho na agricultura em Craíbas tem sofrido alteração nos últimos anos devido a dificuldades próprias da cultura do fumo, como o preço dos insumos, necessidade de mão de obra e equipamentos, longos períodos de estiagem, falta de incentivo governamental, acesso ao estudo formal e ainda, de acordo com os entrevistados, desejo de obter melhores condições para viver.

Figura 35: Varal de fumo



Fonte: Acervo da autora, 2020

É interessante observar como algumas narrativas demonstram que, no atual momento, estes aspectos, acima referidos, impactam muito mais a forma de trabalhar do que a implantação da mineradora no município. Os entrevistados Urânio e Ouro expressam a seguir esta situação.

“80 % era fumo porque tinha mais valor, agora já diminuiu bastante. É bastante difícil porque a gente mexe com agrotóxico, a gente trabalha no sol e na chuva e no feriado e no domingo, é uma agricultura que requer muito esforço físico.” (Urânio).

“Vão trabalhando juntos, aqueles que conseguiram um nível de escolaridade melhor vão se adaptando em outra área de trabalho e vai trabalhar em algum emprego que apareça, mas aqueles que não conseguiram atingir um estudo, não conseguiu uma faculdade, ele tem o caminho que é continuar na atividade agrícola.” (Ouro).

Assim como a agricultura do fumo que tomou impulso a partir do descontentamento dos agricultores com o plantio de mandioca na década de 50, no caso de Arapiraca, em Craíbas, no período de severa estiagem na década de 90, algumas pessoas optaram pela atividade pecuária com vistas à produção de leite. O narrador Alumínio, a seguir, explica esta situação e acrescenta a questão do estudo como sendo uma variável importante, ora para a permanência, ora para a saída do agricultor da roça.

“Devido o tempo passando e a dificuldade de conseguir mão de obra e o preço do fumo passou uma época desvalorizado e não compensava plantar, o povo para se manter no campo, porque não tinha estudo suficiente pra sair pra procurar outra atividade e também porque não poderia todo mundo ir

saindo do campo e indo para a cidade, então quem foi ficando, foi tentando encontrar soluções.” (Alumínio).

De acordo com Dantas (2014, p. 11) a relevância da produção leiteira no município de Craíbas tem caráter econômico e social, pois, assim como a plantação de fumo, é desenvolvida por minifúndios representados pela agricultura familiar. Para ainda sobre os produtores as dificuldades com o custo e o manejo de alimentos para o animal, assim como a qualidade do rebanho. A prática de pastejo é pouco desenvolvida e as condições climáticas não são exatamente favoráveis.

A região nordeste apresenta grande variabilidade na frequência e quantidade de chuva, por isso é difícil realizar um planejamento de longo prazo no tocante aos produtos destinados a alimentação animal, além disto, Dantas (2014, p. 26) afirma que “dada às pequenas áreas de cultivo, 100% dos produtores também adquirem alimento concentrado o que impacta diretamente na economia da propriedade e vulnerabiliza financeiramente o produtor. Novamente uma condição estudada em âmbito acadêmico é explicada por um narrador, como se percebe na fala do contador Alumínio.

“Um dos desafios que a gente enfrenta na nossa região é a questão do clima. De 2018 para cá pegamos uns anos melhorzinhos, mas do final de 2012-2013 até 2016, nós pegamos anos críticos com a questão hídrica, porque a gente não consegue fazer alimentos para os nossos animais e ficou muito inviável criar neste período.” (Alumínio).

Ao se deslocar pelo município de Craíbas, já é possível perceber áreas mais extensas dedicadas à plantação de milho, inclusive de natureza transgênica. Sobre este fato os informantes contam que

“O fumo dá muita despesa e o milho não é esta despesa toda porque é trabalhado com máquina e, o fumo, a mão de obra dá despesa. Aí o pessoal mudou. Mudou até porque o pessoal não quer trabalhar de roça, só quer emprego, emprego, emprego... Aí teve essa mudança porque também faltou mão de obra. Serviço de fumo é muito pesado. Pesadíssimo.” (Chumbo).

Figura 36: Plantação de milho e venda de imóveis – transformações da paisagem do lugar



Fonte: Acervo da autora, 2020.

O milho vem se apresentando como uma agricultura alternativa ao fumo. Esta questão é discutida entre os narradores, comerciantes e também pela gestão pública municipal com poucas variações de opinião. O secretário municipal de agricultura relata:

“O preço do milho ao longo do tempo com a criação de outros animais que dependem do milho e também serve para o consumo humano vem subindo e está sendo bem atrativo a produção de milho hoje.” (Secretário Municipal da Agricultura, 2021).

O milho é uma commodity e, ao contrário do fumo, recebe incentivo para o cultivo, além de maior garantia de mercado. O diretor de Crédito e Informação da Secretaria de Política Agrícola do Ministério do abastecimento, da agricultura e da pesca, Wilson Vaz de Araújo (2021), relatou em entrevista ao site NEWE Seguros que “as medidas são uma resposta à forte demanda mundial por alimentos e à desvalorização do Real, que seguem dando impulso às exportações de grãos do país.

O Conselho Monetário Nacional, de acordo com site NEWE Seguros:

Decidiu aumentar o limite de financiamento de custeio, a partir de 1º de julho deste ano, de R\$ 3 milhões para R\$ 4 milhões por produtor, para a produção de milho e de sorgo. Também a partir de 1º de julho, os médios produtores rurais poderão ter acesso ao custeio para plantio dos dois cereais, no limite de R\$ 1,75 milhão. (NEWE, 2021).

No município de Craíbas existe tanto a plantação de milho transgênico como o de não transgênico, sem que haja distinção quanto a estes produtos de acordo com a finalidade, ou seja, para consumo humano ou animal. É perceptível a preferência dos agricultores pela semente transgênica em razão da produtividade e resistência. É sobre isto que o Secretário municipal de agricultura diz a seguir.

“Antigamente, quando você plantava 2 hectares de milho você tirava 10 sacos (de grãos) por aí e hoje, em 2 hectares você tira 100 sacos de milho. Com a tecnologia de hoje você adubando e também plantando de uma maneira diferente, por isso cada dia que passa está sendo mais atrativo. Milho transgênico é de uma qualidade superior apesar de muito cara, a semente, mas quem planta diz que dá vantagem.” (Secretário Municipal da Agricultura, 2021).

Um aspecto que estimula a plantação de milho é o fato de que o risco de prejuízo é menor, haja vista que se houver uma produção de grãos com pouco valor mercantil, o produto pode ainda, servir como um distinto produto, muito necessário na região, que é o silo para ração animal. É nesta direção, que o Secretário Municipal de Agricultura esclarece que,

“Também tem um outro lado, quando não dá para colher bem o grão, aí é feito a silagem que é um alimento excelente para os animais e este silo é usado em larga escala, aqui na região e muita gente vem de Pernambuco para comprar silo na região.” (Secretário Municipal da Agricultura, 2021).

O avanço tecnológico traz impacto. No caso do milho, desde a possibilidade de usar maquinário para as diferentes fases desta cultura, diverso do fumo que requer plantação, colheita e manejo de forma totalmente artesanal. Além disto, o desenvolvimento de novos produtos agro defensivos representam menos riscos de adoecimentos por exposição a venenos. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 2021, por exemplo, informou sobre a descoberta da:

Bacillus thuringiensis (Bt) que é uma bactéria que produz proteínas com propriedades tóxicas específicas para insetos e que são inofensivas para humanos e outros vertebrados. Diferentemente de pesticidas químicos, é inócuo para o meio ambiente. (EMBRAPA, 2021, [N.P.]*)

Sobre o exposto anteriormente, o pesquisador da Embrapa Fernando Hercos Valicente, desenvolvedor e responsável pela tecnologia de um novo bioinseticida para o combate de pragas nas lavouras de soja, milho e algodão, diz que

A grande vantagem desse produto biológico à base de “Bt” é que ele não afeta o meio ambiente, não intoxica aplicadores, não mata os inimigos naturais das pragas e não polui rios e nascentes, contribuindo para a sustentabilidade. (EMBRAPA, 2021, [N.P.]*)

O avanço tecnológico no campo não fez com que jovens procurassem, para a sua formação técnica, atividades relacionadas a agricultura ou a pecuária, muito embora, as pessoas percebam que existe uma transformação na forma de trabalhar no campo, como o contador Chumbo explica a seguir.

“Antes o pessoal já trabalhava e a vida do pessoal mudou. Mudou porque mudou o modo da agricultura, da roça.” (Chumbo)

No sentido destacado anteriormente, ressalta-se que, para praticamente todos os entrevistados, o termo “trabalho” está ligado à roça e, é muitas vezes utilizado com uma diferença significativa entre o termo “emprego”, significando o primeiro termo, algo sofrido, pouco rentável e reconhecido, ao contrário do segundo termo que representa uma atividade mais amena, valorizada e que para o seu desenvolvimento exige-se mais educação formal, portanto, mais estudo. Este pensamento é central quando a conversa avança sobre o tema das transformações na forma de viver. A seguir, o narrador Cobre tenta explicar.

“A população também hoje, não só da mineradora, também compra casa (em zona urbana*) e não tão querendo trabalhar na roça que nem antes, já vão procurar um emprego, quer ter internet em casa.” (Cobre – explicação da autora*)

É possível perceber ainda, um outro pensamento cuja importância conferida é elevada entre os entrevistados. A necessidade de mudança na atividade laboral e econômica e, associada ao estudo, seja este, acadêmico ou profissionalizante. Os gestores, a empresa de mineração falam sobre este tema. Os narradores também falam, mas tratam disto no ambiente familiar e no cuidado com seus descendentes. É sobre esta visão de mundo de que trata os próximos parágrafos.

O estudo significa possibilidade de mudança. A mudança de que tratam as histórias, significa ter uma vida melhor. Uma vida melhor está associada a poder desempenhar uma função menos desgastante que a agricultura, de acordo com a percepção das pessoas entrevistadas no município de Craíbas. Ademais ressalta-se

que as pessoas que vivem na zona urbana, citam o estudo como uma chance de alcançar qualidade de vida. Os contadores Urânio e Ouro nos ajudam a compreender esta motivação.

“Não quero que eles (filhos*) fiquem no sol, se exponha a veneno, agrotóxico, a gente sabe que não é sadio, a gente faz porque a gente precisa, mas se tiver uma oportunidade, precisa agarrar a oportunidade.” (Urânio – explicação da autora*).

“Até na agricultura tem sido dificultoso para viver, para garantir a produção sem condições financeiras, acaba que a pessoa que nasceu e se criou naquilo, ele continua, mas os filhos, a tendência é só pensar em estudar, melhorar a sua quantidade de estudo pra arrumar um emprego lá fora.” (Ouro).

As narrativas a seguir demonstram que os informantes foram incentivados a entender os estudos como possibilidade de vida melhor, mas condicionam este viver melhor a trabalhar em outra área que não a agricultura.

“A minha infância foi trabalhando e eu me sinto bem com isso [...] agradeço muito a meu pai, mas essa parte de escola não teve, mas é oportunidade fundamental para qualquer pessoa.” (Estanho).

“Acho que todo pai tem aquela mentalidade... eu ouvi isso da minha mãe e sei que outras pessoas também ouviram, ouvi de outras pessoas também aquele incentivo para estudar: Estude meu filho, a roça não dá nada a ninguém.” (Prata).

“Eu penso em fazer dela (filha) uma pessoa bem competente, estudar muito pra ela ter um bom trabalho.” (Areia).

As narrativas apontam que de certa forma, assim como no passado, embora de forma mais sutil, o sucesso do indivíduo, ou seja, o auge da sua realização pessoal, depende quase que exclusivamente do esforço de cada um. Este pensamento está sutilmente articulado a uma manobra do sistema capitalista que leva as pessoas a se comportarem como empresas, incentivando a competição em um ambiente em que as condições, supostamente, são iguais para todos.

“Embora que, quando eu comecei o ônibus não conseguia atender a toda a demanda, muitas vezes quebrava, a gente ia muito apertado. Depois as coisas foram melhorando, hoje em dia o povo não estuda porque não quer, realmente tem muita oportunidade.” (Prata).

“Trabalhava o dia na roça com meus pais [...] eu saía quatro e meia da roça com os cadernos debaixo dos braços e ia para a rodovia que dá acesso para Craibas para pegar o ônibus que vinha de um povoado chamado Lagoa do Rancho, porque não tinha ônibus na comunidade, mas eu nunca deixei de

estudar. Hoje, o transporte passa na frente das casas, na sua porta e muitos não têm o interesse de estudar” (Cobre).

“No próprio período que eu estudava, as quatro horas da tarde, de bicicleta eu saía e ia para Arapiraca (aproximadamente 12 km de bicicleta*). Eu saía das Lajes para estudar e voltava à meia noite, as vezes com fome, eu não vou mentir.” (Lítio – explicação da autora*).

“[...] que foi com a escola Nossa Senhora da Conceição que a gente veio ter, já nos anos 90, o ensino médio, porque até então a gente só tinha o ensino fundamental, até o 8º ano. A gente dependia muito e até hoje depende, mas dependia mais ainda de Arapiraca. Para curso superior, cursos técnicos, tudo, tudo, realmente em Arapiraca.” (Calcário).

Um outro olhar apresentado pelos narradores e cuja direção aponta para distorções e complexidades acerca de outros aspectos considerados responsáveis pela geração do acesso desigual a educação.

“Eu vinha 7 km até aqui e tinha um ônibus apertado, uns por cima dos outros, que quebrava mais que tudo, eu já tinha andado 3 km pra pegar o ônibus pra vir estudar, então obviamente que eu não ia ter a mesma oportunidade e o mesmo preparo que um menino que morava lá em Arapiraca, da mesma idade, talvez com uma condição financeira semelhante da minha, mas que tinha uma escola ali. Eu vinha estes 7 km, muitas vezes sozinho, porque os colegas não queriam, já tinham trabalhado a manhã inteira na roça.” (Prata)

“Para especializar mão de obra do município já foi aberto 2 ou 3 cursos técnicos aqui através do SENAI com a Mineradora e com o Município. Agora uma das coisas que eu vejo e mais pra mão de obra, por exemplo, pedreiro, pintor... Agora os técnicos mais avançados normalmente não se abre aqui no município, normalmente se abre em Arapiraca.” (Calcário).

“Muitos destes jovens largavam a escola pra ir trabalhar na roça, ou repetia ou abandonava e porquê? Porque a escola era um sonho de oportunidade, mas você chega na escola e não via este sonho se concretizar na sua frente.” (Prata).

O sonho de oportunidade pode ser objeto de manipulação, através de promessas que visam transformar os indivíduos em homens-empresas e, portanto, os únicos responsáveis pelo próprio desenvolvimento, como se não houvesse uma estrutura social que insistisse em regulamentar os caminhos deste desenvolvimento.

Neste momento em que as narrativas passam a dar ênfase ao momento presente, percebe-se que muito se tem discutido no município de Craíbas, sobre a formação, principalmente dos jovens. Percebe-se ainda que os adultos incentivam a geração seguinte a especializar-se para o mercado de trabalho, entretanto, como dito antes, buscam afastá-la do campo, ironicamente num momento em que a agricultura brasileira reforça a ideia de que se tem adotado tecnologias bastante avançadas e

que, portanto, é fundamental possuir formação qualificada nesta área. As falas a seguir mostram um pouco sobre esta contradição.

“Hoje com a mineradora, ela deu muitos empregos, muitas pessoas empregadas, nem todas de Craíbas porque não tem as especializações para trabalhar em todos os cargos, então tem que vir pessoas de fora.” (Cobre).

“Também não vou dizer que a culpa seria da Vale, não posso precisar isso. Eu acredito que um *mea culpa* também, mas acredito que o maior culpado é a falta de preparo e também não é culpa das pessoas, embora, todo mundo tenha que correr atrás dos seus objetivos, seu preparo, não pode esperar ‘cair do céu’, mas infelizmente, nossos governantes não nos deram oportunidades que outras pessoas tiveram.” (Prata).

“Eu mesma tenho os meus (filhos) e não quero isto pra eles. Eu quero que eles estudem e tenham um futuro bem melhor, até para cuidar de mim, né?” (Urânio).

Antes da narrar sobre o futuro, as histórias passaram a relacionar as expectativas que as pessoas tinham, num passado recente, sobre a chegada da mineradora no município e o momento presente. Notadamente, a questão que mais mobilizou a expectativa dos moradores do município foi a geração de postos de trabalho. Os informantes e o representante da gestão pública atual narram sobre isso a seguir,

“A Mineradora empregou muito pouca gente da cidade da gente.” (Chumbo).

“A gente imaginava que a questão do emprego fosse voltada para a população do município e o que se viu aqui foi muita gente de fora, de outras cidades, nada contra quem vem de fora, pelo contrário, é muito importante para o município, mas o status mesmo de emprego, ele foi dado a muita gente de fora. Talvez, na verdade, por competência de cada um.” (Calcário).

“No auge da implantação da estrutura, segundo informação da Vale (MVV) que passaram para nós em reunião, a Vale empregou 2020 pessoas direta e indiretamente, só que segundo a própria Vale, destes 2020 funcionários, menos de 600 funcionários são de Craíbas e, a gente já procurou esses 600 funcionários e a gente não acha não esses 600 funcionários de Craíbas.” (Subsecretário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2021).

Em 2010 houve algum movimento por parte da mineradora no sentido de preparar a mão de obra para o seu empreendimento em Craíbas. Ocorreu que a instalação do projeto se deu muitos anos depois.

Foi criado uma expectativa muito grande, mas, aconteceu um problema, nós não tínhamos mão de obra. As pessoas queriam emprego, mas não tinham qualificação. A mineradora em 2010-2011, ela ofertou em parceria com o SEBRAE vários cursos e capacitação. Muitas pessoas fizeram estes cursos,

só que isso foi em 2010, de lá para cá, eu não tenho conhecimento de que a Vale fez outros cursos capacitando, mas o que acontece? De repente, em 2018, ela botou o projeto para cima e aí o pessoal que tinha feito aquelas capacitações em 2010, estavam desatualizados, ido embora, mudado de cidade, uns foram para São Paulo, outros encontraram outros empregos e aí vieram outros de fora. (Subsecretário da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2021)

5.2 MUDANÇAS NO COMÉRCIO

O volume de dinheiro que circulou no município de Craíbas, a partir das primeiras intervenções realizadas pela Empresa de Mineração Vale Verde aumentou, mesmo que este volume não tenha correspondido a expectativa inicial do comércio local. Certamente o aumento no número de pessoas que esteve na cidade, durante o período de maior contratação de pessoal, contribuiu para este fato. A empresa destacou esta condição no seu documento de Avaliação do Impacto Ambiental, como segue.

No que se refere às questões socioeconômicas, destaca-se a geração de empregos e renda, e o efeito multiplicador que será incrementado no comércio e estrutura de serviços locais de Craíbas e Arapiraca, pela movimentação dessa massa de salários. Haverá, ainda, a possibilidade de compra de insumos e materiais de consumo no comércio local, de contratação de serviços e de locação de equipamentos, tanto na fase de implantação quanto de operação do empreendimento, agilizando a economia local. (MINERAÇÃO VALE VERDE, 2015, v.2, p. 114)

Uma parte significativa dos comerciantes não percebem o incremento no comércio. Muitas histórias trouxeram esta realidade que culminou com a decepção e, em alguns casos em que houve investimento financeiro, o prejuízo. A MVV promove em parceria com instituições como SESI/SENAI orientações ao público interessado em fornecer materiais e serviços para a empresa. Ainda assim, a frustração permanece. O narrador Salgema traduz este sentimento a seguir.

“Eu vejo assim, quem é? O porque eles não investem muito? É como se tivesse intermediário. Até em locação de carros... Alguém pensa “vou arrumar 20 carros para locar e já sabe o sistema deles, mas quem tem uma “van” nova, boa, aqui não consegue colocar. O acesso com eles aí e muito pouco. Só quem já acompanha mesmo, firma grande e essas coisas.” (Salgema).

Por outro lado, houve um aumento na abertura novas pequenas e micro lojas de suporte para celulares e de conexão de internet. Os funcionários da MVV e das empresas que prestam serviço para ela, que são de outras cidades e estados fizeram a procura por estes serviços crescer.

“Comércio com várias lojinhas está funcionando, várias empresas de internet hoje concorrem com uma com a outra... e hoje a gente tá vendo tudo isso e acredito que foi mais por conta da chegada da mineradora.” (Cobre).

Figura 37: Incremento na quantidade de lojas que oferecem serviços de telefonia e internet



Fonte: Acervo da autora, 2020

A esperança sobre as melhorias no comércio, a partir da implantação da atividade minerária, foram elaboradas em razão de discursos proferidos por autoridades estaduais, municipais e pela empresa MVV, mas, ainda não se observa a movimentação impar na economia local. O informante Chumbo ressalta esta percepção na seguinte fala.

“Mas mudança que a mineradora trouxe? Não. De jeito nenhum (aumentou o comércio local*). Se perguntar a qualquer comerciante aí, vai dizer a mesma coisa que eu.” (Chumbo – * explicação da autora).

E outros comerciantes corroboram com a afirmação anterior de que o comércio não cresceu como imaginado anteriormente. O informante Salgema descreve que

“No início a gente vendeu um pouquinho, mas depois que eles cresceram, nós nunca mais vendemos nada a eles. É tudo Arapiraca” (Salgema).

Dentre as histórias contadas, uma delas situa o significado da necessidade de consumo, mas sem prover o impacto significativo no comércio local. Algumas histórias, como a que se segue, trouxeram reflexão acerca da mudança do comportamento de pessoas, a partir do aumento de volume de dinheiro a seu dispor, por conta da venda de suas terras para a MVV.

“Eu fico observando no meu serviço, que tem pessoas que se preocupam com aparência. É o que é a aparência? Um transporte novo, uma moto nova, um celular novo, uma TV nova. Só que são bens materiais que uma hora vai precisar renovar, trocar ou acabar. Eles deveriam pensar em coisas que possam dar lucro, coisas concretas. Tem pessoas que não souberam administrar, porque administrar dinheiro é difícil e, que hoje não tem as condições iguais as que já tiveram.” (Cobre).

5.3 A TERRA DOS CRAIBENSES

Uma vez que as terras da família foram vendidas, existe a possibilidade de aquisição de outras, em outro lugar, mas na prática, isto nem sempre foi possível. A narração a seguir explica porque.

“[...] não conseguiram ir junto para um outro lugar. Cada um foi para um destino, aonde encontrou condições para comprar, até porque quando a Vale (Mineradora Vale Verde*) adquiriu os terrenos, acabou valorizando muito, porque começou uma procura muito grande por terrenos, casas. O pessoal começou a cobrar um preço exorbitante, preços muito altos e nem sempre conseguiram (as famílias removidas*) comprar nos mesmos moldes. (referindo-se ao tamanho, qualidade, localização dos terrenos*)” (Prata – explicação da autora).

A terra representa para os nordestinos da zona rural do município de Craíbas a fonte de alimentos, desde os que são plantados e consumidos por eles, como também os que são excedentes e permite o consumo de outros alimentos que precisam ser comprados.

Outra função para esta terra é o local de moradia e de gregária, uma vez que os filhos e agregados moram e trabalham todos muito próximos uns dos outros. O sentimento manifestado é de pertencimento ao lugar, ao grupo de pessoas com quem se relacionam no dia a dia devido a questões pragmáticas da vida e do trabalho. Além disto, a terra parece ser tratada como uma entidade, como um ser vivo.

“Vai desgraçar as terras, vão furando o chão, furando o chão, comendo as terra tudo.” (Titânio).

“Depois de colher (folhas de fumo*), põe no varal e aí essa parte é com os meninos. Na época da plantação, adubação as mulheres vão muito. Aí amadurece no varal, aí os meninos tira e leva para as destaladeiras que são mulheres também. Daí, depois, trazem para o salão para enrolar. São mulheres, parentes, vizinhas, comadres. É mãe com filha e é assim, mas não é cooperativa, é tudo individual. Se você andar aqui neste sitio vai ver que todo mundo é parente, mas todo mundo conhece o seu fumo.” (Urânio – explicação da autora).

O sentimento de perda irreparável sobre as relações pessoais e familiares estabelecidas, vem de encontro a importância dada a estas vivências. Esta forma aproximada de convívio é marcante na região.

“Muitas pessoas se mandou no meio do mundo. Espalhou tudo. Amigos, parentes, desapareceu, desapareceu. As pessoas chamam um tal de impacto. É uma pancada grande e tem pessoas que não vai assimilar nunca está situação.” (Lítio).

O local de trabalho representado pela posse ou pelo direito de uso da terra tem sua valoração maior devido a mão de obra disponível naquele local, uma vez que a maioria das propriedades são destinadas a agricultura familiar. Ao serem removidos, a maioria das famílias e dos vizinhos não puderam permanecer juntos, levando-os a dificuldades no manejo das roças de subsistência. É sobre esta situação que o trecho da próxima história explana.

“Quem nasce e se cria na região, ele sabe desenvolver suas atividades no dia a dia e, quando ele é obrigado a sair de surpresa ele vai ter dificuldade no sair e no se adaptar em outra região, e essa região é uma região que centraliza as famílias, geralmente não tem uma aqui e outra lá em outro estado, geralmente todas as nossas famílias é próxima uma da outra e, quando tem que sair, então todo mundo, visando a forma de convivência na área da produção, da agricultura ou da pecuária, eles sentem muita dificuldade em sair para outra região que não conhecem.” (Ouro).

“O agreste aqui é muito seco no verão. Aqui a gente trabalha de 3 a 4 meses no inverno que é um período mais chuvoso e, acaba colhe a lavoura. Para a maioria do pessoal, para sobreviver o resto do ano com o que colheu. Aí o que acontece? Tinha pessoas que tinham vontade de sair para comprar um terreno melhor, um terreno que tinha água de minação, acre a mais para plantar, mas então, tinham aqueles que não queriam sair e outros, os mais antigos, que saíram porque não tinham outra alternativa. Eu não vou acreditar que uma pessoa com 70 anos quer sair hoje. É um povo mais apegado que fica mais pensativo, e agora? E agora o que é que eu vou fazer? Para onde eu vou?” (Cobre).

O sentido das palavras, o contexto, as expressões físicas no momento da narração, remete a compreensão de que, a compra das terras pela mineradora Vale Verde, por mais legítimo que o processo tenha sido à luz da legislação, desperta a percepção de desapropriação e de tomada deste espaço que representa a própria vida das pessoas.

“Nós não vendemos terras para eles, eles podem considerar assim, mas nós não vendemos terras para eles [...] nós fomos desapropriados, não vendemos a eles, e a indenização (pagamento efetuado pela empresa) por direito era nossa, nós pagava imposto e tudo mais.” (Lítio – explicação da autora).

“Eles foram comprando e cercando. Tinha que sair. Vamos supor, eu tenho minha terra aqui, o daqui (aponta para um lado*) vendeu. O daqui (aponta para o outro lado*) vendeu. O da frente, vendeu. Eu não vou ficar ilhado ali. Até que não queria sair, uma vida ali, né? Nasce, se criou ali, não se pretende sair. Não é que eles dissessem: Saia, mas ficamos ali pressionados.’ (Níquel).

De acordo, com os moradores que atualmente encontram-se instalados no Assentamento Rosa Luxemburgo, a Mineradora é a proprietária do lugar e fez a remoção destas famílias do Serrote das Lajes para lá.

“Quando deram despejo lá, lá tem aquele negócio...(pensativa) de diamante é? Aí eles tiraram o povo de lá pra botar aqui, neste terreno aqui. Quem fez foi a Vale Verde) [...] fez o acordo com o povo, quem é que queria vir pra cá, muitos disseram assim que não vinha porque aqui é um cascão danado (clima de sertão, solo pedregoso e muito duro para desenvolver alguma plantação).” (Manganês).

A narração a seguir aborda a saída das famílias que ocupavam o lugar, sem possuir a propriedade da terra, no povoado Serrote das Lajes, local da atual planta da MVV.

“Na época que ela chegou aqui na região fazendo pesquisa descobriu a fazenda Uruçu, na qual os Sem-terra se assentava, mas estava neste terreno esperando uma desapropriação pelo INCRA. A Vale pesquisou e encontrou que nesta área tinha muito minério e dizia que a cada 30 caminhões de terra escavada, 10 era de minério, uma quantidade muito grande. Então vamos à negociação, porque se a gente estava lá esperando por uma desapropriação, a Vale tinha o interesse na área e o INCRA não tinha outra área para botar o povo e, aí, isso foi chocante até para o proprietário que estava esperando umas sessenta pessoas que iam ficar assentadas nesta área. Ficou todo mundo praticamente desacatado, porque se saísse dali sem ter para onde ir... Porque o pessoal que tava lá, era pessoal que precisava, que não tinha casa, não tinha terra, vivia nas fazendas, de peão, trabalhando, então quando saiu da fazenda foi para um local que achava que ia ser dele, amanhã ou depois, de um pedaço de terra.

Teve que sair por conta da Vale, aí foi quando houve uma negociação, porque o INCRA apontou uma propriedade, mas o INCRA também não podia comprar aquela propriedade de imediato e repassar para os Sem-terra. Como a Vale tinha muito interesse de pegar a área que tinha muito minério, aí ela negociou com um proprietário de uma outra área e o qual foi tirado o povo pra essa outra área que é hoje o (assentamento) Rosa Luxemburgo.” (Ouro).

É diante deste cenário que se estabelece a insegurança dos moradores do Assentamento Rosa Luxemburgo, como descrito a seguir.

“Só que a Vale é quem é a dona da terra lá e o povo tem esse medo, porque a Vale também pode dar despejo do povo, porque o INCRA não pagou pra vale pra o povo ficar lá, então ainda tem esse medo.” (Ouro).

“E aí falta somente, agora em algum tempo, quando ela quiser, passar o documento, porque não tem documento ainda, ninguém aqui tem.” (Manganês).

“A propriedade do Rosa é da Vale que tirou o pessoal e colocou pra lá. A gente não sabe se eles estão com o pensamento de desapropriar para as pessoas ou só para estar ganhando tempo.” (Tungstênio)

Figura 38: Entrada do Assentamento Rosa Luxemburgo



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 39: Assentamento Rosa Luxemburgo - residências e “escola” (ao centro)



Fonte: Acervo da autora, 2020

A percepção de muitos entrevistados removidos das suas terras é de que, para estes bens e valores não há precificação possível e, já para a população que permanece nas proximidades, existe muita preocupação. Dois depoentes demonstram esta percepção:

“Isso aí (Referindo-se a Empresa MVV) não foi uma boa vinda para o município porque a gente sabe que futuramente as pessoas vão ter que deixar as suas moradias, eu moro aqui, gosto daqui, já me adaptei, mas eu sei que vai chegar um tempo que eu vou ter que sair.” (Tungstênio).

“Quem nasceu e se criou num chão como eu nasci e, vivendo 86 anos por riba do terreno que, quando acaba, ter que vender pra sair pra outro canto.” (meneando a cabeça, ombros caídos, olhando o chão*) (Cromo – explicação da autora*).

5.4 A “OUTRA” TERRA

A reorganização do espaço para acomodar as exigências de empresas, principalmente as de grande porte, via de regra, mobiliza a atenção de governantes das várias esferas. As empresas, a partir dos ramos da atividade a que se destina, para se instalar num determinado lugar, além da mão de obra, necessitarão de recursos para a produção, circulação, distribuição e consumo dos seus produtos.

Os recursos providenciados para possibilitar a instalação e o total funcionamento da mineradora no município de Craíbas não eram totalmente conhecidos pelos narradores.

“Aqui já foi muito ruim já (acesso a água tratada), já comprei muito caminhão d’água. Ficava até 2 meses sem água, mas com a chegada do **presídio***, melhorou bem.” (Estanho – grifo da autora*).

Ocorre que, ao pesquisar a ligação entre a melhoria do acesso a água tratada e a implantação do presídio, outra razão foi apontada pelo depoente Boro e, que mais tarde foi confirmada através da leitura da publicação em Diário Oficial, do contrato nº 090/2012 CASAL, celebrado entre a Companhia de Saneamento de Alagoas CASAL e a Empresa CAB Águas do Agreste S/A.

“Saliento que esse abastecimento é possível também, por conta do incremento de mais uma adutora que abastece a região de Craíbas, adutora essa, exigida/solicitada pela Mineradora Vale Verde, pois foi previsto essa necessidade no processo de implantação da referida mineradora.” (Boro).

Quando os contadores se puseram a narrar o momento presente, tanto a elaboração de preceitos da economia de aglomeração quanto a sujeição do poder público e da população às necessidades da empresa, foram se desenhando.

As principais estradas e rodovias foram recuperadas pelo governo estadual. Enquanto isso, no município, houve mudanças no trajeto de algumas estradas municipais, com fechamento e abertura de vias para satisfazer a necessidade de mobilidade dos caminhões e outros veículos da mineradora, acarretando aumento da distância a ser percorrida entre os bairros e o centro da cidade, além de maior exposição a assaltos para a população em geral.

“Ela é uma rodovia estadual (AL 220). Até então a gente tinha uma rodovia estadual muita antiga e esburacada e de tempos em tempos os buracos eram tapados, mas não durava muito, era algo muito mal feito e depois ela foi melhorada um pouco antes da Vale chegar, mas logo apresentou problema novamente e na minha concepção, ela realmente veio a ter essa melhoria, como está tendo atualmente, quando a Vale foi instalada. Não sei qual a correlação, mas eu acredito que tenha uma correlação.” (Prata).

“Era mais tranquilo, mais sossegada as estradas aqui de Craíbas. Agora eles fecharam umas e deixaram só umas abertas, ficou mais longe, mais roubo, muito mais roubo agora, porque antes eram mais estradas.” (Titânio).

As expectativas que se tinha sobre o início das atividades da indústria de mineração não foram correspondidas. A percepção de dano a tranquilidade não

estava apenas na rua, mas também dentro das residências. E por muitos motivos, como por exemplo o tremor, a poeira e o barulho.

“A gente tá percebendo que o barulho tá aumentando. A gente escuta barulho de noite, dos maquinários.” (Cobre).

“A noite todinha eles trabalhando, ninguém consegue dormir.” (Titânio).

“Estes estrondos, as crianças fazem assim ó (tapa os ouvidos com as mãos*). O meu é especial, tem 19 anos... bota a mão nos ouvidos e sai gritando: Não! Acabou, acabou, acabou. Ele é autista.” (Caulim explicação da autora*).

A detonação, procedimento que visa fragmentar as rochas encontradas no subsolo é uma prática que produz poeira sílica, além disto, o beneficiamento do cobre exige que seja realizada um processo conhecido como britagem, que é a moagem das pedras. O narrador explica que o aumento do tráfego de veículos pesados pelas estradinhas do povoado também provoca muita poeira.

“No tempo de poeira ninguém aguenta não!” (Titânio).

“Ônibus, caminhão, carreta, trator. A estrada é só deles. Quando acabar... A chuva. É todo mundo gripado por causa da poeira.” (Caulim).

“As bombas que eles estão estourando está prejudicando e vai prejudicar cada vez mais.” (Alumínio).

Figura 40: nuvem de poeira causada por caminhão



Fonte: Acervo da autora, 2020

Além da poeira, que pode trazer agravo a saúde, a detonação e a trepidação causada pelos veículos pesados, de acordo com os narradores, promovem abalos nas residências,

“Mas, quando chegou aí ó (aponta para a pilha de rejeito estéril próximo à sua residência*), que não tem nem 3 km, ela começou a estourar bomba. Bomba que quando estoura, as portas batem uma com a outra e eu digo: Eita que vai cair! Como é que a gente vai ter tranquilidade?” (Carvão – explicação da autora).

“De vez em quando, sempre às sextas-feiras, eles soltam umas bombas lá que estremece aqui. A senhora acredita numa coisa dessa? Estremece aqui.” (Estanho)

“Os canecos em cima (aponta para a pia*) balança quando estronda, as panelas dentro do armário estremece.” (Zinco – explicação da autora*).

A percepção de que algo grave pode acontecer está presente nas histórias e no dia a dia dos moradores de Craíbas, como mostram Zinco e Cromo nas próximas falas.

“As casas da gente tá toda rachada [...] as pessoas reclamam, eles dizem que não é, não é, não é... Disseram que vinham vê, mas nunca vieram.” (Zinco).

“Se ela pocar (estourar*) a água que ela (barragem*) tem, leva todo mundo que tá de pé, daqui até o Riachão. Ela leva muita gente, tem os corgos (córregos*), mas, é o seguinte: a barragem é muito grande e água que tem, os corgos não atia (detém*)” (Cromo - explicação da autora*).

A percepção da violência no processo de remoção das pessoas do povoado aonde a empresa MVV pretendia se instalar foi além do fato de deixar a terra com suas funções de moradia, gregária e trabalho. A violência estava relacionada a agressão física e ao risco de morte.

“Eu comecei a participar das reuniões de negociação, aí teve um zum-zum-zum e o pessoal: Este cabra vai levar uma surra num corredor destes aí. Antes que acontecesse algo comigo desta natureza, eu parei e pensei e disse: Papai vamos cuidar dos nossos interesses e deixar este povo pra lá. Eu tive que fazer assim” (Lítio).

“Teve muitos coitados que estão aqui, os mais velhos, que pra poder sair de lá, pediram a Deus, porque até bala aconteceu. Eles não queriam sair e precisou a polícia entrar a aí houve até bala.” (Manganês).

O que os narradores, após algum tempo de convívio entre mineradora e a população local, principalmente, os que se encontram mais próximos dela, estão querendo dizer é que acham arriscado, prejudicial e turbulento tê-la por perto. Por outro lado, a mineradora diz que deseja ser uma boa vizinha.

A MVV é uma empresa séria, quer ser o bom vizinho, sabemos que muda o cotidiano. (Mario Lima – MVV, em reunião com comunidade na Escola da Lagoa do Cupira em 18/08/2021).

Para alguns narradores, a mineradora não vem desempenhando de forma satisfatória o seu papel de vizinha. Já para outros, um bom vizinho pode ajudar, mas, não convém aceitar tal ajuda. As personagens Caulim e Cromo tentam explicar o aparente dilema da população.

“Porque já que eles estão se apossando, assim, eles podiam fazer melhoria pra gente mesmo, porque somos vizinhos deles e aí tinham que fazer o que? Fazer uma melhoria pra não ficar zangados com eles e não ficar prejudicando, né?” (Caulim).

“Uma empresa rica funciona assim pras pessoas, então cresce o valor das pessoas. Ela é uma empresa rica. Outro dia o cabra passou aqui e disse que ela tem dinheiro pra o cabra deitar em cima, então ela tem muito dinheiro. Ela não dá o dinheiro, mas se o cabra se vê preocupado com qualquer coisa, pode falar com eles... Se um carro d’água, por exemplo, pode falar com eles, que eles botam, mas eu nunca precisei não. Eu gosto de fazer as minhas coisas com o meu, porque aí, ninguém tem o que dizer. Se tiver um carro d’água para desejar, despeje, mas eu ficar exigindo um carro d’água... (acena negativamente com a cabeça*). Eu mesmo compro e boto. É comprado. O dinheiro é meu e se eu gastar, ninguém tem que ficar olhando o que eu faço.” (Cromo – explicação da Autora).

As narrativas da empresa e da população se chocam e demonstram pesos diferentes no poder de decisão. A posição social percebida nas histórias dos narradores, evidencia uma condição de desamparo, fragilidade e impotência, primeiramente frente a chegada da mineradora e, em seguida, frente a transformação do lugar de pertencimento.

“Olha se a gente pudesse ter feito alguma coisa para não ter vindo, a gente teria feito.” (Ouro)

“Se eles me tirassem daqui seria uma boa, porque eu estou vendo o instante e a hora de acontecer o pior e eu não ter proteção. Quem vai poder com o governo? Quem vai poder com esta empresa? Quem sou eu? Só Deus para nos livrar, mais ninguém.” (Caulim)

Por outro lado, a MVV, apresenta no seu discurso, a imposição dos agravos ocasionados por sua presença.

Em relação ao desmante, não tem como haver mineradora sem desmante. Busca-se estratégias para tornar menos impactante.” (Mario Lima – MVV, em reunião com comunidade na Escola da Lagoa do Cupira em 18/08/2021).

E a gestão pública, relata a sua pouca ou nenhuma autoridade diante destas imposições.

“A gente já teve algumas palestras com eles sobre estas coisas (degradação do meio ambiente) e realmente eles só mostram o lado positivo, eles dizem que ali ficará dentro daquela barragem, os rejeitos e, quando disser assim: terminou. Faz uma cobertura, faz uma área de reflorestamento e com alguns anos, tudo volta ao normal. Só que a gente sabe que não funciona assim.” (Secretário Municipal de Agricultura de Craíbas, 2021)

É possível inferir que a contradição entre autoridades revele a confusão no exercício do papel social que é atribuído às funções públicas. Esta confusão certamente não beneficia a população e, provavelmente participe da elaboração de um ambiente propício para à instalação de desigualdades e exploração.

“Eu não troco o meu emprego de secretário para ser vereador hoje, porque quem faz muito pelo o povo se chama secretario, junto com o prefeito, quando o prefeito está determinado a trabalhar pelo povo.” (Secretário Municipal de Agricultura de Craíbas, 2021).

“A fiscalização deveria ser feita por todos. Agora do município, nós temos um único fiscal, que está de licença, está afastado, mas que assina também para fiscalizar e mais para fazer alguma denúncia, porque como o município não tem leis e nem tem regras municipais, não tem como também aplicar nenhuma sanção.” (Secretário municipal de meio ambiente).

O poder público seja na figura da instituição prefeitura, câmara, ministério público ou instituições outras esferas mantiveram pouco ou nenhum contato com a população, fato este, contado por muitos informantes.

“Em relação a isso (sair do lugar aonde morava*) o sentimento é um pouco de covardia do setor administrativo (gestão municipal), porque desde que iniciou as obras, nós deveríamos estar acompanhando e, outra coisa, nós somos de lá há gerações.” (Lítio).

“Aí você vê o despreparo dos gestores que passaram, em preparar este povo. Então foi grande o desapontamento da população com a Vale. Todo mundo esperava um giro de dinheiro muito grande. Isso não aconteceu.

Como é que vai haver prosperidade?” (Secretário municipal de Meio Ambiente).

A chegada da MVV tinha um significado que se transformou após o início de suas atividades no município de Craíbas. A percepção a respeito da segurança e do desenvolvimento local mostra, atualmente, desconfiança e decepção, mas já significou esperança, como demonstrado na fala dos narradores.

“Significa duas coisas: A primeira é esperança. Acho que a gente tinha muita esperança de emprego para uma comunidade muito simples, esperança de ter um comércio melhor, ter um desenvolvimento na cidade, ter um melhoramento em muitos aspectos. Eu acredito que a primeira palavra seria essa, mas até o momento, eu acho que a maioria das pessoas está frustrada porque esperava um pouco mais de desenvolvimento, um pouco mais de oportunidade.” (Prata)

Ao buscar a compreensão sobre o que representam essas mudanças no momento presente, depara-se com a frustração causada pela dificuldade no aproveitamento dos postos de trabalho, com a desigualdade na formação de profissionais, com a indignação pela perda dos meios de trabalho e do próprio trabalho e moradia, criando assim, um ambiente de insegurança percebido pela população, inclusive com relação ao futuro. As informações a seguir tratam destas percepções.

Aí veio as empresas (terceirizadas), mas é contrato de 6 meses. Só pra ajeitar uma estrada, construir uma coisinha, mas quando começar a exploração, o máximo que dá para conseguir é de ajudante, porque aqui, ninguém tem profissão. Até então a profissão foi agricultor. (Urânio)

Para especializar mão de obra do município já foi aberto 2 - 3 cursos técnicos aqui, através do SENAI com a mineradora e o município. Agora uma das coisas que eu vejo, é mais para, por exemplo, pedreiro, pintor. Agora os técnicos mais avançados, normalmente não se abre aqui no município, normalmente se abre em Arapiraca. (Calcário).

É provável que uma das condições que mais chama a atenção de pessoas estranhas ao lugar seja movimentação imobiliária no município de Craíbas. Observa-se diversas placas, faixas e até mesmo textos nas paredes de casas e muros, informando sobre a venda de imóveis. Nesta situação encontra-se uma contradição.

Quando alguns moradores tiveram acesso à informação sobre a implantação da empresa de mineração de cobre em Craíbas, imaginaram um cenário muito

positivo para o setor imobiliário. E, de fato, no auge da contratação de funcionários, como a maioria não pertencia ao município e nem ao estado de Alagoas, houve grande procura por moradias temporárias.

“Eu conheço muitas pessoas que foram morar no sítio para alugar sua casa de rua (casa na cidade*). Tem casa na zona rural e decidiram alugar, neste período que o pessoal chegou e tava precisando.” (Cobre – explicação da autora*).

Foram construídas 4 pousadas no município, além da adequação de muitas casas para locação no município, mas os postos de trabalho deixaram de existir quando a estrutura da mineradora ficou pronta. Assim, a maior taxa de ocupação nos últimos meses não chega a 20% das vagas.

“A gente teve um picosinho de aluguel enquanto a Mioplan (Empresa de Engenharia, com sede em Belo Horizonte e Congonhas – M.G.*). Tava aí construindo a mina, depois... (cruza as mãos na frente do peito e acena negativamente com a cabeça*)." (Salgema – explicação da autora*).

A contradição é perceptível ao se constatar que, o que já representou um avanço positivo, hoje, significa um enorme prejuízo para as pessoas do município.

“Eu fiz um investimento porque achei que ia ter um retorno grande e não vi.” (Salgema).

“No começo estava mais ativo, mais pessoas no comércio. O comércio teve mais empreendimento, por exemplo, Craíbas nunca teve uma pousada, um hotel de pequeno porte.” (Cobre).

De fato, não foi apenas a construção de muitas pousadas, num município de pequeno porte e cuja principal atividade, não está relacionada ao turismo que chama a atenção. As estruturas destes empreendimentos lembra mais os imóveis localizados em grandes centros urbanos de que as construções típicas da região.

Figura 41: Pousada com arquitetura diferenciada.



Fonte: acervo da autora, 2020

Existe ainda, no momento de realização desta pesquisa, uma grande quantidade de casas à venda na região. A casa representada na figura abaixo encontra-se a menos de 300 metros da pilha de rejeitos secos da mineradora, por isso, tem o seu valor bastante reduzido no mercado.

Figura 42: Casas muito próximas à mineradora.



Fonte: acervo da autora, 2020

5.5 OUTRAS PAISAGENS

A Mineradora Vale Verde (MVV) já instalada e atuante, tem modificado o espaço desta cidade e os seus arredores. A movimentação de grandes máquinas pelas estradas e rodovias que cortam a cidade de Craíbas tornou-se uma imagem corriqueira.

Estudos realizados em Igaci e em Coité do Nória, municípios vizinhos aonde em breve será explorado cobre, terão os produtos transportados para a planta de Craíbas. Este fato vai promover maior circulação de carretas pelas estradas do município e região.

Figura 43: Equipamentos estranhos ao local



Fonte: acervo da autora, 2020

Figura 44: Maquinários pesados que circulam pela cidade



Fonte: acervo da autora, 2020

Figura 45: Equipamento da MVV, de grandes dimensões, circulando pelas principais vias de Craíbas



Fonte: Davi e Lanna (2021).

Entretanto, as alterações na paisagem estão por toda a parte do município, pois, pelas estradas circulam os veículos e maquinários diferentes, já no entorno das residências, enormes pilhas de rejeito estéril se avolumam, causando estranhamento e desconfiança.

Figura 46: casa da família, plantação de fumo e a pilha de estéril



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 47: Pilha de rejeito estéril



Fonte: Acervo da autora, 2020

Na imagem anteriormente apresentada existe uma caminhonete na base direita da pilha de rejeito que orienta a altura desta pilha. É muito alta e extensa, portanto, chama a atenção, além de estar muito próxima a via pública. Essa alteração na paisagem do município é comentada pelos informantes como algo que simboliza prepotência.

“Depois que começou a subir esses morros aí, que parece que eles vão chegar até o céu, eles que querem ser donos do mundo.” (Titânio).

Figura 48: Rodovia e rejeito



Fonte: acervo da autora, 2020.

Não é possível acessar a cidade sem tomar conhecimento da indústria MVV. Ao transitar pela principal via de acesso, a rodovia AL 486, há menos de 3 km do perímetro urbano da cidade, está localizada a mina. As pilhas de material estéril são extensas, altas e destoam completamente da paisagem do lugar.

As pilhas de estéril talvez só assustem menos do que a presença das várias sirenes dispostas nas estradas a frente da barragem. A população foi avisada pela

MVV, de que estas sirenes soarão antes das detonações e em caso de rompimento da barragem. Existem ainda, placas que indicam para onde as pessoas devem se dirigir em caso de rompimento da barragem e advertem sobre alguns cuidados imediatos para a preservação da vida humana. O som destas sirenes remete ao som de aviso de bombardeio em locais onde existe guerra em curso.

Figura 49: Sirene da MVV



Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 50: Placa de sinalização do ponto de encontro.



Fonte: Acervo da autora, 2020.

A contação das histórias fluía continuamente e, muito embora, embasada num diálogo, poucas intervenções foram feitas, ainda assim, o fluxo da narração seguiu uma certa ordem cronológica. Desta forma, foram atingindo um certo fim das esperanças do presente e buscando algumas expectativas para o momento seguinte.

O trecho da história contada pela personagem Chumbo, parece querer dizer que o povo que já trabalhava antes da chegada da mineradora, continuará trabalhando e os sonhos que a mineradora proporcionou já estavam no passado.

“Antes da mineradora chegar a gente sempre trabalhou, né? Aqui é mais roça, né? Milho, fumo, feijão que o pessoal planta aqui e a mineradora não foi essas coisas todas não. Não foi nada aqui pra gente não essa mineradora.” (Chumbo).

A percepção é de que a história que está sendo construída tem muita semelhança com experiências de outros lugares, mas ainda é uma fase inicial, de acordo com informante que veio da Serra dos Carajás, no Pará, para morar em Craíbas, Alagoas.

“Acho que o pessoal ainda não conseguiu perceber o tamanho desse negócio aí, a força que esta mineradora tem e, eu creio que ainda vai ter bem mais, porque nem começou a explorar.” (Titânio).

Se para uns a percepção é de que a presença desta indústria não traz benefícios, como descrito a seguir,

“Eles nem andam muito aqui. Só vem pra cá se for ao cartório ou ao banco. 90% do pessoal mora lá (em Arapiraca*), aqui não mora nem 10 % da mineradora. Aí a gente não tem o que dizer que esta mineradora está trazendo algum benefício pra gente não.” (Chumbo – explicação da autora*).

Para outros, a percepção é de que já há prejuízos e os mesmo tendem a aumentar. É sobre isto que a personagem Zinco fala a seguir.

“Eles vieram fazer sabe o que? Vieram destruir a nossa vida! Eu que não vou viver o final da minha vida me acabando aqui no barulho, na zuada, noite que durmo, noite que não durmo, tomando remédio, antes não tomava, agora entrei pra tomar remédio de depressão que tava com perca de sono” (Zinco).

Em mais uma percepção de futuro que surgiu espontaneamente nas histórias, fala-se sobre a realização dos próprios sonhos, ainda que na pessoa da geração seguinte. Está presente nas histórias contadas, a ideia de que, o que foi vivido não foi

bom. É possível interpretar que a transformação na vida destas pessoas foi desencadeada por episódios dolorosos.

“O pessoal começou a evoluir em conhecimento pensando no futuro dos filhos, como vai ser daqui a algum tempo? Então hoje não foi só a Vale que fez o pessoal ter outra visão. As próprias famílias não são mais aquelas famílias que só dependem da roça e que acreditavam que a roça dava alguma coisa. Começaram a acreditar nos seus próprios filhos.” (Cobre).

5.6 O DEVIR

E o que as pessoas pensam sobre o que ainda poderá mudar? Qual a mudança desejada? Quais são e como são construídas as ideias de futuro que os informantes contam? Neste momento do diálogo, estes questionamentos, foram sendo revelados através de poucas intervenções e muitos momentos de silêncio, alguns prolongados, como se houvesse a necessidade de organizar pensamentos e sentimentos, pois, novamente a contradição aparece. Desta vez a esperança e o medo caminham lado a lado, como é possível entrever nos trechos das histórias seguintes.

“Eu vou torcer para que seja bom, mas eu não sei e nem imagino. Eu não sei ... eu não sei... nem imagino... Espero que seja bom. Eu já tô velho já, mas tem as minhas filhas né? Tenho minha família que..., mas eu não sei, espero que seja bom.” (Chumbo).

Ao lado da demonstração de esperança, o discurso proferido trouxe falas que denunciam muitas incertezas, a começar pelo local de moradia. O planejamento do futuro começa pela intuição do local aonde se pensa que estará e ao qual pertencerá. Os narradores não sabem se estarão em Craíbas, porque não sabem se Craíbas existirá no futuro.

“Então o futuro... Eu não sei assim o que prever, porque no futuro eu não sei nem se eu continuo morando onde eu moro hoje.” (Cobre).

“Eu acho também que, daqui a um tempo vai deixar de existir estes povoados mais pertos da mineração, daqui uns 4-5 anos, porque conforme vai crescendo, não tem como a população ficar perto de uma área de mineração.” (Urânio).

“Eu não vejo futuro para Craíbas com a mineradora. Infelizmente não vejo esse futuro para Craíbas. Uma cidade pequena, ela muito próxima da cidade...E as conversas que a gente escuta é que a cidade vai mudar e vai se acabar a cidade devido a esta situação.” (Alumínio).

“Diante do que a gente tem vivenciado e diante da pesquisa em Craíbas... o projeto vai acabar com a cidade.” (Ouro).

Para aquelas pessoas que se encontram assentadas em terras, que não são de sua propriedade, entres outras, como é o caso da população que foi alocada em terras cuja a proprietária é a MVV, a insegurança com a moradia também faz parte das narrativas. Manganês e Tungstênio, nos falam sobre esta condição.

“Eu penso assim, cá ni mim, uma hora pra outra o povo diz, ela tomar isso aqui né? O que eu penso é isso. Outra coisa eu não penso não. De uma hora pra outra, eles dizerem: Vamos desocupar daqui e a gente caçar um canto e viver, porque de uma hora para a outra, a pessoa... A gente não sabe do coração, assim, a gente sabe do nosso, do dos outros não.” (Manganês).

“Eu imagino que vai ser meio triste o futuro da cidade, principalmente da área que eles estão explorando pra cá. Eu não sei se é só o meu ponto de vista, mas, eu acho que o foco deles é pra cá, porque prá lá é Arapiraca, que é uma cidade muito grande. Se for mexer, a complicação é maior. Eu já ouvi falar que de acordo com o projeto deles, a cidade (o centro urbano*) de Craíbas deve ser mudada para outro local.” (Tungstênio – explicação da Autora*).

Na fala anterior, o narrador Tungstênio ressalta a diferença de poder na tomada de decisão entre os municípios de Craíbas e Arapiraca, uma vez que o segundo é o polo de influência da microrregião e, possui famílias com forte dominação na região há décadas. A gestão municipal de Craíbas discorre um pouco sobre a dinâmica deste relacionamento intermunicipal.

“A gente sabe que com relação a esse negócio de gestão, cada um puxa a sardinha para o seu lado...com relação a outras coisas, nós somos como se fosse um filho de Arapiraca. A população de Craíbas depende muito de Arapiraca por ser uma cidade maior e uma cidade mais desenvolvida e, por isso, que como todos nós sabemos, Craíbas já pertenceu a Arapiraca e esse vínculo não se acaba.” (Secretário municipal de agricultura).

Se na situação anterior o vínculo não se acaba, já para os narradores, a ideia de um recomeço está presente. Com tons de preocupação, Alumínio, Cromo e Urânio traduzem o que grande parte da população tem pensado.

“A minha preocupação e de outras pessoas é ter que sair do lugar em que a gente nasceu e se criemo e ir para outro lugar. Será que, o que a gente vai receber da mineradora, vai ser compensador para comprar, em outra terra que produza como a gente produz aqui?” (Alumínio).

“Hoje se eles quiserem comprar, eu vendo. Antes destas palhaçadas eu não dava por dinheiro nenhum deste mundo, mas agora, eu vendia e comprava num local, em outro canto, fiquei preocupado.” (Cromo).

“A partir do momento que você tem que sair do seu lugar de onde você cresceu, você tem toda uma estrutura, você pode criar os seus bichinhos, você pode ter a sua horta, a sua casa, você tem o seu sistema... a partir do momento que você sai, é do zero que você vai ter que recomeçar. Aí as vezes a gente acha que o dinheiro é bom, mas eu acho que tem outros danos fora o material. Porque só de você ter que recomeçar, num lugar que você não tem costume, você não sabe como funciona... Porque não tem como a gente vender aqui e ir morar bem aí, não tem como. A gente tá vendendo sabendo que não vai poder ficar perto, vai ter que sair para outro lugar.” (Urânio).

Surgiram, nas histórias, as preocupações, também com a degradação do ambiente. A personagem Grafeno sintetiza a seguir.

“Em relação a vida anterior, a gente percebe uma população mais arredia. Será que tá poluindo? Será que não tá poluindo? Muita expectativa na população mais antiga que tem na sua mente o desconforto de achar que Craíbas uma hora ou outra vai acabar pela questão da adaptação. Desconfia dos tremores, essas coisas todas.” (Grafeno).

“Por enquanto é uma incógnita. O pensamento é que dê certo, mas tem quem acha que vai ficar uma região degradada.” (Níquel).

Distintas apreensões são para com as mudanças no ritmo, no jeito de viver no local aonde se viveu até o momento,

“É o barulho, é o jeito de viver, quem menos anda aqui, voa! Aqui, só serve... Aqui, só os escolhidos para trabalhar e eu não quero ficar aqui mesmo não.” (Caulim).

“Se percebe uma movimentação maior na questão de alugueis de casa, pousada, fluxos de outras pessoas no comércio, na questão de compras, bebedeiras sempre no final tarde. A gente percebe maior movimentação nos

quiosques da cidade, no final da tarde. O fluxo de veículos também aumentou consideravelmente. Hoje a gente já vê Craíbas como uma cidade pequena, mas com um porte de cidade grande.” (Grafeno).

Existe também narrativas acolhidas nesta pesquisa que demonstraram tanto a esperança de um futuro melhor no âmbito do trabalho e do desenvolvimento do lugar, entendidos como aumento do comércio e da formação profissional da população.

“Quanto a questão da mineradora, vamos dar um passo por vez, ver como será o dia de amanhã. Até agora, hoje, não consegui ver grandes mudanças, já vejo algumas, o comercio até com mais movimento, pessoas construindo prédios, mas esperando para ver ainda mais coisas.” (Calcário).

“Eu acho que a cidade vai ficar sobrecarregada, por um lado vai crescer, mas se não tiver uma boa gestão, uma parte da população vai se beneficiar bastante, mas outra parte, não.” (Urânio).

Não são descritas ações pragmáticas para a construção do que virá, mesmo assim, observa-se a esperança no futuro, mas com o desejo de que, este futuro seja semelhante a vida como era antes da chegada da mineradora, e se possível, que seja melhor ainda.

“Quando ela for embora a gente vai continuar vivendo do mesmo jeito ou melhor ainda. A gente tá acostumado a viver no interior. É como se diz, assando e comendo. É assim, você tem o que comer, aqui, 90% tem sua casa, ninguém paga aluguel. Paga água e energia e tem para a feira toda semana. É tranquilo. Vive bem.” (Chumbo).

“Espero que a gente tenha a oportunidade de, quem sabe, daqui 10, 15, 20 anos, conversarmos e eu te apresentar uma realidade muito melhor do nosso povo” (Prata).

Em contraponto ao exposto anteriormente, há quem indague os acontecimentos vindouros.

“Mas, se no futuro, essas pessoas que exploram todo o solo da nossa terra, depois, que a previsão é de 15-20 anos de manutenção aqui na cidade, depois disso, vai embora e, aí o que que fica?” (Calcário).

E para que coisas boas aconteçam, na visão comum dos nordestinos, a fé é primordial.

“Na minha ideia, eu acho que Deus vai abençoar que vai ser uma coisa boa pra gente aqui dentro, pra o lado das Craíbas com a Vale Verde.” (Manganês).

“Um empreendimento como este nunca vai deixar de ter as suas polêmicas, ninguém vai chegar a um momento de agradar a todos, existe sim uns questionamentos, [...] porque ninguém vive só de acertar né? Também erra, mas através do erro pode se transformar num acerto, pode não, deve se transformar.” (Gestor municipal de Craíbas, 2016-2020).

6 ALINHANDO HISTÓRIAS E PENSAMENTOS

As narrativas assinalaram que o desejo de mudança na forma de trabalhar já estava presente nas pessoas antes da vinda da mineradora para o município de Craíbas. Esta necessidade foi manifestada de forma diferente, a partir do local ocupado na sociedade e, foi deste lugar, que o olhar de cada um vislumbrou a possibilidade de mudança no horizonte.

No campo, se desejava a transformação com vistas a mudança de status principalmente, da nova geração para que não dependessem da roça para viver, pois, a percepção é de que a condição de trabalhador rural acarreta muito sofrimento e esforço. A vinda da mineradora para estas pessoas, sinalizava a possibilidade de outro tipo de trabalho, para os adultos que já estivessem na roça e a absorção de jovens previamente qualificados, sobretudo, pela própria empresa.

No setor de comércio e serviços esperava-se um grande aumento no movimento e na geração de renda, neste sentido foram feitos investimentos desde o setor imobiliário até reformas de casas e estabelecimentos comerciais, à espera dos novos clientes já almejados e que a vinda da mineradora poderia consolidar.

No setor de gestão pública havia o discurso da necessidade de mudanças na qualidade de vida dos nordestinos através da geração de mais emprego formal, movimentação de capital, parcerias para a governança nas esferas públicas. Muitas explicações e opiniões se confrontaram entre os atores deste universo.

À medida que a esfera de poder aumenta, o discurso se torna mais otimista, em comparação com os atores de outras escalas, cujo poder de decisão é menor. Para estes últimos, a chegada da empresa de mineração representou um problema a mais para ser discutido junto à população.

O setor de mineração esperava acumular muito, ter à disposição e com pouco esforço, todos os recursos necessários para obter lucro elevado com o extrativismo de mineral abundante, mas, com pouco beneficiamento aplicado no local, antes de exportá-lo. Contava com os setores da gestão pública para controlar possíveis resistências e impedimentos às suas atividades. A sua vinda contou com a participação ativa do Estado.

A vinda da mineradora representou então, pelo menos no início dos relacionamentos, a possibilidade de realizar as transformações com as quais os atores sonhavam, no entanto, isto não aconteceu exatamente como todos haviam planejado.

No campo, as pessoas não sabiam trabalhar na mineradora e, assim, a atividade de mineração de cobre não forneceu tantas vagas de emprego como imaginado anteriormente.

No comércio e nos serviços, a concorrência se mostrou muito maior e agressiva, pois se dá entre estabelecimentos da região e do país, as vezes até com o nível internacional. Este setor local também não estava preparado para enfrentar este embate. O início das atividades da mineradora frustrou os empreendimentos realizados e, a narração mostrou que há pouca esperança de que a atuação da empresa venha a transformar significativamente este setor.

Na gestão pública, houve necessidade de conceder mais benefícios à empresa, como por exemplo a redução do imposto sobre serviços (ISS), conforme Lei municipal nº466/2019, além de assumir custos da infraestrutura necessária para a implantação do megaempreendimento. Existe ainda a ameaça de discussão jurídica sobre os percentuais da compensação financeira pela degradação ambiental.

Atualmente, a população se queixa e se mobiliza em ações como interdição de rodovias estaduais, reportagens em canais de grande circulação midiática, para dar visibilidade aos prejuízos que percebe, a partir do desenvolvimento desta nova atividade na região.

As histórias mostraram que as pessoas percebiam a necessidade de mudança na forma de trabalho antes da chegada da MVV. Esta necessidade foi motivada principalmente pelo desejo de que a nova geração não enfrentasse as dificuldades inerentes àqueles que vivem no campo e que dependem da agricultura para sobreviver.

Existe uma contradição neste pensamento, uma vez que se deseja que as pessoas mais novas se afastem das atividades agrícolas, em detrimento ao discurso, amplamente divulgado, de que o agronegócio é a atividade salvadora da economia brasileira.

A gestão municipal também se propõe a investir na seletividade espacial e se utiliza da ideia de conhecimento como poder, uma vez que a qualificação (apropriação de novos conhecimentos técnicos) do povo é uma preocupação recorrente. Neste caso, esta busca se expressa pela escolha de aprimoramento da pecuária, de corte e sobretudo de leite, através do melhoramento genético e incentivo ao cultivo de produtos que sirvam de alimento para os animais, como a palma e o milho.

Seja se apoiando na ideia de progresso, na condição do sujeito ou do município, os narradores aproximam-se do pensamento de Santos (2006, p.163) de que, “o conhecimento exerceria assim - e fortemente - seu papel de recurso, participando do clássico processo pelo qual, no sistema capitalista, os detentores de recursos competem vantajosamente com os que deles não dispõem”

A comparação feita pelos narradores entre o passado e o presente procurou mostrar, entre outros aspectos, que as dificuldades de acesso à educação formal são menores na atualidade, mas ainda assim, o poder público foi apontado como causador do acesso desigual à educação, devido a qualidade de transporte, da quantidade de vagas disponíveis nas escolas, da qualidade do ensino loco regional e nacional, e pela submissão aos interesses de mercado.

Neste cenário, a construção deste novo personagem requisitado pelo mercado econômico passa a ser responsabilidade dele próprio que planifica a vida e consome os produtos disponíveis para a sua formação. Se o indivíduo ao final não obtiver o sucesso almejado, provavelmente será devido ao fato de ter feito más escolhas, ou mesmo, não ter feito escolha alguma.

O mais perverso neste esquema é a utilização de necessidades humanas básicas, como por exemplo a alimentação, segurança, moradia, vestimentas, além da contínua criação de outras necessidades, cada vez mais elaboradas, para servir de gatilho para a construção deste empreendedor sempre imperfeito, uma vez que submisso às regras do mercado.

De acordo com Dardot e Laval o termo *Mercado* sofreu modificações e atualmente significa muito mais um processo que um ambiente definido. E, nele, as pessoas se encontram em processo de transformação contínua e sujeitos ao “autogoverno”.

O Homem sabe se conduzir não por 'natureza', mas graças ao mercado que constitui um processo de formação. Posto cada vez mais em situação de mercado, o indivíduo pode aprender a conduzir-se racionalmente. Esboça-se assim, de maneira indireta o tipo de ação ligado a governabilidade neoliberal: a criação de situações de mercado que permitem esse aprendizado constante e progressivo. Esta ciência da escolha em situação de concorrência é, na realidade, a teoria do modo como o indivíduo é conduzido a governar a si mesmo no mercado. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 140 -141).

O discurso proferido pela gerente de recursos humanos e administrativos da Mineradora Vale Verde (2020) durante uma aula inaugural do Programa Aprendiz Operacional da Mineradora Vale Verde, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), fala sobre o aspecto:

Vejo essa oportunidade como sendo ímpar na vida dos que estão aqui, através desse processo seletivo. Esses jovens estarão sendo avaliados diariamente tanto na parte técnica, como na comportamental, o que para nós é de extrema importância. Espero que eles agarrem isso com muita garra, vontade e determinação (MINERAÇÃO VALE VERDE, 2020, [n.p.]).

O discurso anterior reforça a observação feita por David Harvey (1989) sobre a regulamentação do comportamento feito pelo capital:

A familiarização foi um processo histórico bem prolongado (e não particularmente feliz) que tem que ser renovado a cada nova geração de trabalhadores à força de trabalho. A disciplina da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital é uma questão muito complicada. Ela envolve em primeiro lugar uma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm que ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. (HARVEY, 1989, p.119).

O estudo/aprendizagem torna-se a ferramenta pela qual ocorre a autorização para a "moldagem" do indivíduo para determinada atividade/empresa e mercado/sociedade. No evento anteriormente citado, à redação do Jornal 082 Noticiais, para quem a iniciativa traz mais do que o crescimento pessoal, o jovem João Paulo Alves de Albuquerque, natural de Craíbas e participante do curso, relatou durante a entrevista ao referido jornal que:

A expectativa que eu tenho é de continuar fazendo carreira na MVV, de conseguir uma vaga dentro da mineração, de crescer nesse ramo e também poder acompanhar e contribuir com o desenvolvimento da minha cidade. Eu acho muito importante ter pessoas de lá, ter pessoas

da região nesse processo, dando a cara e a identidade do local para esse projeto. (ALBUQUERQUE, 2020).

Nesta mesma aula inaugural, a gerente do Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), da Unidade em Arapiraca, Thiana Feitosa Cysneiros declarou que:

“O alagoano terá a oportunidade de se preparar para a nova indústria que surge em nosso Estado”, (Cysneiros, 2020).

Observa-se o alinhamento das ideias apresentadas pelos representantes do SESI/SENAI e do Departamento de Recursos Humanos da MVV, juntamente com o documento de Avaliação de Impacto Ambiental apresentado pela empresa para a obtenção do licenciamento de instalação do Projeto Serrote, como segue

O Programa de Capacitação da Mão-de-obra visa criar uma nova relação do profissional com seu ambiente de trabalho, tendo também a intenção de transformar a consciência dos trabalhadores, o que refletirá em mudanças de comportamento nos demais ambientes em que atuam. Certamente, a simples transmissão das informações sobre os procedimentos a serem adotados é totalmente ineficaz, caso não seja acompanhada de um trabalho de conscientização e de formação do indivíduo para a cidadania. (MINERAÇÃO VALE VERDE, 2015, p. 77).

Neste sentido, David Harvey discorre:

A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes, cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários aparelhos do Estado e afirmadas pelas simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho. (HARVEY, 1989, p. 119).

Em 2010, o então diretor da Mineradora Vale Verde, reforçava junto ao poder público a necessidade de formação da população do município de Craíbas e região para a ocupação de postos de trabalho no futuro. Em dois momentos distintos e em canais diferentes o executivo fala sobre o tema.

O diretor da MVV, Carlos Bertoni, tem reiterado a necessidade de abertura de mais vagas em cursos de Educação de Jovens e Adultos

(EJA), como forma da comunidade assegurar os empregos que surgirão. (IBRAM, 2010, [n.p.]).

Nos 1.500 novos postos de trabalho que vai abrir, a Vale Verde quer utilizar o máximo de mão de obra local. Mas esbarra na carência de capacitação profissional e baixo nível de escolaridade da comunidade. Temos alertado as autoridades, organizado cursos profissionalizantes e feito um trabalho de conscientização com as pessoas da região que não viam necessidade de estudar, explica Carlos Bertoni. A mineradora deixa bem claro que não vai contratar quem não tem o Ensino Fundamental. (JORNAL GAZETA DE ALAGOAS, 2012, [n.p.]).

Ainda versando sobre a temática de estudo/apropriação de conhecimento pode-se afirmar que, os pais insistem com seus filhos para que trilhem caminhos diferentes, entretanto, o sistema de produção capitalista não poupa recursos para promover a sua “socialização”. Assim, é possível inferir que, ao incutir a perspectiva de uma vida com melhores possibilidades de realização, também se ajusta o solo para o “plantio” perverso da competição desmedida, tão útil ao mercado. Sobre este aspecto, David Harvey diz que:

[...] Além disso, as propensões sociais e psicológicas, como o individualismo e o impulso de realização pessoal por meio de auto-expressão, a busca de segurança e identidade coletiva, a necessidade de adquirir respeito próprio, posição ou alguma outra marca de identidade individual, têm papel na plasmação e estilo de vida. (HARVEY, 1989, p.118).

Diante do exposto, observa-se a existência de duas linhas de reconstrução de identidade em Craíbas. A primeira oferecida pela atividade minerária, através da qualificação de pessoas e serviços, incrementadas pela empresa MVV e as parcerias que tem firmado. A segunda, pleiteada pela gestão pública, com incremento na agropecuária, com a adoção de técnicas de manejo mais avançadas e capazes de transpor as limitações climáticas e de solo do lugar, ao mesmo tempo que tenta reforçar a sua aptidão rural.

De acordo com Milton Santos (1985), houve um momento na história em que as intervenções na natureza feitas pelo homem estavam subordinadas as delimitações da própria natureza e, assim havia tempo para a sua regeneração. Os instrumentos e técnicas eram prolongamento dos indivíduos e serviam para a transformação do que existia no meio natural, em favor da sobrevivência da humanidade.

A inserção de técnicas mais complexas e de equipamentos mais arrojados, ligados majoritariamente ao território e nem tanto ao ser humano, possibilitou o aumento da intervenção dos indivíduos sobre a natureza, de tal forma que a sua recuperação ficou prejudicada. Esta dominação foi aclamada por tantos quanto protestada por outros indivíduos, que receavam o desmantelamento do equilíbrio entre homem e natureza.

O plantio de fumo em Craíbas se utiliza de técnicas simples e rudimentares. A modificação, ainda incipiente, na cultura agropecuária do município, está associada a intenção de apropriar-se de outras técnicas que ao final facilitem o trabalho e o controle sobre a natureza, permitindo a sua inserção num mercado mais abrangente e competitivo. Milton Santos se refere a esta possibilidade como,

Esta união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e a técnica, torna -se um mercado global. A ideia de ciência, a ideia de tecnologia e a ideia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente e desse modo podem oferecer uma nova interpretação à questão ecológica, já que as mudanças que ocorrem na natureza também se subordinam a essa lógica (SANTOS, 2006, p.159).

Seguindo o raciocínio anteriormente proposto por Santos, é possível compreender que tanto a prática do extrativismo mineral, quanto o desenvolvimento agropecuário, seguem lógicas parecidas, portanto, ambas requerem cuidados e planejamento na sua adoção, aspectos abordados pelos entrevistados a seguir.

“O maior incentivo para a plantação do milho são os maquinários agrícolas como trator colheitadeira. Hoje você planta 3 - 4 hectares de milho, o preço sai bem baixo porque, porque... tudo é feito através das máquinas.” (gestor da secretaria municipal de agricultura, 2021).

“O grande incentivo aos pecuaristas que nós estamos no planejamento é a inseminação artificial [...] para que esses animais tenham uma boa qualidade, tanto o animal de leite como o animal de corte, e incentivar a população com o plantio de milho. A gente já começou. Alugamos tratores, as siladeiras para cortar o milho e fazer o silo para que o agricultor, para que ele tenha mais condição, ou seja, tenha uma ração num preço melhor.” (gestor da secretaria municipal de agricultura, 2021).

Ambos os produtos, mineral ou animal, são commodities, logo, poderão no futuro ser negociadas à revelia do produtor e, tendem a manter o país na categoria de

fornecedor de produtos com menor valor agregado, reforçando-lhe o papel atribuído na divisão internacional do trabalho.

A divisão internacional do trabalho propicia um mecanismo de troca desigual, uma vez que países dependentes de commodities trocam produtos de menor valor agregado por outros originados de países industrializados com maior valor, ademais, conforme Severian (2020, p. 145) “estes países podem elevar seu ganho através da disseminação do aporte técnico”, enquanto aqueles que possuem dependência de bens primários para compor as suas receitas, sofrem com a instabilidade no preço de seus produtos, levando-os a inserção subordinada no mercado econômico.

O planejamento das intervenções propostas pelo serviço público e o serviço privado, deverá voltar a sua atenção para o risco de acelerar o processo de desertificação que já está em curso em muitos lugares da região nordeste. Muito já se sabe sobre as condições do lugar, conforme os secretários municipais demonstram. Exemplo disso está na fala a seguir.

“A gente sabe que a cobertura de caatinga na região foi retirada para que pudesse trabalhar a cultura do fumo e como algumas terras puxando para o sertão do município não são boas para produzir fumo, terras de pedra, terra dura, então o pessoal usa muito para a pastagem. Isto degrada mais o meio ambiente.” (gestor da secretaria municipal do meio ambiente, 2021).

“Eu acredito que esteja num processo de desertificação, por que nós temos algumas áreas que são de uma salinidade bastante alta e com o desmatamento, com a retirada da vegetação, a tendencia dessas áreas é crescer.” (gestor da secretaria municipal do meio ambiente, 2021).

O planejamento do município requer compreender a legislação, a dinâmica do mercado local-global, a aptidão do local e da região, mas, sobretudo, deve incluir a percepção das pessoas que pertencem ao lugar, pois o lugar, também pertence a elas. Tornar viáveis e efetivas as discussões sobre a governança do território, valendo-se de instrumentos da gestão compartilhada para elaborar e manter justo e factível o plano diretor, pode significar um começo de história bem-sucedida.

As pessoas que contaram as histórias trouxeram fortemente a ideia de futuro como algo assustador, onde existe a possibilidade de destruição e tragédias. A imagem de destruição que aflige as pessoas entrevistadas está relacionada ao espaço físico, às relações interpessoais e ao próprio ambiente, causando-lhes angústia.

Os relatos fazem perceber que existe receio do desconhecido pelo que já é conhecido, pois é a partir daí, que projetam e racionalizam situações perturbadoras. Uma destas imagens é a extinção do centro da cidade, pois, haveria, de acordo com a explanação de vários atores, muito cobre em seu subsolo.

Fato é que os centros urbanos das cidades e regiões tendem a se deslocar ao longo do tempo, muitas vezes em razão dos interesses do capital. O médico Paulo Saldiva (2018) fazendo uma análise sobre o centro da cidade de São Paulo, no período de alta da cultura cafeeira até a ascensão do capitalismo financeiro, descreve o deslocamento deste centro da Praça da Sé para a Praça da República até a Avenida Paulista e a Vila Olímpia.

No caso de Craíbas a previsão narrada é a de espoliação, uma vez que, as pessoas poderiam ser privadas do uso do local para a moradia e para o relacionamento interpessoal em diversos âmbitos da vida social, como o familiar, comercial, religioso, de busca por recursos na área da saúde, da educação e de lazer, por exemplo.

Neste sentido, Milton Santos (1985) relata que o espaço possui valorização, enquanto mercadoria, de acordo com características geográficas e as funções que lhe forem atribuídas, sejam as que já se encontram em desenvolvimento e as que poderão vir a ser desenvolvidas. Assim, o centro da cidade de Craíbas, poderia vir a ser um novo local para a exploração de minério, devido a suas características geográficas (possuir jazida de cobre), conforme relatos da população.

Outra questão debatida pelos narradores é a disputa que se estabeleceu com o município de Arapiraca, tanto pelos postos de trabalho, quanto pela oferta de serviços para a mineradora. Sobre este aspecto, Milton Santos (2006, p.167) diz que “os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social. Isso responde à exigência de maior segurança e rentabilidade para capitais obrigados a uma competitividade sempre crescente”.

A cidade de Arapiraca se especializou na prestação de serviços e é hoje reconhecida como um forte polo comercial. Esta posição foi alcançada ao longo de anos de esforços desempenhados por uma elite dominante, formada por algumas poucas famílias. Os pequenos municípios no seu entorno já fizeram parte da sua

administração política, restando um traço de subordinação que se torna mais notável na atualidade, provavelmente pela observação que Milton Santos (2006, p. 167) nos faz ao referir que “essa guerra ganha cores dramáticas quando em jogo o problema do emprego”.

A busca pela formação de profissionais de interesse da mineradora ocorre em ambos os municípios, Craíbas e Arapiraca, mas é possível inferir que a partir da exploração já iniciada nos municípios de Igaci e Coité do Nória, a ideia de inserção neste mercado de trabalho ganhe materialização nestes locais também.

Nesta linha de compreensão, a empresa se beneficiaria através do aumento da oferta de indivíduos, possíveis trabalhadores disponíveis para substituição na empresa, mas também do próprio espaço, com os seus devidos atributos, como diz R. Walker (1978, p. 26-27 apud SANTOS, 2006, p. 166) sobre o “exército de reserva de lugares” e alerta para a transitoriedade da produtividade local,

Desde que o outro lugar passe a oferecer àquele produto melhores vantagens comparativas de localização. A noção de "exército de reserva de lugares", ganha, então, um novo significado. Trata -se, aqui, de um verdadeiro exército profissional, cada membro devendo ser preparado para bem exercer determinadas funções. (SANTOS, 2006, p. 166).

Outro aspecto conhecido que causa elevada preocupação na população de Craíbas é a possibilidade de adoecimento devido entre outros fatores pelo aumento do estresse e da poeira.

O Instituto Nacional do Câncer (2012, [n.p.]) alerta para os malefícios da poeira de sílica, que é “o mineral mais abundante na crosta terrestre, encontrado em rochas e areias” e, portanto, abundantemente manipulado em “mineração a céu aberto ou de subsolo, lavra por explosivo, perfuração, corte, britagem, moagem, peneiramento e ensacamento, pedreiras.”

O INCA destaca ainda que “a natureza da poeira de sílica propicia que a exposição ambiental ocorra, basicamente, pela proximidade a ambientes em que a rocha seja fraturada em pequenos pedaços.” Situação que sabidamente ocorre na área de influência operacional de mineração.

Ao propor compreender a (re)produção do espaço, tinha-se em mente que, para além das características materiais, de acordo com Santos, (2006, p. 39) o espaço é formado pelo “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação” e por isso, não se trata de compreender um fenómeno estático, ao contrário, este se renova, se reinventa, se transforma a partir de artificialidades agregadas a ele, e que se tornam “cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”.

É este o movimento que se pode observar através dos olhos de quem vive em Craíbas atualmente. Por exemplo, a cratera e a pilha de rejeitos secos enquanto objetos fixos, mostram ações muito diferentes que se desenvolvem agora neste espaço. Esta situação levou a emergência de outros fixos, como por exemplo, a construção, pela própria empresa, de outras estradas e a alteração das rotas que os moradores passaram a utilizar, com “prós” e “contras” relatados pela gestão e pela população, mas sem o aval, de fato, de ambos os atores. Sobre este movimento Santos revela que,

Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2006, p. 39).

A atividade extrativista no agreste, a princípio não significaria tanta novidade, pois já ocorre há muito tempo, entretanto não na dimensão em que aconteceu com a proposta de extração de cobre pela empresa de Mineração Vale Verde.

Ora, muitas empresas de menor porte, explorando outros materiais, já haviam se instalado no estado de Alagoas, ademais, na capital, Maceió, está instalada a BRASKEM, uma empresa de grande porte, destinada à extração de salgema e a produção de elementos petroquímicos. Por que então aconteceu enorme expectativa entre a população de Craíbas com a chegada da MVV? Devido a estratégia da mineradora e do governo para suavizar impactos negativos e majorar aspectos positivos. De que forma isso foi feito? Com narrativas, por exemplo, como a do trecho que se apresenta a seguir, extraído do documento de Avaliação de Impacto Ambiental elaborado pela empresa.

No que se refere às questões socioeconômicas, destaca-se a geração de empregos e renda, e o efeito multiplicador que será incrementado no comércio e estrutura de serviços locais de Craíbas e Arapiraca, pela movimentação dessa massa de salários. Haverá, ainda, a possibilidade de compra de insumos e materiais de consumo no comércio local, de contratação de serviços e de locação de equipamentos, tanto na fase de implantação quanto de operação do empreendimento, agilizando a economia local. (MINERAÇÃO VALE VERDE, 2015, p. 114).

Enfim, a expectativa de geração de postos de trabalho vinha ao encontro das necessidades das pessoas e se baseava em discursos proferidos por autoridades ou pela própria empresa. A perturbação na qualidade de vida das pessoas da região era outra expectativa também do conhecimento de autoridades, muito embora o discurso dominante estivesse na maioria, ou em todas as vezes, relacionado a possibilidade de desenvolvimento econômico e a geração de emprego, como demonstrado na fala do governador e do ex-prefeito.

A prefeitura de Craíbas deve arrecadar 50 milhões por ano. 850 milhões significa quase 20 anos de arrecadação da prefeitura, então um investimento desta magnitude é muito importante, precisa ser comemorado, precisa ser divulgado, precisa demonstrar que Alagoas é um estado que está aberto a novos investidores, que garante as condições necessárias para que a gente cada vez mais capte investimentos que gere empregos e fortaleça o desenvolvimento do nosso estado. (Renan Calheiros Filho, 2019).

Às vezes as pessoas só falam de empregos da mineradora, mas a mineradora gerando recurso para o município e o recurso sendo bem aplicado no município, vai fortalecer o comércio e, com isto o comércio vai gerar também empregos e a mineradora já chegou a ter mais de duas mil pessoas empregadas, é que tem as suas fases, chegou um ponto em que era o pico, chegou a ter 2 mil e vai chegar a um ponto que vai ficar em torno de 500-400 funcionários.” (gestor municipal do período 2016-2020).

Findada a construção da estrutura da planta de beneficiamento e da mina e, portanto, findo também o auge de contratação de funcionários, a preocupação com a formação de profissionais tem reunido instituições públicas, gestores e empresa, fato que se percebe a seguir na fala do presidente da federação das indústrias do estado de Alagoas.

Esse é um dia de festa. É a primeira vez que o SESI e o SENAI fazem uma parceria entre uma indústria e um município. Uma parceria para a formação de mão de obra. Parabéns a Mineradora Vale Verde e

parabéns a prefeitura por ter comprado esta ideia e, com isso melhorar o nível de formação e empregabilidade de seus moradores. (MINERAÇÃO VALE VERDE, 2021).

De acordo com o governador Renan Calheiros Filhos, falando à TV OOPS, em 2019, durante visita às instalações da MVV “É muito mais simples qualificar a mão de obra do que captar o investimento”, entretanto, os narradores apontaram a grande dificuldade em ocupar postos de trabalho na Empresa MVV. Estas pessoas mostraram em suas histórias a decepção ao perceberem que os empregos foram destinados, na sua maioria, para pessoas de fora do município, até mesmo do estado, frente a alegação da mineradora de que 70% das vagas foram preenchidas por Craibenses e Arapiraquenses.

Contradizendo a queixa apontada pela maioria da população, acerca do pouco aproveitamento de mão de obra Craibense e também ao uso de água e de energia elétrica, a Financeira APPIAN Capital Advisory (MINERAÇÃO VALE VERDE, 2022), responsável pela captação de recursos para o Projeto Serrote da Laje, diz em sua página online que “O projeto se beneficia de uma grande força de trabalho local, acesso simples a energia e a água e ao porto de Aracaju nas proximidades.”

A caracterização dos espaços a fim de torna-los adequados, ou não, a determinadas atividades, não se dá de forma totalmente aleatória. A ideia que permeia um dado lugar é construída por narrativas e símbolos que carregam intencionalidades, muitas vezes, antes de que os objetivos estejam clareados. Neste sentido, a região nordeste, traz consigo a ideia da improdutividade devido à seca, de ausência de tecnologias, portanto, pouco desenvolvido, sendo considerado lugar de paisagens belas para visitar, porém impróprio para primeira residência.

Muitos foram e continuam sendo, os planos elaborados com o intuito de desenvolver esta região do Brasil e integra-la ao cenário nacional, em certos períodos, entendida como se fosse um adendo para explicar o subdesenvolvimento e as mazelas do país. O ex. presidente Fernando Henrique Cardoso referindo-se a programas sociais e econômicos destinados ao nordeste diz que,

Ora há êxitos a proclamar (quase sempre menores do que o tamanho dos problemas), ora há imperfeições a serem corrigidas, mas o Nordeste deixou de ser uma região esquecida. Seus próprios filhos zelam por ela e a nação sente que, se desejar de verdade ser

democrática, próspera e mais igualitária, terá de ali concentrar esforços.” (CARDOSO, 2012, p. 16).

Por outro lado, trata-se da segunda região de maior densidade populacional, o que significa maior representatividade política. Neste sentido Martin-Howlett (2012, p. 20) destaca “a importância do Nordeste no cenário político brasileiro, uma influência superior a seu peso econômico. É o segundo colégio eleitoral do país com 36 milhões de eleitores em 2010.”

O estado de Alagoas, em 2010, apresentou o índice de desenvolvimento humano (IDH) mais baixo do país, 0,631, de acordo com o IBGE. A dependência do governo federal é alta e, nos seus municípios a dependência da administração pública para a composição da renda da população, segue esta mesma lógica. De acordo com Martin-Howlett (2012, p. 21) estas condições “perpetuam relações tradicionais de clientelismo político herdadas das poderosas oligarquias familiares que se mantiveram no poder.”

A visão dos planos de desenvolvimento para do Nordeste, da qual o estado de Alagoas faz parte, atrelou as suas dificuldades, ou seja, relacionou a região, segundo a Professora Iná Elias de Castro (2021) como vítima das condições climáticas, devido à seca, como vítima do mercado internacional, uma vez que sendo importante exportador de açúcar, uma commodity, então sujeito a flutuações econômicas. Já foi vítima também da superexploração a que está exposta, haja vista que, além das elites globalizadas, ainda provê as necessidades das elites locais.

Neste sentido, de acordo com Castro, cabe destacar que existem interpretações convencionais, pulverizadas continuamente a respeito do lugar e que precisam ser superadas.

Na realidade, a questão está na forma de exercício do poder político de suas elites, sendo o espaço regional nordestino organizado como suporte a esse poder. Assim a questão nordestina é uma falsa questão e deve ser deslocada da região para o espaço político historicamente ocupado pelas elites. (CASTRO, 2021, p. 29-30).

Neste ponto, importa destacar que cabe aos senadores, por exemplo, importantes atribuições na condução das ações do governo federal. O Nordeste elege o maior número de senadores, ou seja, 27, seguido pela Região Norte com 21, de um total de 81 senadores.

Assim como a elites dominantes se interessam pelas aptidões e limitações dos espaços, o capital se importa com a propagação de informações que ao final se consolidam e estruturam discursos únicos sobre o seu desenvolvimento local ou regional. No trecho a seguir, Maristella Svampa sintetiza esta situação.

Em Suma, a afirmação de que existem regiões marcadas historicamente pela pobreza e pela vulnerabilidade social, com baixa densidade populacional, que contam com grandes extensões de territórios “improdutivos”, facilita a instalação de um discurso eficientista e excludente em nome das dinâmicas globais do capital. Seja por concebê-los como territórios socialmente esvaziados, ociosos ou desérticos, o resultado é similar: a desvalorização de outras formas produtivas e das economias regionais, e a obstrução de outras linguagens de valorização do território, vinculadas aos setores subalternos e cada vez mais incompatíveis como modelo dominante. (SVAMPA, 2020 posição 633-6377 Kindle).

A cada esfera de governo supõe-se um rol de atribuições, que serão organizados de acordo com o seu poder decisório, para atingir determinados objetivos. Os objetivos de cada entidade podem ser conflitantes. Nesta dinâmica, um empreendimento que por sua dimensão concentre tanto aparato técnico-científico quanto econômico, de acordo com Santos (1985, p. 44), “supõe um poder maior do governo central. De tal forma que os governos provinciais ficam sem a capacidade de tomar iniciativas, e se tornam, às vezes, inteiramente dependentes do nível governamental que dispõe de recursos.”

Ora, é a esta dinâmica a que se referem vereadores e gestores de Craibas sobre o cenário aonde se dão as discussões maiores e ao papel de executores das vontades de gestores do outro nível hierárquico, ou ainda, quando, da necessidade de incremento à segurança municipal devido ao novo empreendimento, é o governo estadual quem deve vir socorrer o local.

Ainda sobre o poder de decisão, vale lembrar que a Empresa de mineração MVV é um empreendimento privado com um centro administrativo localizado na Inglaterra e, portanto, o grande capital mobilizado está distante das atividades laborais da empresa, situação que conforme Santos (1985, p. 45) “vai criar dentro do país possibilidades de escolha de comportamentos estranhos ao local de produção e à unidade político-administrativa em que ele se insere”.

Os investidores de grandes projetos internacionais exigem que o retorno econômico seja cumprido sem sobressaltos. Interessa, portanto, que a mão de obra não represente problemas para a empresa. Neste sentido, a terceirização de todas as atividades possíveis, como fez a MVV, leva para distante dos investidores, a preocupação com a legislação trabalhista local, por outro lado, tal atitude também participa da exclusão da população de Craíbas como mão de obra preferencial.

Não é somente através da flexibilização das leis do trabalho que o auxílio da superestrutura governamental pode surgir. No caso de Craíbas, os governos foram os divulgadores por excelência das melhorias advindas da implantação da empresa. Milton Santos fala sobre a dificuldade em se manter a imparcialidade do Estado, no trecho a seguir,

Afinal, os mecanismos de mercado aparecem triunfantes, trazendo o novo e conservando o velho, em função dos ditames da produção, impondo o externo ao interno nos setores aonde isso lhes convém e arrastando o Estado para a órbita dos interesses privados. A internalização do externo, a renovação do antigo a serviço das forças de mercado não seria possível sem o apoio, ainda que deliberado, do Estado. (SANTOS, 1985, p. 80).

As transformações do espaço podem ser destacadas no capital fixo com muita facilidade, mas não são as únicas transformações mencionadas pela população. O posicionamento do governo, denota a circulação do poder e certas influências estabelecidas doravante nos relacionamentos. A transformação nos fluxos estabelecidos no espaço da população de Craíbas, pode ser percebida nas narrativas de um ex. vereador, hoje, secretário municipal e de um vereador, da gestão atual.

“Era 5 (taxa do ISS*). Aí votamos o projeto para diminuir para 3. Eles falando que ia favorecer o pessoal de Craíbas, que ia vir as empresas de fora e as empresas só viriam se diminuísse o ISS e a gente aprovou, mas não teve nada a ver. Não aconteceu isso de vir mais empresas. Eu prefiro acreditar que houve um equívoco. Porque foi criado uma lei, mas não foi criado um mecanismo de fiscalização. Isto é bastante comum de acontecer na região, criar a lei é fácil, difícil é fiscalizar.” (ex. vereador/Gestor da Secretaria municipal de Meio Ambiente, 2021 - *explicação da autora).

“Como conseguimos ganhar uma licitação para prestação de serviços para a Vale (MVV) com o Brasil inteiro concorrendo? Não temos esse porte. Nós ficamos apenas com o ônus, nós temos que limpar a sujeira que esse pessoal faz na nossa cidade, e é dinheiro público para fazer a coleta do lixo, para fazer a segurança destas pessoas que vem para a nossa cidade, para o transporte de lixo e para cuidar da saúde desse povo.” (Vereador 4).

Neste sentido, interessa refletir sobre a afirmação feita por Santos (2005),

Por intermédio dos mencionados pontos do espaço de fluxos, as macroempresas acabam por ganhar um papel de controle do conjunto do espaço. Junte-se a esse controle a ação explícita ou dissimulada do Estado, em todos os seus níveis territoriais. Trata-se de uma regulação frequentemente subordinada porque, em grande número de casos, destinada a favorecer os atores hegemônicos. (SANTOS, 2005 p.106-107).

A Empresa de Mineração Vale Verde precisou deslocar em torno de 200 famílias de comunidades que viviam no espaço onde viria a ser instalada a mina e a planta de beneficiamento de cobre. Este fato causou impacto na sociedade de Craíbas. Por outro lado, a atividade minerária suscita preocupação em parte da população com relação a degradação ambiental. A empresa adotou atitudes que tinham, entre outros objetivos, amenizar os aspectos negativos despertados por força das suas ações.

A mineradora se coloca como uma empresa preocupada com a preservação do meio ambiente, boa vizinha e parceira das comunidades, além de “promover práticas seguras e compatíveis com o meio ambiente”. Neste sentido, em 2019, em torno de 5 mil pessoas assistiram palestras na Fazenda Uruçu, no Centro de Preservação Ambiental da empresa. O seu trabalho de educação ambiental visa, de acordo com a própria instituição,

Formar indivíduos preocupados com as questões ambientais do território onde estamos inseridos e que busquem a conservação e a preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade da caatinga, considerando os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais relacionados a esse bioma é um compromisso da MVV. (MINERAÇÃO VALE VERDE, 2022, [n.p.]).

Outras ações de cunho social têm sido desenvolvidas pela empresa junto as comunidades e funcionários. Um estudo desenvolvido por Lucélia Silva, (2011, p. 50) da Universidade Federal de Alagoas, quando a MVV pertencia a canadense Aurea Minerals, observou que a “empresa utiliza-se de importantes ferramentas do marketing social como a pesquisa de campo e a clara utilização dos 6 Ps”.

O referido estudo analisou um dos projetos sociais realizados pela MVV e enfatizou “que não houve nenhum acompanhamento após o programa, para saber se os participantes adotaram ou não os hábitos propostos”, mas que “mesmo de forma

sutil a atuação da empresa tem motivado mudanças na comunidade de maneira bastante positiva de um modo geral” (SILVA, 2011, p. 50).

Outra conclusão apontada pelo trabalho de Silva (2011, p. 50), é que “as estratégias de marketing social da Mineradora Vale Verde em Craíbas, giram em torno de “fomentar as comunidades locais onde a Mineradora está inserida”, o que de acordo com esta autora “enaltece todo um envolvimento da empresa com a comunidade”.

Durante esta pesquisa, já em 2021, uma das pessoas atendidas por um dos projetos sociais da empresa MVV, voltado para a criação de galinhas, explicou que após o incentivo técnico que recebeu para a construção do galinheiro e a criação das aves, houve incremento na sua produção, porém, o escoamento do produto encontrou entraves e, sem ajuda, o criador estava diminuindo a produção para o nível anterior a fim de evitar prejuízo maior.m

As ações de instituições públicas ou privadas, que visem a auto sustentabilidade de projetos, devem prever além da administração de técnicas produtivas, a circulação, o consumo dos mesmos, a gestão da contabilidade e a inserção formal no mercado, a fim de construir impacto positivo na economia local.

A aproximação da empresa MVV, através de programas que deveriam ser desenvolvidas majoritariamente por instituições públicas, as ofertas sistemáticas de pequenas ajudas à população feita por seus funcionários, somada a ausência dos equipamentos administrativos do município, ambas as situações contadas por muitos participantes desta pesquisa, podem ter colaborado para que se construísse uma inversão acerca das funções da gestão dos serviços públicos.

A educação, a saúde, a preservação ambiental, a manutenção das vias e a organização dos espaços coletivos, além da segurança, geração de renda e do planejamento urbano são de responsabilidade do poder público. Entretanto, diversas vezes, os entrevistados associavam estas ações direta ou indiretamente ao poder de mando da empresa MVV. Os trechos a seguir falam sobre esta inversão de papéis.

Não tem remédio não tem nada, tá certo que é da prefeitura, mas a prefeitura tem acesso com eles. Eles também podem influenciar o prefeito pra fazer isso também e não fechar as estradas, porque eles vão fechar as estradas? A mineradora pode mais que a prefeitura, mas a prefeitura tem mais acesso à mineradora. (Titânio)

“Que eles (MVV) pensassem assim, que nossas famílias são famílias carentes, só vive do Bolsa Família e podia colocar um trabalho para a mulher, porque nós também precisa.” (Água).

“Como diz a história, mas a gente não quer se sujar as mãos, principalmente eu que tenho minha família, mas aqui é violento demais. Antes quando tinha um administrador a coisa era outra. [...] Penso que ou se apruma aqui dentro, considera, ou a Vale Verde bota outras pessoas aqui.” (Manganês).

“Eles (MVV) têm uma reserva lá, onde tem várias e várias espécies de animais e eu tive a oportunidade de conhecer, passear dentro da mata com o pessoal mostrando as árvores que estão trazendo de volta e que estavam extintas.” (Cobre).

“Eles botaram as máquinas e fizeram as estradas e hoje tá tudo feito. Nisso ela trouxe boas mudanças, porque pra gente arrumar isso com o prefeito era um sacrifício. Eles usam a estrada também.” (Cromo).

“Também tem a questão da capacitação. Aqui não tem. Eu acho que a empresa deveria investir bastante nisso porque aqui tem muito jovem que não faz nada, que não estuda, não tem noção, porque não tem estrutura familiar.” (Urânio).

A inversão de papéis e funções também é grande entre os representantes da população que mostram certa confusão sobre a formação de trabalhadores, sobre o papel social das empresas, sobre o papel do executivo e da câmara, como se percebe a seguir.

“E que essas contratações venham para o nosso município. A gente sabe que para muitos cargos virá gente até de outros países, porque a gente realmente não tem a qualificação, mas o trabalho bruto, a oportunidade... Hoje, eles têm algumas parcerias para qualificar o nosso povo que não é adequada para a nossa população, porque se a mineradora está em Craíbas ela tem que qualificar em Craíbas. Eu não posso estar procurando instituição como o SEBRAE/SENAI/SESI em outras cidades para qualificar quando eu preciso da atividade diária e da sobrevivência da nossa população” (Vereador 1).

“E que haja uma lei, através do executivo, para ser apreciada nesta casa, para uma obrigatoriedade de empresas que aqui se instalem, para que dê preferência a mão de obra do nosso município, porque hoje a concorrência é nacional. Tem empresas que se instala e vem aqui passar 4, 5, 6 meses e tem umas que passa uma semana. Então eu acho que quando a mineradora der o avanço e trazer estas empresas para cá, a gente possa formar um distrito industrial.” (vereadores 1 e 3).

O fenômeno que se pretendeu conhecer neste trabalho é um recorte de uma história contínua, portanto os papéis e as relações sociais foram construídos numa dinâmica complexa que requisitou atores, situações de poder e tempo cronológico e,

uma vez reunidos, produziram significados singulares, mas de certa forma pré-estabelecidos.

O sociólogo Norbert Elias (1994) explica que o indivíduo ao nascer se depara com uma estrutura social pré-existente, e desta forma, deve adaptar-se a ela, entretanto a sociedade também poderá ser modificada por este indivíduo. Elias não concebe a ideia de que a sociedade e os indivíduos possam existir (ou serem estudados) separadamente, assim, nem um e nem o outro constitui o final ou o meio para o seu bem-estar, pois o fundamental é saber como se dá a relação entre os dois. Diz ele,

Como é possível – esta passa a ser a pergunta – que a existência simultânea de muitas pessoas, sua vida em comum, seus atos recíprocos, a totalidade de suas relações mútuas dêem origem a algo que nenhum dos indivíduos, considerados isoladamente, tencionou ou promoveu, algo de que ele faz parte, querendo ou não, uma estrutura de indivíduos interdependentes, uma sociedade? (ELIAS, 1985, p.19).

A sociedade para Norbert Elias significa a existência de uma rede de relação entre os indivíduos, algo muito mais complexo que o simples ajuntamento de indivíduos, ou seja, mais do que estar juntos num determinado espaço, as pessoas constroem coletivamente um Todo, mesmo que as intenções, de cada um, sejam distintas. Assim, comenta Elias a respeito da sociedade,

Ela só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e, no entanto, sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular. (ELIAS, 1994, p. 13).

Em seu trabalho “A sociedade dos indivíduos” (1994), o sociólogo Elias demonstra, já nos primeiros capítulos, que a formação da sociedade não se dá pela soma de indivíduos que a compõe e nem pela média de suas características particulares. O desafio se concentra em escapar da polarização sobre o “fim” e o “meio”, ou seja, se é mais importante o indivíduo ou sociedade, sobre quem deve se favorecer e quem deverá ser o favorecido.

O referido autor (1994) ressalta ainda que nesta construção relacional existem arestas e conflitos nas interfaces, que ainda assim, permanecem unidas, não por um

“cimento”, pois este impediria a sua flexibilidade e a sua possibilidade de reconstrução contínua.

Numa sociedade se observa o desempenho de funções e papéis que devem ser desenvolvidos pelos indivíduos, num determinado tempo e espaço e num fluxo contínuo. O que determina a função, ou os atributos de quem irá desempenhar tais funções é uma ordem invisível, mas resistente o suficiente para colocar os indivíduos em papéis distintos.

A ordem invisível desta forma de vida em comum, que não pode ser diretamente percebida, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamento possíveis. Por nascimento ele está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele e, talvez, desenvolver-se mais, com base nele. Até a sua liberdade de escolha entre as funções preexistentes é bastante limitada. Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce nessa teia humana, das funções e da situação dos seus pais e, em consonância com isso, da escolaridade que recebe. (ELIAS, 1990, p. 21).

Algumas sociedades são mais estáveis que outras, entretanto a maioria das mudanças, que nelas ocorrem, estão associadas a relações humanas específicas e com potencial para gerar conflito. Neste sentido, a posse, sobre bens e valores pertencente a um grupo por longa data, por outro grupo de indivíduos, provoca transformações na rede de relações

Os bens e valores a que se refere Elias (1994) representam a subsistência para alguns indivíduos, porém, não se trata apenas do alimento que sacia a fome ou das condições que garantam a sua segurança. Estes bens e valores são importantes para a proteção e/ou efetivação da vida social.

Tendo como referência o sociólogo Norbert Elias, a sociabilidade, no contexto desta pesquisa, está definida, como a forma de construção da rede de relacionamentos de um determinado grupo localizado no tempo e no espaço, delineando assim o entendimento, singular e coletivo, sobre o mundo no qual se vive.

Em alguns momentos as pessoas de Craíbas afirmavam que não havia alteração na forma de viver após o início das atividades da MVV no município, entretanto, durante a narrativa, muitas transformações percebidas são citadas, juntamente com o seu respectivo significado.

Em primeiro lugar destacou-se que devido aos afastamentos de um grande número de pessoas que viviam próximas e mantinham ativas as redes de apoio, amizade, parentesco e trabalho, houve ruptura na percepção de conhecimento e pertencimento do lugar, uma vez que as dinâmicas sociais já estavam estabelecidas.

Outro aspecto que mostra perturbação na dinâmica do lugar é a expectativa sobre o futuro. Este tema está presente nas conversas e na repetição dos pensamentos das pessoas (fatos narrados por elas), cuja, em última instância se demonstra na alteração do comportamento individual, que passa a apresentar sentimentos compatíveis com ansiedade, curiosidade, desconfiança, medo, humilhação, insegurança, revolta, fé e esperança diante do que está por vir.

O comportamento expressado nas histórias de Craíbas deve despertar o alerta das autoridades locais, principalmente ao considerarmos a análise feita por Ribeiro (2019), sobre a saúde mental de moradores atingidos pelo conflito da Braskem no artigo publicado no livro “Comportamento e suicídio: o suicídio e seus atores sociais”,

O drama das comunidades é incomensurável e o impacto, sobretudo na saúde mental, tem desdobramentos já visíveis, principalmente em relação a estados de medo, insegurança, ansiedade e luto. Toda uma sintomatologia daí é decorrente, como transtornos do sono, transtornos alimentares, depressão, fobias e até mesmo outros transtornos mais comprometedores, como ideações suicidas. (RIBEIRO, 2019, p.10).

Outro olhar se move em direção da necessidade de conviver com pessoas que não pertencem ao espaço, despertando assim, insegurança, muito embora esta situação não impeça o contato e a formação de vínculos. Foi descrito, neste sentido, o exercício da avaliação sobre o grupo de indivíduos que são de fora, onde se percebe uma mistura de curiosidade e preocupação. Este movimento fica claro na fala a seguir.

“A gente percebe que a grande maioria da mão de obra hoje da Vale, está voltada para pessoas do sexo masculino e assim... com isso é normal, claro que isso traz relacionamento com pessoas do sexo oposto da cidade e, muitas pessoas dizem: sabe lá de onde veio, como está a saúde desta pessoa, o que será que não tá trazendo né? [...] Eu acredito que a empresa tenha um controle da questão de saúde dos funcionários dela*” (Grafeno. Ênfase na palavra “dela”, explicação da autora*).

As pessoas relataram que o futuro representa um período de muitas incertezas, mas guardam esperança de que ele seja bom, próspero e que contam, também, com

a intervenção divina para atingir este objetivo. As maiores preocupações estão relacionadas ao aumento do movimento e a destruição das relações por doenças, afastamentos e violência, assim como a destruição do meio ambiente, ou seja, a sua degradação sem possibilidade de recuperação completa das suas antigas funções.

Para as pessoas do campo e da cidade o desejo é que os royalties melhorem a infraestrutura do município. Os moradores que estão próximos da mineradora querem ir viver longe dela, e outros, que se encontram mais distantes, desejam não precisar passar pela experiência daqueles que já tiveram que deixar as suas casas. Desejam ainda, que a degradação possa ser revertida e que quem tiver oportunidade que aprenda novas profissões, trabalhe e faça uma “poupança” para não depender da mineradora.

Na cidade, as pessoas indicaram pensar que a vida deve voltar ao normal (entendida como as condições existentes antes da instalação da mineradora) ou melhor ainda seria o futuro sem a presença dela. Expressam o desejo de que a cidade não acabe devido a expansão da exploração de cobre na região.

No setor público a ideia manifestada é que seja gerado um legado simbólico bastante significativo para as pessoas e que os royalties e a geração de renda sejam expressivos e signifiquem desenvolvimento para o município e para a região. Interessante também é o desejo manifestado sobre o fato de que eles, os políticos e as lideranças, possam ser lembrados pelas futuras gerações como pessoas que fizeram coisas boas para o município.

O legado, até a data da realização da entrevista com o gestor municipal, foi apontado como sendo a construção de “um hospital de ponta” no município. De fato, caso se mantenha esta reivindicação, afinal, o caminho até a saída da mineradora da região é longo, se este for o caso, deverá ser previsto cautelosamente a manutenção de um estabelecimento do porte pretendido e a área de abrangência para que se torne viável, no futuro, tal investimento.

A ação do sistema capitalista tem significado o meio e o fim para a realização de qualquer desejo, em detrimento da dignidade da vida. Este comportamento parece ser uma sombra que não se desvincula de condutas observadas em alguns grupos econômicos, representantes do centro do poder global.

Não parece haver ética que estanque a ânsia de poder e de acumulação de alguns destes atores. Neste sentido, Milton Santos (2005, p.2) já alertava que, “os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros”.

Tal circunstância é representada pela segregação da população do Assentamento Rosa Luxemburgo, menos favorecida financeiramente, que diante da necessidade do empreendimento, foi transferida para um local na periferia de três municípios (Craíbas, Girau de Ponciano e Jaramataia) sem equipamentos públicos, sem infraestrutura básica, com solo inadequado para o plantio e distantes de qualquer serviço de apoio. Neste ponto é importante refletir sobre as competências e a força do campo de conhecimento do planejamento urbano e regional.

A área do Planejamento Urbano e Regional é multidimensional, o que requer a comunhão de diversas disciplinas para se compor. É necessário que os profissionais que atuem como planejadores tenham a aptidão para o trabalho inter e transdisciplinar e, que compreendam a amplitude das possibilidades e dos impactos das suas intervenções. Ribeiro (2002 apud LACERDA, 2013) descreve que:

A ação planejadora do espaço, seja ela no espaço urbano, seja no espaço regional, exige leituras que (i) desvendem os confrontos entre os ideários da democracia e da cidadania, contribuindo, assim, para mudanças em leis e normas e para o redesenho de alianças entre agentes econômicos, atores sociais e políticos; (ii) levem em conta a totalidade social e a base técnica da vida coletiva; e (iii) impulsionem práticas de ensino e pesquisa, que favoreçam o real compromisso com o enfrentamento da questão social (RIBEIRO, 2002 apud LACERDA, 2013, p.90).

Certo é que não se trata de um papel exclusivo dos planejadores das cidades, mas, ao planejamento urbano cabe refletir sobre uma forma de incluir as percepções das pessoas acerca do seu espaço e, procurar garantir que de fato, estas colocações venham para a centralidade dos debates, seja através de criação ou do fortalecimento dos espaços público de discussão. No caso de Craíbas, os representantes da população estavam fora do debate.

“A MVV conversa com quem traz benefício para ela, para a exploração dela, conosco ela chega com a ordem. É ditado. Manda quem pode, obedece quem tem juízo.” (Vereador 4, 2021).

A atividade extrativista sempre aconteceu no Brasil, como em todo o restante do planeta, mas por aqui vai aumentar e muito nos próximos anos, até mesmo porque

eles existem em nosso país, ao passo que países mais desenvolvidos praticamente esgotaram suas possibilidades, mas dependem de recursos naturais para manter seus padrões de consumo. O posicionamento de outros atores, que não as indústrias e os consumidores, precisa se fortalecer no atual cenário. Svampa chama a atenção para que,

Certamente, a associação entre o neoextrativismo e a derrubada das fronteiras da democracia aparece como fato indiscutível: sem consentimento social, sem consulta à população, sem controle ambiental e escassa presença do Estado, ou mesmo com ela, a tendência marca a manipulação das formas de participação popular, com o objetivo de controlar as decisões coletivas” (SVAMPA, 2021, p. 26)

No que se refere a participação popular é importante acreditar que não cabe somente a gestão procurar estabelecer canais de diálogo junto à população. Os cidadãos precisam se organizar, se mobilizar para compreender os processos que os afeta enquanto sociedade e discutir os instrumentos de intervenção. Esta atitude poderia inclusive fortalecer alguns de seus representantes em momentos de tomada de decisão, como por exemplo, diante da seguinte reflexão,

“A gente sabe que as leis são feitas muitas vezes por pessoas despreparadas, e, mesmo sendo imoral as vezes tem que seguir, porque é lei” (gestor da secretaria municipal da agricultura, 2021).

É importante aprofundar a reflexão sobre o exercício do papel do cidadão e aproximar-se dos representantes da população, fortalecendo e fiscalizando acordos e apoiando-se mutuamente. Debatendo e debelando dúvidas sobre por exemplo, se a compensação financeira pela exploração de minério será utilizada para fomentar o desenvolvimento locorregional e, expandir as possibilidades de cadeias produtivas que não degradem os recursos naturais.

Esta condição, antes referida, precisa da pressão dos interessados para acontecer. O professor Milton Santos (2005, p. 153-154) alertou que “uma coisa parece certa: as mudanças a serem introduzidas, no sentido de alcançarmos uma outra globalização, não virão do centro do sistema, como em outras fases de ruptura na marcha do capitalismo. As mudanças sairão dos países subdesenvolvidos.”

“Oh Elza, você escreva no seu documentário, para o futuro, que você, com esses seus olhos de lá, da UNIVAP, que por cá, você viu que o nosso futuro é incerto.” (vereador 4, 2021).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa esbarrou em alguns obstáculos, tais como uma pandemia em curso que acometeu inclusive a pesquisadora, além do tempo escasso para o aprofundamento de certos aspectos, mas que serão abordados na sequência, em outros projetos. Mesmo assim, foi possível atingir os objetivos propostos.

A implantação da empresa de mineração no município do agreste alagoano acentuou o desejo de mudanças em alguns aspectos sociais, principalmente aqueles voltados para a questão do trabalho e da formação profissional. Entretanto, até o momento da realização desta pesquisa, as atividades da empresa MVV não tinham desenvolvido, de fato, as transformações imaginadas pela sociedade local.

As transformações percebidas pela população são significadas, no momento atual, como causadoras de incômodos, preocupações e frustração. Ainda assim, nota-se a esperança de que ao longo do tempo, ajustes possam ser feitos e que melhorias significativas se apresentem na forma de viver destas pessoas.

Ao adotar a história oral como a linha condutora da pesquisa, escolheu-se não realizar a transcrição, assim, todas as observações, que se julgou necessária a fim de facilitar o entendimento do leitor, foi devidamente identificadas. Da mesma forma, não foi realizada a textualização porque tal fase não contribuiria com a atual pesquisa, porém, há o compromisso de fazer a devolutiva para as instituições e todos os demais colaboradores.

Entende-se que além da importância da apresentação do conhecimento construídos em colaboração, este momento pode contribuir para a reflexão sobre o tema, além de esclarecer as discussões que não precisam e nem devem se encerrar, pois a reorganização do território é contínua e todos os atores participam deste processo.

Contínuo também deve ser o questionamento sobre os reais beneficiários do desenvolvimento tão propagado a partir do neoextrativismo. Importa trazer à luz das discussões a ineficácia de um alto PIB se a distribuição de renda perpetua a desigualdade.

Os recursos naturais compõem os biomas dos seres vivos. Todos devem preservar os recursos naturais presentes no Brasil e no mundo. Preservar inclusive o que ainda resta de natural nos países desenvolvidos e industrializados, com vista a conservar o ambiente adequado a sobrevivência humana também.

A sensibilização para a questão da exploração é um processo permanente e assim como, a sociedade vai lentamente percebendo outras formas de relações abusivas, por exemplo, em âmbito doméstico, é importante que se dê visibilidade as diferenças injustas nas relações entre países, sobretudo entre os hemisférios norte e sul do planeta. Não é possível posicionar-se sem compreender a estrutura que mantém os comportamentos que geram ou mantem a subordinação de um povo ao outro.

A população craibense busca o conhecimento como este fosse o passaporte para viver melhor. Trata-se de uma atitude válida, mas, cabe perguntar qual é o conhecimento que representa o empoderamento de um povo? Talvez a resposta perpassa por aspectos como o diagnóstico ambiental e a avaliação dos impactos dos empreendimentos em uma determinada sociedade. Cabe a todos os atores refletir sobre a necessidade referida por quem é alheio e a necessidade percebida por aqueles que de fato vivenciam o espaço.

Existe sem dúvida uma estrutura engenhosamente articulada para dividir o trabalho e os benefícios deste, pelo mundo, porém, tal estrutura não é rígida a ponto de ser inflexível, pois se assim fosse, estaria fadada ao fim em si mesma ao longo do tempo. Contrário disto, a estrutura do sistema capitalista de produção é flexível e dotada de muita capacidade de adaptação.

Conhecer estes mecanismos de ação de que se utiliza o capital pode favorecer o empoderamento de pessoas, autoridades e instituições frente às investidas abusivas. Ainda refletindo sobre a flexibilidade nos mecanismos de ação do capital, importa repensar sobre alguns papéis fundamentais na sociedade, como por exemplo, a respeito de quem educa, educa para que?

Os recursos naturais são explorados desde os primórdios da humanidade. A questão complicadora nesta relação é o fato de o homem buscar um domínio cada vez maior sobre a natureza, através de técnicas associadas às ciências, sem permitir regeneração dos bens consumidos. O capital tem pressa em acumular.

Equilibrar o consumo e a regeneração dos recursos naturais exige tornar a pressa insana em pressa sábia. Este ritmo não será questionado e muito menos modificado por elites dominantes que se beneficiam desta exploração voraz.

Existe convergência na percepção das pessoas a respeito da exploração de cobre no município de Craíbas, talvez seja necessário compartilhar esta percepção e organizar-se coletivamente para impedir abusos, talvez seja necessário que se dê visibilidade ao processo injusto imposto pela nova divisão internacional do trabalho.

A quem cabe este papel? A todos nós! Nas salas de aula, junto às famílias, nas instituições e organizações das quais fazemos parte e nas quais desempenhamos diferentes funções seja como educador, gestor, religioso, planejador, cidadão e principalmente, eleitor.

8 RECOMENDAÇÕES

Às universidades

Para que incentivem a realização de pesquisas que possam embasar os gestores, as comunidades e os técnicos na tomada de decisão acerca da exploração das riquezas do Brasil, garantindo desenvolvimento de fato, mas sem prejuízo para o seu povo.

Aos Gestores

Para que se sensibilizem mais frente ao povo que representam do que frente as artimanhas perversas de qualquer agente econômico.

Às comunidades das áreas exploradas

Para que juntas se apropriem de fato do espaço, se fortaleçam e mantenham uma participação crítica nas negociações sobre o uso das riquezas do lugar.

Aos Planejadores

Para que invistam em parcerias junto à sociedade a fim de promover pesquisas, debates, intervenções técnicas, inclusive apondo resistência para avançar na construção de uma sociedade mais equânime e justa.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, João Paulo Alves de. **Senai/AL e MVV capacitam jovens para atuar no ramo da mineração**. 2020. Disponível em <https://painelnoticias.com.br/geral/179279/senai-al-e-mvv-capacitam-jovens-para-atuar-no-ramo-da-mineracao>
- ALAGOAS, COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS, primeiro termo aditivo ao contrato número 0902012pppagreste2.pdf disponível em <https://casal.sfo2.digitaloceanspaces.com/2017/03/PrimeiroTermoAditivoContN0902012PPP Aqreste2.pdf>
- ALAGOAS. Secretaria de Comunicação Social. **Craibeira: Árvore Símbolo de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1985. Disponível em: <http://www.meioambiente.al.gov.br/diretorias/herbario/flora-em-destaque/craibeira-tabebuia-aurea> Acesso em: 25 maio 2022.
- ALAGOAS. SEPLANDE. **Perfil do município de Craíbas**. 2013. Disponível em <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/159c109d-cb02-48bb-a74a-948986ca2f33/resource/7ef52081-62f7-4eff-be8d-ef5d6e4e145e/download/municipalcraibas2013.pdf>
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COBRE. **Anuário Brasileiro do Cobre**. São Paulo. 2020
- BARROS, José D'Assunção. Igualdade, desigualdade e diferença: contribuições para uma abordagem semiótica das três noções. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 39, p. 199-218, abr.2006
- BEZERRA, Juliana. Os **Ciclos Econômicos do Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/ciclos-economicos-do-brasil/> Acesso em: 12 maio. 2022.
- BOMBARDINI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo. FFLCH – USP, 2017.
- BRASIL JUNIOR, E. **História Oral, memória e narrativa**. Curitiba: UFPR, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/5gwPTK9n9ik> Acesso em: 10 fev. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA**. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao1.pdf> Acesso em: 12 maio. 2022.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Resolução nº 2, de 18 de junho de 2021**. Diário Oficial da União, publicado em: 22/06/2021, Edição 115, Seção 1, Página: 103 disponível em < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-18-de-junho-de-2021-327352416>
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O que é Licenciamento Ambiental?** 2022. Disponível em: <http://pnla.mma.gov.br/o-que-e-licenciamento-ambiental> acesso em: 10 maio. 2022
- BRASIL. Casa Civil. **Lei Complementar 140 de 08 de dezembro de 2011**. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e

altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf
Acesso em: 26 maio. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Pneumocinoses**. Brasília: MS, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância Epidemiológica: Covid-19: Emergência da Saúde Pública de Importância Nacional pela Doença pelo Coronavírus 2019 - Covid-19**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/guia-de-vigilancia-epidemiologica-covid-19>. acesso 06 abr.2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. [Documento digital não paginado]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. acesso 06 abr. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Procedimentos para o licenciamento ambiental em Alagoas**. Brasília: MMA, 2022. Disponível em:
<http://pnla.mma.gov.br/images/2018/08/Procedimentos-de-Licenciamento-Ambiental-ALAGOAS-AL.pdf> Acesso em: 12 maio. 2022.

BRASIL. CPRM. **Apresentação dos Resultados - Estudos sobre a Instabilidade do Terreno nos Bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL)**. Brasília: cprm, 2019. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Acoes-Especiais/Apresentacao-dos-Resultados---Estudos-sobre-a-Instabilidade-do-Terreno-nos-Bairros-Pinheiro%2C-Mutange-e-Bebedouro%2C-Maceio-%28AL%29-5669.html> Acesso em: 12 maio 2022.

BRASKEM. **A Nossa História**. 2022. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/historia>
Acesso em: 12 maio. 2022.

CALDEIRA, Jorge. **História da Riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CALHEIROS FILHO, Renan. **O maior Investimento de Alagoas**. 2019. Disponível em:
<https://renancalheiros.com.br/outros-artigos/o-maior-investimento-de-alagoas.html> Acesso em: 19 maio 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: MARTIN, Patrick Howlett. **O Brasil do Nordeste. Riquezas culturais e disparidades sociais**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

CASTRO, Iná Elias. **O Mito da necessidade: Discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Terra escrita, 2021.

CORTELLA, Mario Sergio. **Qual a Tua Obra? Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética**. 24ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

DANTAS, Penha Albertina Lima. **Perfil das propriedades leiteiras do município de Craíbas, AL, assistidas pelo Programa Alagoas com Balde Cheio**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Zootecnia) - Universidade Federal de Alagoas, Arapiraca-AL, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DAVI e LANNA. **Máquina gigante chega a Vale – Craíbas-AL**. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=reM9QEaFYGs&t=223s> Acesso em: 12 maio 2022.

DULLEY, Richard Domingues. Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais. **Agricultura São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, 1994.

EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Novo bioinseticida usa duas cepas de bactéria para controlar lagartas. **Embrapa Notícias**, 02 fev. 2021. Disponível em: [https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/59018590/novo-bioinseticida-usa-duas-cepas-de-bacteria-para-controlar-lagartas#:~:text=A%20Bacillus%20thuringiensis%20\(Bt\)%20%C3%A9,in%C3%B3cuo%20para%20o%20meio%20ambiente](https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/59018590/novo-bioinseticida-usa-duas-cepas-de-bacteria-para-controlar-lagartas#:~:text=A%20Bacillus%20thuringiensis%20(Bt)%20%C3%A9,in%C3%B3cuo%20para%20o%20meio%20ambiente). Acesso em: 12 maio 2022.

ENSP. FIOCRUZ. **Conflito de extrema complexidade entre população de Maceió e mina de salgema da Braskem envolve danos irreparáveis**. 2022. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/conflito-de-extrema-complexidade-entre-populacao-de-maceio-e-mina-de-sal-gema-da-braskem-envolve-danos-irreparaveis/> Acesso em: 12 maio 2022.

FARIA, Caroline. **O Estatuto da Cidade**. 2022. Disponível em <https://www.infoescola.com/administracao/estatuto-da-cidade> Acesso em 26 maio. 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Rio de Janeiro: Topoi, 2002.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. **Quais são as consequências da superexploração dos recursos naturais?** 2021. Disponível em https://www.gov.br/fundaj/pt-br/destaques/observa-fundaj-itens/observa-fundaj/revitalizacao-de-bacias/copy_of_quais-sao-as-consequencias-da-superexploracao-dos-recursos-naturais Acesso em 26 maio. 2022.

GARCIA, G. Cobre: o aliado comum para a eficiência energética e o desenvolvimento sustentável. **Anuário Brasileiro do Cobre**, 2020. Disponível em: <http://ab cobre.org.br/anuario-brasileiro-do-cobre/> Acesso em: 18 mar. 2022.

GIL Antonio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, Paulo Roberto. **O Colapso dos Ecossistemas no Brasil: Uma Perspectiva Histórica**. [S.l.]: E-galáxia, 2019.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: Craíbas**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/craibas/panorama> Acesso em: 20 jan. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/craibas/panorama> Acesso em: 15 maio 2022.

IBRAM. INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Mineração industrial brasileira fecha 2020 com desempenho positivo**. 2021. Disponível em: <http://portaldamineracao.com.br/ibram/mineracao-industrial-brasileira-fecha-2020-com-desempenho-positivo/> Acesso em: 03 fev. 2021.

IBRAM. **Para Mineradora, a riqueza de Alagoas vem do Semiárido**. Agência Alagoas, 20 jan. 2010. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/para-mineradora-a-riqueza-de-alagoas-vem-do-semiarido/#> Acesso em: 03 fev. 2021.

IBRAM. **Mineração em números**. 2022. Disponível em: <https://ibram.org.br/publicacoes/?txtSearch=&checkbox-section%5B%5D=1236> Acesso em 14 maio. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **Poeira de Silica**. INCA, Rio de Janeiro, 20 ago. 2021 Disponível em: <https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/poeiras/poeira-de-silica> Acesso em: 03 abr. 2022.

JORNAL DO COMÉRCIO. Dia de Sobrecarga da Terra volta a regredir e chega em 29 de julho. **Pensar a cidade**, Porto Alegre, 29 jul. 2021. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/colunas/pensar_a_cidade/2021/07/804216-dia-de-sobrecarga-da-terra-volta-a-regredir-e-chega-em-29-de-julho.html acesso em: 10 abr. 2022.

JORNAL GAZETA DE ALAGOAS. Capacitação deficiente na região. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 25 mar. 2012. Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/economia/119180/capacitao-profissional--deficiente-na-regio> acesso em: 15 jan. 2022.

LACERDA, Norma. O campo do Planejamento Urbano e Regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**, v.15, n.1, p.77-93, maio 2013. Doi: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n1p77>

LIMA, Edgar Nogueira *et al.* A oralidade na história da educação e psicologia: caminhos e interseções. *In*: XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva; MATOS, Camila Saraiva de (Orgs.) **Pesquisas educacionais**: abordagens teórico metodológicas. Fortaleza: EdUECE, 2018. p.116-134. Disponível em https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38348/1/2018_capliv_enlimalmffialho.pdf Acesso em 26 maio. 2022.

MAQUIAVEL, Nicolau, **O príncipe**. São Paulo: Madras, 2014. p.176.

MARICATO, Ermínia; ROSSI, Pedro. O novo ataque cerrado às cidades Brasileira. **Outras Palavras**, São Paulo, 27 set. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/o-novo-ataque-cerrado-as-cidades-brasileiras/> Acesso em: 26 maio. 2022.

MARINI, R.M. **Dialética da Dependência**. 10.ed. México: Editora Era,1990.

MARTIN-HOWLETT, Patrick. **O Brasil do Nordeste: riquezas culturais e disparidades sociais**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Natureza Jurídica do Zoneamento – Efeitos. **Revista do Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 147, p. 23-38, jan./mar. 1982.

MINERAÇÃO VALE VERDE. (MVV). **Projeto Serrote da Laje: Craíbas e Arapiraca**, Alagoas. Licenciamento de instalação. 2ª parte. Avaliação de impactos ambientais. Volume 1. Diagnóstico Ambiental. Craíbas: MVV, 02 abr. 2015. v.1.

MINERAÇÃO VALE VERDE. (MVV). **Projeto Serrote da Laje: Craíbas e Arapiraca**, Alagoas. Licenciamento de instalação. 2ª parte. Avaliação de impactos ambientais. Volume 2. Diagnóstico Ambiental. Craíbas: MVV, 02 abr. 2015. v.2.

MINERAÇÃO VALE VERDE. (MVV). **Cobre-Ouro Brasil**. 2022. Disponível em <https://appiancapitaladvisory.com/portfolio/mineracao-vale-verde/>, Acesso em: 22 mar. 2022.

MINERAÇÃO VALE VERDE. (MVV). **Protegendo o nosso futuro**. Disponível em <https://vale-verde.com/index.php/meio-ambiente/> Acesso 15 mar. 2022.

MINERAÇÃO VALE VERDE. (MVV). **Selecionados do Programa Aprendiz Operacional participam de aula inaugural no Senai**. 2020. Disponível em: <https://vale-verde.com/index.php/2020/09/21/selecionados-do-programa-aprendiz-operacional-participam-de-aula-inaugural-no-senai/> Acesso 15 mar. 2022.

MINERAÇÃO VALE VERDE. (MVV). **Assinatura Do Termo Para Construção Da Primeira Industria Maker Do Brasil Em Craíbas**. Craíbas-AL: Arnaldo Foto e Vídeo Craíbas-AL, 2021. 1 vídeo (2:03min) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qJXE6HYf35w> Acesso em: 05 maio. 2022.

NEWE Seguros. Ministério da Agricultura quer estimular plantio de milho para aumentar a oferta do grão. **Manchetes do Mercado**, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://neweseguros.com.br/ministerio-da-agricultura-quer-estimular-plantio-de-milho-para-aumentar-a-oferta-do-grao/> Acesso em: 05 maio. 2022.

OCHOA, C. **Amostra não probabilística: amostra por Bola de Neve**. Netquest, 11 nov. 2015. disponível em: <https://www.netquest.com/blog/br/blog/amostra-bola-de-neve> Acesso em: 08 jan. 2021.

OLIVEIRA, José Lourenço de. **Da crise do setor fumageiro à diversificação produtiva em Arapiraca/AL: o projeto cinturão verde**. 2007. 108 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento sustentável Regional) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

OLIVAN, Karen Neves, **Linguística, Língua, Escrita e Oralidade**. 17 fev. 2016. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/karenolivan/linguagem-lingua-escrita-e-oralidade> > acesso em: 02 maio 2022.

PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, [s.l.], n. 2, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1890>> Acesso em: 05 jan. 2020.

PIEDRAS, Natasha. **Capitalismo x socialismo x comunismo: Qual a diferença?** [S.l.]: Descomplica, 2021. 1 vídeo (9:26min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WoA38bfvQ-E> Acesso em: 21 maio 2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3. p.3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.14, fev. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>. Acesso em: 21 maio 2022.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215> Acesso em: 21 maio 2022.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como Arte e Escuta**. São Paulo: Letra e Voz. 2016.

PORTELLI, Alessandro. **Conferencia Lo que aprendimos: Consideraciones sobre la entrevista de história oral**. Ecuador: Flacso, 2018. 1 vídeo (1:10:20 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tHkGki3DR1Y&t=585s> Acesso em: 6 jan. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Descobrimos Caminhos para uma Economia Verde e Inclusiva: Resumo Para Líderes**, 2015. Disponível em: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/9838/uncovering_pathways_green_economy_PT.pdf?sequence=4&isAllowed=y Acesso em: 15 mar. 2022.

REDE BRASIL ATUAL. **Braskem: das casas populares destruídas ao lucro imobiliário em Maceió**. 2022. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/braskem-das-casas-populares-destruidas-ao-lucro-imobiliario-em-maceio/> Acesso em 26 maio. 2022.

REID, H. Sibanye-Stillwater enfrenta pedido de indenização após desistir de mina no Brasil. **Agência Reuters**, Joanesburgo, 2 mar. 2022. Disponível em: <https://www.mixvale.com.br/2022/03/02/sibanye-stillwater-enfrenta-pedido-de/> Acesso em: 05 mar. 2022.

RAMALHAO, Luciana. Ciclo do Ouro e o Surgimento da Mineração no Brasil. **Mineração Brasil**, [s.l.], 25 out. 2021 Disponível em: <https://mineracaoobrasil.com/saiba-tudo-sobre-mineracao-e-sua-industria-no-brasil/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

RIBEIRO, Amarolina. O que é mortalidade infantil? **Brasil Escola**. 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-mortalidade-infantil.htm>. Acesso em: 24 maio. 2022.

RIBEIRO, Marcelo Silva de Souza. Os subterrâneos da emergência em Maceió: situação ansiogênica e fatores de risco. *In*: FARIAS, Laeuzza Lúcia Silva (org.). *et al. Comportamento e Suicídio: O suicídio e seus atores sociais*. Petrolina: UNIVASF, 2019. Disponível em: https://www.crp15.org.br/wp-content/uploads/2020/05/ebook_COMPORTAMENTO-E-SUICIDIO1.pdf acesso em: 03 mar. 2022.

SALDIVA, Paulo. **Vida urbana e Saúde: O desafio dos habitantes das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**, 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo. Nobel, 1985.

SEVERIAN, Danilo. Regiões Especializadas em *Commodities*: Apontamentos sobre a Estrutura Fiscal e Produtiva em Contexto de Regressão Estrutural da Economia Brasileira. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, n. 22, jan.-jun. 2020. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10394/1/brua_22_ensaio_ambiental_artigo_11.pdf Acesso em: 22 fev. 2021.

SILVA, S. B. **O Brasil de JK: 50 anos em 5: o Plano de Metas**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2002 Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas> Acesso em: 22 fev. 2021.

SILVA, Lucélia Maria da. **Estudo sobre os impactos das estratégias de Marketing Social da Mineradora Vale Verde do povoado Lages, Craíbas-AL**. Arapiraca, AL, 2011. 57 f. TCC (Graduação em Administração) - Universidade Federal de Alagoas, Arapiraca, 2011.

SILVA, Felipe Ferreira da. **Uso de topsoil como fonte de inóculo de microrganismos simbiotes para leguminosas florestais usadas na recuperação de áreas degradadas na Caatinga**. 2018. 62 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais) - Instituto de Floresras - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ

SVAMPA, Maristella. **As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina**. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante. 2020.

SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas. **Notas Técnicas - Contas Regionais**, 2019. Disponível em: https://dados.al.gov.br/catalogo/zh_TW/organization/secretaria-de-estado-do-planejamento-gestao-e-patrimonio-seplag Acesso em: 18 mar. 2022.

TV OOPS. **Governador visita instalações da Mineração Vale Verde e fala sobre investimentos em empregos**. Alagoas: TV OOPS, 2019. 1 vídeo (2:57 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NXJ8cUUHsSw&t=81s> Acesso em: 05 mar. 2022.

APÊNDICE A - Disparadores das narrativas

Disparadores das narrativas

1. Como era vida em Craibas?
2. O que significa a chegada da mineradora?
3. Percebe mudança no jeito de viver e de trabalhar em função da chegada mineradora?
4. Como imagina o futuro do município?
5. Existe algum lugar, pessoa ou evento para me indicar para conhecer?
6. O que eu não perguntei, mas gostaria de dizer?